

PROSPECTO PRELIMINAR DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE COTAS DE EMISSÃO DO TRIAR CINE LEBLON FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF nº 21.085.424/0001-76

Código ISIN nº [●]

Registro da Oferta na CVM sob o nº CVM/SRE/RFP/2016/[●].

O TRIAR CINE LEBLON FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM nº 391/03”), administrado pela GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº 20, Grupo 1201 B, Centro, CEP 20010-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.652.684/0001-62, devidamente credenciada pela CVM para administrar recursos de terceiros de acordo com o ato declaratório nº 6.819, de 17 de maio de 2002, está realizando a distribuição pública de até 15.000.000 (quinze milhões) de cotas, nominativas e escriturais (“Cotas”), com valor unitário de emissão de R\$ 1,00 (um real), corrigido a 14,15% (quatorze inteiros e quinze centésimos por cento) ao ano, a partir do encerramento da Primeira Emissão de Cotas (“Valor Nominal Unitário”), perfazendo o montante total de

R\$ 15.000.000,00

(quinze milhões de reais)

As Cotas serão distribuídas no mercado pela GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A., acima qualificada (“Coordenador Líder”), nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM nº 400/03”), sob o regime de melhores esforços de colocação (“Oferta”).

O público alvo da Oferta é constituído exclusivamente por investidores qualificados, conforme definidos no artigo 9-B da Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada (“Investidores Qualificados” e “Instrução CVM nº 539/13”, respectivamente).

No âmbito da Oferta, cada investidor deverá subscrever a quantidade mínima de 500.000 (quinhentas mil) Cotas, totalizando um montante mínimo de investimento de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por investidor (“Montante Mínimo de Investimento por Investidor”). As Cotas serão integralizadas em moeda corrente nacional, nos termos do Compromisso de Investimento celebrado por cada investidor quando da subscrição das Cotas.

A Oferta terá duração de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de divulgação do anúncio de início da Oferta (“Anúncio de Início”).

O Fundo foi constituído pela GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A., acima qualificada, em 04 de agosto de 2014, por meio do “Instrumento Particular de Termo de Constituição do Fundo de Investimento em Participações Geração Futuro 7”, cujo instrumento de constituição e o regulamento foram devidamente registrados perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 18 de agosto de 2014, sob o nº 961878. Em 18 de janeiro de 2016, nos termos do “Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Participações Geração Futuro 7”, a Administradora aprovou (i) a alteração da denominação do Fundo de Investimento em Participações Geração Futuro 7; (ii) a alteração do regulamento do Fundo (“Regulamento”); e (iii) a realização da Oferta, cujo instrumento de alteração foi devidamente registrado perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 22 de janeiro de 2016, sob o nº 983284. A constituição do Fundo foi autorizada pela CVM em 24 de fevereiro de 2016, nos termos da Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM nº 391/03”).

A Oferta das Cotas foi registrada na CVM em [●] de [●] de 2016, sob o nº [●].

As Cotas poderão ser registradas (i) para distribuição pública no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Ativos - MDA (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados (“CETIP”); e (ii) para negociação no mercado secundário por meio do SF - Módulo de Fundos (“SF”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada e as Cotas custodiadas na CETIP.

As informações constantes deste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura tanto deste Prospecto, quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimentos e à composição de sua carteira, bem como as disposições deste Prospecto que tratam dos fatores de risco aos quais o Fundo e o investidor estão sujeitos.

Ainda que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Qualquer rentabilidade obtida pelo Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia da Administradora, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

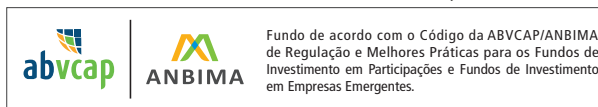
Todo Cotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência de seus dos objetivos, de sua política de investimento, da composição da carteira de investimento, da Taxa de Administração cobrada pelo Fundo, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor.

“Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de investimento nas Cotas. Antes de investir nas Cotas, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação do Fundo, de sua política de investimento, de sua condição financeira e dos riscos decorrentes do investimento nas Cotas. Os Investidores devem ler a seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, nas páginas 51 a 55 para avaliação dos riscos que devem ser considerados para o investimento nas Cotas.”

“A autorização para o registro da Oferta não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de seu Administrador, de sua política de investimentos, dos empreendimentos que constituírem seu objeto, ou, ainda, das Cotas a serem distribuídas.”

“A CVM NÃO GARANTE A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS E, TAMPOUCO, FAZ JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DAS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.”

ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO ABVCAP/ANBIMA, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA CVM. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTA FUNDO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, DA ABVCAP OU DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SUA ADMINISTRADORA OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS.



Coordenador Líder



Administradora



Assessor Legal



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

1.	DEFINIÇÕES	5
2.	IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRADORA, DO COORDENADOR LÍDER E DEMAIS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA OFERTA.....	9
2.1.	Informações sobre as entidades envolvidas na Oferta	9
3.	SUMÁRIO DA OFERTA	11
3.1.	Resumo das Características da Oferta.....	11
4.	CARACTERÍSTICAS DO FUNDO.....	19
4.1.	Base Legal.....	19
4.2.	Classificação ABVCAP/ANBIMA	19
4.3.	Objetivo do Fundo	19
4.4.	Período de Investimento.....	19
4.5.	Requisitos de Concentração e Investimento Conjunto.....	22
4.6.	Derivativos	22
4.7.	Requisitos Aplicáveis à Companhia Investida.....	22
4.8.	Da Administração do Fundo	23
4.8.1.	<i>Obrigações da Administradora</i>	23
4.8.2.	<i>Vedações da Administradora</i>	26
4.8.3.	<i>Taxa de Administração</i>	26
4.8.4.	<i>Taxa de Ingresso/Saída</i>	27
4.8.5.	<i>Substituição da Administradora</i>	27
4.8.6.	<i>Responsabilidade da Administradora</i>	28
4.9.	Do Custodiante e dos Demais Prestadores de Serviços	28
4.9.1.	<i>Responsabilidade dos Prestadores de Serviço</i>	28
4.10.	Da Assembleia Geral de Cotistas	29
4.10.1.	<i>Da Convocação</i>	30
4.10.2.	<i>Quorum de Instalação e Deliberação</i>	30
4.10.3.	<i>Requisitos para Participação</i>	31
4.10.4.	<i>Eficácia das Deliberações</i>	31
4.11.	Das Cotas.....	31
4.11.1.	<i>Propriedade das Cotas</i>	31
4.11.2.	<i>Novas Emissões</i>	31
4.11.3.	<i>Deliberação das Novas Emissões</i>	32
4.11.4.	<i>Do Compromisso de Investimento e do Boletim de Subscrição</i>	32
4.11.5.	<i>Da Integralização das Cotas</i>	32

4.11.6.	<i>Cancelamento de Cotas Não Subscritas</i>	34
4.11.7.	<i>Distribuição de Ganhos e Rendimentos do Fundo e Amortização</i>	34
4.11.8.	<i>Resgate das Cotas</i>	35
4.11.9.	<i>Transferências das Cotas</i>	35
4.11.10.	<i>Negociação das Cotas na CETIP</i>	36
4.12.	<i>Da Avaliação dos Ativos e do Patrimônio Líquido do Fundo</i>	37
4.12.1.	<i>Exercício Social do Fundo</i>	37
4.12.2.	<i>Escrituração Contábil</i>	37
4.12.3.	<i>Demonstrações Financeiras do Fundo</i>	37
4.12.4.	<i>Valor Contábil das Cotas</i>	37
4.12.5.	<i>Avaliação dos Ativos</i>	37
4.13.	<i>Da Forma de Liquidação dos Ativos Alvo e dos Eventos de Liquidação</i>	37
4.13.1.	<i>Forma de Liquidação</i>	37
4.13.2.	<i>Da Liquidação do Fundo</i>	38
4.14.	<i>Dos Encargos do Fundo</i>	38
4.15.	<i>Da Publicidade e da Remessa de Documentos</i>	40
4.15.1.	<i>Documentos do Fundo</i>	40
4.15.2.	<i>Divulgação de Documentos e Informações do Fundo</i>	40
4.15.3.	<i>Informações Disponibilizadas para a CVM</i>	41
4.15.4.	<i>Conformidade das Informações Divulgadas ou Apresentadas</i>	42
4.16.	<i>Dos Conflitos de Interesse</i>	42
5.	CARACTERÍSTICAS DA OFERTA	43
5.1.	<i>Características Básicas</i>	43
5.2.	<i>Direitos, Vantagens e Restrições das Cotas</i>	43
5.3.	<i>Direito aos Rendimentos das Cotas</i>	43
5.4.	<i>Registro para Colocação e Negociação</i>	43
5.5.	<i>Procedimento de Reserva</i>	44
5.6.	<i>Alocação das Cotas</i>	44
5.7.	<i>Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta</i>	45
5.8.	<i>Suspensão ou Cancelamento da Oferta</i>	46
5.9.	<i>Condições da Oferta</i>	46
5.10.	<i>Público Alvo</i>	47
5.11.	<i>Declaração de Inadequação</i>	47
5.12.	<i>Admissão à Negociação das Cotas do Fundo na CETIP</i>	47
5.13.	<i>Cronograma Tentativo da Oferta</i>	47
5.14.	<i>Contrato de Distribuição</i>	48

5.14.1.	<i>Procedimento de Distribuição</i>	48
5.15.	<i>Destinação dos Recursos</i>	49
5.16.	<i>Publicidade e Divulgação de Informações da Oferta</i>	49
5.17.	<i>Declarações da Administradora</i>	49
6.	FATORES DE RISCO	51
6.1.1.	<i>Riscos de Não Realização do Investimento</i>	51
6.1.2.	<i>Riscos de Liquidez</i>	51
6.1.3.	<i>Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida</i>	52
6.1.4.	<i>Riscos Relacionados à Companhia Investida</i>	52
6.1.5.	<i>Riscos de Mercado</i>	53
6.1.6.	<i>Riscos de Crédito</i>	53
6.1.7.	<i>Risco de Descontinuidade</i>	53
6.1.8.	<i>Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos e Regulatórios</i>	53
6.1.9.	<i>Risco de Concentração em Ativos da Companhia Investida</i>	54
6.1.10.	<i>Outros Riscos Exógenos ao Controle da Administradora</i>	54
6.1.11.	<i>Risco de Patrimônio Líquido Negativo</i>	54
6.1.12.	<i>Riscos de Alterações da Legislação Tributária</i>	54
6.1.13.	<i>Riscos Ambientais</i>	55
7.	TRIBUTAÇÃO	57
7.1.	<i>Fundo</i>	57
7.1.1.	<i>IOF/Títulos</i>	57
7.1.2.	<i>Imposto de Renda</i>	57
7.2.	<i>Cotistas do Fundo:</i>	57
7.2.1.	<i>IOF/Títulos</i>	57
7.2.2.	<i>IOF/Câmbio:</i>	57
7.2.3.	<i>Imposto de Renda</i>	57
7.2.4.	<i>Cotistas Residentes no Brasil:</i>	58
7.2.5.	<i>Cotistas Residentes no Exterior:</i>	58
7.2.6.	<i>Cotistas Não Residentes em Paraíso Fiscal:</i>	58
7.2.7.	<i>Cotistas Residentes em Paraíso Fiscal:</i>	58
8.	BREVE HISTÓRICO DO COORDENADOR LÍDER E DA ADMINISTRADORA	59
8.1.	<i>Breve Histórico do Coordenador Líder e da Administradora</i>	59

9.	INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	60
9.1.	Esclarecimentos a respeito do Fundo e da Oferta.....	60
9.1.1.	<i>Administradora</i>	60
9.1.2.	<i>Coordenador Líder</i>	60
9.1.3.	<i>CVM</i>	61
9.1.4.	<i>CETIP</i>	61
ANEXOS	63	
Anexo I - Instrumento Particular de Constituição do Fundo	65	
Anexo II - Regulamento.....	89	
Anexo III - Declaração do Coordenador Líder	149	
Anexo IV - Declaração da Administradora	153	

1. DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta Seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

<u>“Administradora”</u> ou <u>“Coordenador Líder”</u>	A GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A. , instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº 20, Grupo 1201 B, Centro, CEP 20010-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.652.684/0001-62, instituição credenciada pela CVM para administrar recursos de terceiros de acordo com o ato declaratório nº 6.819, de 17 de maio de 2002;
<u>“ANBIMA”</u>	A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
<u>“Anúncio de Encerramento”</u>	O anúncio informando acerca do resultado final da Oferta, a ser divulgado nas páginas da rede mundial de computadores do Coordenador Líder, da Administradora, da CETIP e da CVM, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM nº 400/03;
<u>“Anúncio de Início”</u>	O anúncio informando acerca do início do Período de Distribuição, a ser divulgado nas páginas da rede mundial de computadores do Coordenador Líder, da Administradora, da CETIP e da CVM, nos termos do artigo 52 e do artigo 54-A, ambos da Instrução CVM nº 400/03;
<u>“Assembleia Geral de Cotistas”</u> ou <u>“Assembleia Geral”</u>	A assembleia geral de Cotistas do Fundo;
<u>“Ativos Alvo”</u>	São as ações, debêntures conversíveis, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia Investida;
<u>“Ativos Líquidos”</u>	São (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; (ii) certificados de depósito bancários; (iii) operações compromissadas; e (iv) cotas de fundos de Renda Fixa e Referenciado DI de livre escolha da Administradora;
<u>“Auditor Independente”</u>	É a ERNST & YOUNG ADUITORES INDEPENDENTES S/S , com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre Itaim bibi, 5º e 6º andares, CEP 04543-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.366.936/0001-25;

<u>“Aviso ao Mercado”</u>	O aviso que comunica ao mercado o início do Período de Reserva, antecede o Anúncio de Início e traz informações complementares à Oferta, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400/03, incluindo, no caso dessa Oferta, a comunicação acerca do início do Período de Reserva, a ser divulgado nas páginas da rede mundial de computadores do Coordenador Líder, da Administradora, da CETIP e da CVM;
<u>“BACEN”</u>	O Banco Central do Brasil;
<u>“Boletim de Subscrição”</u>	É o documento que formaliza a subscrição das Cotas pelo Investidor;
<u>“Capital Comprometido”</u>	É a soma de todos os Capitais Comprometidos dos Cotistas;
<u>“CETIP”</u>	É a CETIP S.A. - Mercados Organizados;
<u>“CNPJ/MF”</u>	É o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;
<u>“Código ABVCAP/ANBIMA”</u>	É o Código ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE;
<u>“Código Civil Brasileiro”</u>	É a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;
<u>“Companhia Investida”</u>	É a ABL CINEMA LEBLON EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. , sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, sala 906, Botafogo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.436.424/0001-21;
<u>“Compromisso de Investimento”</u>	Significa cada instrumento particular de compromisso de investimento, devidamente assinado pela Administradora, agindo em nome do Fundo, bem como por 2 (duas) testemunhas, e por cada Cotista do Fundo comprometendo-se a integralizar Cotas sempre que houver chamadas para tanto por parte da Administradora;
<u>“COSIF”</u>	É o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional;
<u>“Cotas”</u>	Correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo;
<u>“Cotistas”</u>	São os investidores que venham a subscrever ou adquirir Cotas de emissão do Fundo;
<u>“Custodiante”</u>	Significa o ITAÚ UNIBANCO S.A. , com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, CEP 04310-030, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04;
<u>“CVM”</u>	É a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>“Data de Início”</u>	É a data da primeira integralização de Cotas, realizada após o recebimento da chamada de capital a ser enviada pela Administradora;

<u>“Dia(s) Útil(eis)”</u>	De segunda a sexta-feira, exceto feriados no Estado de São Paulo, na Cidade de São Paulo, feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro, ressalvados os pagamentos realizados por meio da CETIP, que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo;
<u>“Escriturador”</u>	Significa a ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A. , com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, CEP 04310-030, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64;
<u>“Fundo”</u>	É o TRIAR CINE LEBLON FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES , inscrito no CNPJ/MF sob o nº 21.085.424/0001-76;
<u>“Instrução CVM 391/03”</u>	É a Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada;
<u>“Instrução CVM 400/03”</u>	É a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;
<u>“Instrução CVM 476/09”</u>	É a Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada;
<u>“Instrução CVM nº 539/13”</u>	É a Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada;
<u>“Investidores Qualificados”</u>	São os investidores qualificados, devidamente enquadrados nos termos das normas expedidas pela CVM em vigor;
<u>“IPCA”</u>	É o Índice de Preço ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;
<u>“Patrimônio Líquido”</u>	É a soma do disponível, mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades;
<u>“Pedido de Reserva”</u>	É o formulário específico a ser preenchido durante o Período de Reserva pelo investidor que desejar participar da Oferta;
<u>“Período de Desinvestimento”</u>	É o período que se iniciará no primeiro Dia Útil seguinte ao término do Período de Investimento e se estenderá até a data de liquidação do Fundo;
<u>“Período de Distribuição”</u>	O prazo da distribuição será de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da divulgação do Anúncio de Início;
<u>“Período de Investimento”</u>	É o período de duração de até 18 (dezoito) meses contados da Data de Início, podendo o Período de Investimento ser encerrado antes, a critério da Administradora;
<u>“Período de Reserva”</u>	É o período que se inicia quando da divulgação do Aviso ao Mercado e se encerra em 5 (cinco) Dias Úteis após a concessão do registro da Oferta pela CVM;

<u>“Pessoas Vinculadas”</u>	Os investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM nº 400/03, (a) controladores ou administradores do Coordenador Líder ou da Administradora; (b) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (c) os cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (a) e/ou (b) acima;
<u>“Política de Investimentos”</u>	A política de investimento adotada pelo Fundo para a realização de seus investimentos, nos termos do Capítulo II do Regulamento e no item “Objetivo do Fundo”, da Seção “Características do Fundo” na página 19 deste Prospecto;
<u>“Primeira Emissão”</u> ou <u>“Oferta Restrita”</u>	É a oferta de Cotas Fundo da Primeira Emissão de Cotas do Fundo, que será de 15.000.000 (quinze milhões) Cotas e no montante total de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), distribuída com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM nº 476/09;
<u>“Prospecto Definitivo”</u>	É o prospecto definitivo da Oferta, a ser apresentado pelo Coordenador Líder por ocasião da concessão do registro da Oferta pela CVM;
<u>“Prospecto Preliminar”</u>	É o prospecto preliminar da Oferta;
<u>“Prospecto”</u>	É este prospecto da Oferta;
<u>“Público Alvo”</u>	São os Investidores Qualificados;
<u>“Regulamento”</u>	É o Regulamento do Fundo;
<u>“Segunda Emissão”</u> ou <u>“Oferta”</u> :	É a presente oferta pública da Segunda Emissão de Cotas Fundo, que será de 15.000.000 (quinze milhões) Cotas e no montante total de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), distribuída nos termos da Instrução CVM nº 400/03;
<u>“Suplemento da Primeira Emissão”</u>	É o suplemento constante do Anexo II ao Regulamento contendo as características da Primeira Emissão;
<u>“Suplemento da Segunda Emissão”</u>	É o suplemento constante do Anexo III ao Regulamento contendo as características da Segunda Emissão;
<u>“Taxa de Administração”</u> :	É o valor devido pelo Fundo à Administradora como forma de remuneração pelos serviços de administração do Fundo, calculada e paga na forma prevista na Seção “Da Administração Fundo” na página 26 deste Prospecto;
<u>“Termo de Adesão ao Regulamento”</u>	O Termo de Adesão ao Regulamento do Fundo, por meio do qual o investidor declara-se ciente e de acordo com relação à política de investimento e riscos do Fundo; e
<u>“Valor Nominal Unitário”</u>	Corresponde a R\$ 1,00 (um real) por Cota, corrigido a 14,15% (quatorze inteiros e quinze centésimos por cento) ao ano, a partir do encerramento da Primeira Emissão de Cotas.

**2. IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRADORA, DO COORDENADOR LÍDER
E DEMAIS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA OFERTA**

2.1. Informações sobre as entidades envolvidas na Oferta

COORDENADOR LÍDER

GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A.

Rua Praça XV de Novembro, nº 20, Grupo 1201 B, Centro
CEP 20010-010, Rio de Janeiro - RJ

At.: Gabriel Lansac

Telefone: (11) 3524-8987

Fax: (11) 2137-8899

E-mail: estruturacao@gerafuturo.com.br

Website: <https://www.geracaofuturo.com.br>

ADMINISTRADORA

GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A.

Rua Praça XV de Novembro, nº 20, Grupo 1201 B, Centro
CEP 20010-010, Rio de Janeiro - RJ

At.: Gabriel Lansac

Telefone: (11) 3524-8987

Fax: (11) 2137-8899

E-mail: estruturacao@gerafuturo.com.br

Website: <https://www.geracaofuturo.com.br>

AUDITOR INDEPENDENTE

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 5º e 6º andares, Torre I
CEP 04543-900, São Paulo - SP

At.: Emerson Fabri

Tel: (11) 3054-0000

Website: <http://www.ey.com/BR/pt/Home>

ESCRITURADOR

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar
CEP 04310-030, São Paulo - SP

At.: Sr. Thiago Cannata

Tel.: (11) 5029-4061

E-mail: thiago.cannata@itau-unibanco.com.br

Website: www.itaucorretora.com.br

ASSESSOR LEGAL

PMKA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 12º andar

CEP 05407 003, São Paulo - SP

At.: Sr. Bruno Cerqueira

Tel: (11) 3133-2500

Fax: (11) 3133-2505

E-mail: bpc@pmka.com.br

Website: www.pmka.com.br

As declarações da Administradora e do Coordenador Líder relativas ao artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03 encontram-se nos Anexos III e IV deste Prospecto.

3. SUMÁRIO DA OFERTA

3.1. Resumo das Características da Oferta

O sumário abaixo não contém todas as informações sobre a Oferta e as Cotas. Recomenda-se ao investidor, antes de tomar sua decisão de investimento, a leitura cuidadosa deste Prospecto, inclusive seus Anexos, e do Regulamento, com especial atenção à Seção “Fatores de Risco” nas páginas 51 a 55 deste Prospecto.

Nome do Fundo	TRIAR CINE LEBLON FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
Administradora	Geração Futuro Corretora de Valores S.A.
Coordenador Líder	Geração Futuro Corretora de Valores S.A.
Escriturador	Itaú Corretora de Valores S.A.
Custodiante	Itaú Unibanco S.A.
Montante Total da Oferta	Até R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).
Quantidade Total de Cotas da Oferta	Até 15.000.000 (quinze milhões) de Cotas.
Valor Nominal Unitário das Cotas	R\$ 1,00 (um real), corrigido a 14,15% (quatorze inteiros e quinze centésimos por cento) ao ano, a partir do encerramento da Primeira Emissão de Cotas.
Número de Séries	Série Única.
Montante Mínimo por Investidor	Os investidores que desejarem participar da Oferta deverão adquirir, no mínimo, 500.000 (quinhentas mil) Cotas, totalizando o montante mínimo de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).
Data Prevista para o Início da Oferta	10 de maio de 2016.
Período de Distribuição	O prazo da distribuição será de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da divulgação do Anúncio de Início.

Regime de Colocação	Melhores esforços de colocação.
Forma de Distribuição	Distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 400/03.
Público Alvo	A Oferta é destinada a Investidores Qualificados.
Procedimentos para Subscrição e Integralização de Cotas	As Cotas da Oferta deverão ser integralizadas da seguinte forma: (a) em até 5 (cinco) dias úteis contados da subscrição, cada investidor deverá integralizar o mesmo percentual que tenha sido integralizado pelos investidores da Oferta Restrita; e (b) o saldo remanescente conforme o seguinte cronograma:

1º trimestre	20% do Capital Subscrito
2º trimestre	20% do Capital Subscrito
3º trimestre	20% do Capital Subscrito
4º trimestre	25% do Capital Subscrito
5º trimestre	10% do Capital Subscrito
6º trimestre	5% do Capital Subscrito

Procedimento de Distribuição	As Cotas serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços de colocação, com a intermediação do Coordenador Líder, utilizando-se o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM nº 400/03, conforme plano de distribuição elaborado pelo Coordenador Líder. A distribuição pública das Cotas terá início após (i) a obtenção do registro da Oferta na CVM; (ii) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores; e (iii) a divulgação do Anúncio de Início, encerrando-se na data de divulgação do Anúncio de Encerramento.
Admissão à Negociação das Cotas na CETIP	As Cotas objeto da Oferta serão (i) distribuídas no mercado primário por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP; e (ii) uma vez integralizadas, negociadas no mercado secundário por meio do SF, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Participação de Pessoas Vinculadas na Oferta	Fica estabelecido que os Investidores que sejam Pessoas Vinculadas, deverão, necessariamente, indicar no Boletim de Subscrição a sua

condição ou não de Pessoa Vinculada. Dessa forma, serão aceitos os Boletins de Subscrição firmados por Pessoas Vinculadas, sem qualquer limitação, observado, no entanto, que no caso de distribuição com excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) da quantidade de Cotas inicialmente ofertada no âmbito da Oferta, será vedada a colocação de Cotas para as Pessoas Vinculadas.

Alocação das Cotas:

A alocação das Cotas deverá observar o seguinte procedimento:

(i) a alocação de Cotas será feita de acordo com a ordem cronológica de chegada das ordens representativas dos Boletins de Subscrição para subscrição das Cotas objeto da Oferta, enviadas pelo Coordenador Líder e pelas Instituições Contratadas à CETIP, com exceção dos Boletins de Subscrição firmados pelos investidores que sejam Pessoas Vinculadas;

(ii) a ordem cronológica de chegada das ordens representativas dos Boletins de Subscrição será verificada no momento em que a reserva for processada com sucesso pelo sistema SF da CETIP, seja por tela ou por arquivo eletrônico;

(iii) em caso de ordens representativas dos Boletins de Subscrição enviadas pelo Coordenador Líder via sistema SF por meio de arquivo eletrônico, todas as subscrições contidas em um mesmo arquivo serão consideradas com o mesmo horário de chegada. No entanto, o processamento da alocação será realizado linha a linha, de cima para baixo, sendo certo que esta forma de atendimento não garante que as reservas encaminhadas no mesmo arquivo eletrônico sejam integralmente atendidas;

(iv) no caso de um investidor firmar mais de um Boletim de Subscrição, os Boletins de Subscrição serão considerados subscrições independentes, sendo considerada primeira a

subscrição efetuada aquela que primeiramente for processada com sucesso pelo sistema SF da CETIP. Os Boletins de Subscrição cancelados, por qualquer motivo, serão desconsiderados na alocação cronológica dos Boletins de Subscrição; e

(v) o processo de alocação de cotas poderá acarretar em alocação parcial no último Boletim de Subscrição alocado, conforme o caso.

Taxa de Administração

A Administradora receberá, pelos serviços de administração do Fundo, uma remuneração equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) sobre o patrimônio líquido do Fundo, com valor mínimo mensal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais):

(i) durante o decurso do Período de Investimento, sobre o Capital Comprometido, atualizado de acordo com as novas formalizações do Compromisso de Investimento e dos Boletins de Subscrição; ou

(ii) após o encerramento do Período de Investimento, sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo.

A Taxa de Administração devida à Administradora será calculada e provisionada diariamente, por Dia Útil, considerado o ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, e será paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês.

A Administradora pode estabelecer, nos termos de cada contrato firmado com cada prestador de serviço, que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

O Fundo não possui taxa de ingresso e/ou taxa de saída.

Inadequação de Investimento

O investimento nas Cotas representa um investimento de risco. Dessa forma, os investidores estarão sujeitos a perdas patrimoniais e a riscos relacionados, dentre outros, aos Ativos Alvo, à liquidez das Cotas e à volatilidade do mercado de capitais. Recomenda-se, portanto, que os investidores leiam cuidadosamente a seção “Fatores de Risco”, nas páginas 51 a 55 deste Prospecto, antes da tomada de decisão de investimento, para a melhor verificação de alguns riscos que podem afetar de maneira adversa o investimento nas Cotas.

A OFERTA NÃO É DESTINADA A INVESTIDORES QUE NECESSITEM DE LIQUIDEZ EM SEUS INVESTIMENTOS.**Publicidade e Divulgação de Informações do Fundo e da Oferta**

Todos os anúncios, atos e/ou fatos relevantes relativos à Oferta, incluindo o Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início e o Anúncio de Encerramento, serão divulgados nas páginas da rede mundial de computadores do Coordenador Líder, da Administradora, da CETIP e da CVM, nos termos dos artigos 29 e 54-A da Instrução CVM nº 400/03.

Procedimento do Pedido de Reserva

É admissível o recebimento de reservas, a partir da data a ser indicada no Aviso ao Mercado, para subscrição, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor após o início do período de distribuição.

Cada investidor poderá realizar seu Pedido de Reserva junto ao Coordenador Líder, mediante o preenchimento de formulário específico, no Período de Reserva, observado o Montante Mínimo por Investidor.

Os investidores poderão formalizar Pedido de Reserva condicionando a aceitação da Oferta até o término do Período de Distribuição: (i) à colocação da totalidade das Cotas objeto da Oferta; ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Cotas em observância ao disposto nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400/03 até o término do Período de Reserva, que ocorrerá 5 (cinco) Dias Úteis após a concessão do registro da Oferta pela CVM. Na hipótese de não colocação da totalidade das Cotas no término do Período de Reserva (inclusive), os Pedidos de Reserva realizados nos termos do subitem

“(i)” acima serão automaticamente cancelados. Na hipótese de atendimento da condição objeto do subitem “(ii)” acima, até o término do Período de Reserva, os Pedidos de Reserva realizados nos termos do subitem “(ii)” serão confirmados até a totalidade das Cotas efetivamente subscritas por cada investidor.

O investidor somente poderá desistir do seu Pedido de Reserva caso (i) a Oferta seja suspensa nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400/03, (ii) a Oferta seja modificada nos termos do artigo 25 da Instrução CVM 400/03, ou (iii) a Oferta não atinja a totalidade das Cotas.

Fatores de Risco

LEIA O PROSPECTO E O REGULAMENTO ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL A SEÇÃO “FATORES DE RISCO” CONSTANTE NAS PÁGINAS 51 A 55 DESTE PROSPECTO PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À SUBSCRIÇÃO E À AQUISIÇÃO DE COTAS QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

Informações Adicionais:

Todos os atos e decisões relacionadas ao Fundo serão veiculados nos *websites* da Administradora, da CVM e da CETIP:

Administradora:

<http://www.geracaofuturo.com.br/ofertas-publicas>

(neste *website* clicar em “TRIAR CINE LEBLON FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES” na seção “OFERTAS EM ANDAMENTO” e, por fim, clicar em “Regulamento” na seção “Links Oficiais”);

CVM:

www.cvm.gov.br

(neste *website*, no “Menu”, clicar no link “Regulados”, clicar no link “Fundos de Investimento”, clicar no link “Consulta à Base de Dados”, clicar em “Fundos de Investimento Registrados”, digitar no primeiro campo “TRIAR CINE LEBLON FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES”, clicar no link “Documentos Eventuais (assembleias, prospecto distribuição, regulamento, etc)” no “Documentos Associados”, e, por fim, clicar em “Regulamento”).

Os potenciais investidores devem ler este Prospecto antes de tomar qualquer decisão de investir nas Cotas do Fundo. Os Investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto ou informações adicionais sobre a Oferta deverão dirigir-se aos endereços e páginas da rede mundial de computadores do Coordenador Líder, da CVM e/ou da CETIP abaixo indicados:

- Administradora:

Website: <http://www.geracaofuturo.com.br/ofertas-publicas> (neste *website* clicar em “TRIAR CINE LEBLON FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES” na seção “OFERTAS EM ANDAMENTO” e, após, clicar em “Prospecto Preliminar”)

- Coordenador Líder:

Website: <http://www.geracaofuturo.com.br/ofertas-publicas> (neste *website* clicar em “TRIAR CINE LEBLON FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES” na seção “OFERTAS EM ANDAMENTO” e, após, clicar em “Prospecto Preliminar”)

- CVM:

Website: www.cvm.gov.br

Link para acesso ao Prospecto Preliminar: www.cvm.gov.br (neste *website*, no “Menu”, clicar no link “Regulados”, clicar no link “Fundos de Investimento”, clicar no link “Consulta à Base de Dados”, clicar em “Fundos de Investimento Registrados”, digitar no primeiro campo “TRIAR CINE LEBLON FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES”, clicar no link “Documentos Eventuais (assembleias, prospecto distribuição, regulamento, etc)” no “Documentos Associados”, e, por fim, clicar em “Prospecto Preliminar”)

- CETIP:

Website: <https://www.cetip.com.br/>

Link para acesso ao Prospecto Preliminar: <https://www.cetip.com.br/comunicados-documentos/UnidadeTitulos/prospectos> (neste *website* clicar em “Prospectos de Fundos de Investimento - Cotas de Fundos Fechados” no item “VEJA ABAIXO AS CATEGORIAS DE PROSPECTOS”; digitar no campo denominado “Título” o texto “TRIAR CINE LEBLON FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES” e clicar em “Prospecto Preliminar”)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

4. CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

4.1. Base Legal

O Fundo tem como base legal a Instrução CVM nº 391/03 e o Código ABVCAP/ANBIMA, estando sujeito aos termos e condições do seu Regulamento.

4.2. Classificação ABVCAP/ANBIMA

Para os fins do Código ABVCAP/ANBIMA, o Fundo é classificado como “Fundo Diversificado Tipo 3”. Referida classificação só poderá ser alterada por deliberação de Cotistas titulares de mais da metade das Cotas emitidas reunidos em Assembleia Geral.

4.3. Objetivo do Fundo

O objetivo do Fundo é proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, observada a política de investimento definida no Capítulo II do Regulamento, por meio de investimentos na aquisição direta de Ativos Alvo de emissão da Companhia Investida, de forma que o Fundo venha a participar do processo decisório da Companhia Investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

Desde que respeitada a política de investimento prevista no Capítulo II do Regulamento, o Fundo poderá aplicar seus recursos em Ativos Líquidos.

4.4. Período de Investimento

O Fundo deverá realizar os investimentos nos Ativos Alvo durante o Período de Investimento.

Uma vez encerrado o Período de Investimento, (i) nenhum novo investimento será realizado pelo Fundo; e (ii) não será exigida qualquer integralização adicional pelos Cotistas, ressalvado o disposto nos itens seguintes.

Após o término do Período de Investimentos, o Fundo poderá realizar investimentos adicionais na Companhia Investida e consequentemente exigir integralizações adicionais, tanto para a realização de tais investimentos adicionais quanto para o pagamento de compromissos de investimento específicos assumidos pelo Fundo antes ou no momento do término do Período de Investimentos e também para o pagamento de despesas ordinárias do Fundo em situações de iliquidez. De qualquer forma, as integralizações adicionais que eventualmente venham a ocorrer nos termos deste item serão realizadas até o limite do Capital Comprometido de cada Cotista.

Investimento na Companhia Investida.

O Fundo alocará seus recursos visando à participação no processo decisório da Companhia Investida, que se dará por uma das seguintes maneiras:

- (i) detenção de ações de emissão da Companhia Investida que integrem seu bloco de controle;
- (ii) celebração de acordo de acionistas com outros acionistas da Companhia Investida;
- (iii) eleição de membro(s) do conselho de administração com representatividade suficiente para influir na administração da Companhia Investida, assegurando ao Fundo participação no processo decisório da mesma, ainda que por meio de direito de veto, em definições estratégicas e na gestão da Companhia Investida; ou
- (iv) celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo participação, ainda que por meio de direito de veto, em definições estratégicas e na gestão da Companhia Investida.

O Fundo deve manter, no mínimo, 90% (noventa por cento) de seu patrimônio investido em Ativos Alvo emitidos pela Companhia Investida.

O limite estabelecido acima não é aplicável durante o prazo de aplicação dos recursos de cada um dos eventos de integralização de Cotas previstos no Compromisso de Investimento.

A Administradora deverá comunicar imediatamente à CVM, após ultrapassado o prazo referido acima, a ocorrência de desenquadramento, com as devidas justificativas, informando ainda o reenquadramento da carteira, no momento em que ocorrer. Caso o desenquadramento ao limite estabelecido ultrapasse o prazo referido no Parágrafo 9º do Artigo 28 do Regulamento, a Administradora deve, em até 10 (dez) Dias Úteis contados do término do prazo para aplicação dos recursos, reenquadrar a carteira do Fundo, ou devolver os valores que ultrapassem o limite estabelecido aos Cotistas que tiverem integralizado a última chamada de capital, sem qualquer rendimento, na proporção por eles integralizada, nos termos da Instrução CVM 391/03.

Para o fim de verificação de enquadramento previsto acima, deverão ser somados aos Ativos Alvo emitidos pela Companhia Investida os valores:

- (i) destinados ao pagamento de despesas do Fundo, desde que limitados a 5% (cinco por cento) do Capital Comprometido, em linha com o disposto acima;

- (ii) decorrentes de operações de desinvestimento:
- (iii) no período entre a data do efetivo recebimento dos recursos e o último Dia Útil do 2º (segundo) mês subsequente a tal recebimento, nos casos em que ocorra o reinvestimento dos recursos em Ativos Alvo emitidos pela Companhia Investida;
- (iv) no período entre a data do efetivo recebimento dos recursos e o último Dia Útil do mês subsequente a tal recebimento, nos casos em que não ocorra o reinvestimento dos recursos em Ativos Alvo emitidos pela Companhia Investida; ou
- (v) enquanto vinculados a garantias dadas ao comprador do ativo desinvestido; e
- (vi) aplicados em títulos públicos com o objetivo de constituição de garantia a contratos de financiamento de projetos de infraestrutura junto a instituições financeiras oficiais.

Os recursos não investidos na forma acima deverão ser alocados em Ativos Líquidos.

Salvo aprovação da maioria dos Cotistas reunidos em Assembleia Geral, é vedada a aplicação de recursos do Fundo na Companhia Investida na qual:

- (i) participem a Administradora ou, ainda, os Cotistas titulares de cotas representantes de 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso anterior estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Ativos Alvo a serem subscritos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
- (iii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) acima participem em conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos valores mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes do primeiro investimento por parte do Fundo.

Salvo aprovação da maioria dos Cotistas, é igualmente vedada a realização de operações pelo Fundo em que este figure como contraparte das pessoas mencionadas no inciso (i) do 0 acima, exceto fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados e/ou geridos pela Administradora, conforme autorizado pelo Regulamento.

4.5. Requisitos de Concentração e Investimento Conjunto

O Fundo poderá investir até 100% (cem por cento) de seus recursos na aquisição de Ativos Alvo de emissão de uma única Companhia Investida.

A Administradora não poderá co-investir com o Fundo na Companhia Investida, admitindo-se somente a detenção pela Administradora de 1 (uma) ação do capital social da Companhia de Investida de forma a garantir a pluralidade de acionistas dessa companhia.

4.6. Derivativos

É vedado ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial.

4.7. Requisitos Aplicáveis à Companhia Investida

Somente Ativos Alvo da Companhia Investida poderão ser objeto de investimento pelo Fundo.

A Companhia Investida deverá observar as seguintes práticas de governança:

- (i) proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência de tais títulos em circulação;
- (ii) mandato unificado de 1 (um) ano para todo o conselho de administração;
- (iii) disponibilização ao Fundo de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opção de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia Investida;
- (iv) adesão a câmara de arbitragem para resolução dos conflitos societários;
- (v) auditoria anual de suas demonstrações contábeis, por auditores independentes registrados na CVM; e
- (vi) no caso de abertura de seu capital, obrigar-se formalmente, perante o Fundo, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nas alíneas anteriores.

A Administradora e o Custodiante não responderão por eventual desenquadramento do investimento do Fundo na Companhia Investida, caso esse desenquadramento ocorra após a realização do investimento pelo Fundo.

4.8. Da Administração do Fundo

As atividades de administração, distribuição e controladoria das Cotas do Fundo serão exercidas pela Administradora. A distribuição de Cotas do Fundo poderá ser realizada por outras entidades integrantes do sistema de distribuição, contratadas pela Administradora, em nome do Fundo.

4.8.1. Obrigações da Administradora

Incluem-se entre as obrigações da Administradora no tocante à administração do Fundo:

- (i) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 5 (cinco) anos após o encerramento do Fundo:
 - (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (ii) o registro dos Cotistas e de transferência de Cotas;
 - (iii) o livro de atas de Assembleias Gerais de Cotistas;
 - (iv) o livro de presença de Cotistas;
 - (v) o arquivo dos pareceres dos auditores independentes;
 - (vi) os registros e demonstrações contábeis referentes às operações realizadas pelo Fundo e seu patrimônio; e
 - (vii) a documentação relativa às operações do Fundo;
- (ii) receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao Fundo;
- (iii) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;
- (iv) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na Instrução CVM 391/03;

- (v) elaborar junto com as demonstrações contábeis semestrais e anuais, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições da Instrução CVM 391/03 e do Regulamento;
- (vi) se houver, fornecer aos Cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Cotas emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimento elaborados pela Administradora e que fundamentem as decisões por ela tomadas, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- (vii) se houver, fornecer aos Cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Cotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises elaborados pela Administradora, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- (viii) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso (i) acima até o término do mesmo;
- (ix) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do Fundo;
- (x) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Administradora do Fundo;
- (xi) manter os títulos e valores mobiliários fungíveis integrantes da carteira do Fundo custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;
- (xii) elaborar e divulgar as informações previstas no Capítulo VIII da Instrução CVM 391/03, referentes às demonstrações contábeis e demais informações do Fundo;
- (xiii) cumprir as deliberações tomadas em Assembleia Geral de Cotistas;
- (xiv) representar o Fundo em juízo e fora dele e praticar todos os atos necessários à administração da carteira do Fundo, observadas as limitações legais e regulamentares em vigor, bem como o disposto no Regulamento;

- (xv) cumprir e fazer cumprir todas as disposições do Regulamento;
- (xvi) comunicar à CVM, no prazo de até 8 (oito) dias corridos contados da respectiva deliberação em Assembleia Geral de Cotistas, os seguintes atos relativos ao Fundo:
 - (i) alteração do Regulamento;
 - (ii) substituição da Administradora e/ou do Custodiante;
 - (iii) fusão;
 - (iv) incorporação;
 - (v) cisão;
 - (vi) liquidação; e
 - (vii) distribuição de novas cotas.
- (xvii) realizar, conforme orientações da Administradora, chamadas para integralização de Cotas nos termos do Regulamento e de cada Compromisso de Investimento, inclusive para a realização de investimentos pelo Fundo;
- (xviii) empregar, na defesa dos direitos dos cotistas e do Fundo, a diligência exigida pelas circunstâncias, praticando todo e qualquer ato necessário para assegurá-los, tomando inclusive as medidas judiciais cabíveis;
- (xix) rescindir ou renegociar os termos do Compromisso de Investimento somente quando assim aprovado pela Assembleia Geral de Cotistas e nos termos por ela deliberados;
- (xx) informar imediatamente aos Cotistas qualquer situação de conflito de interesse, ainda que apenas potencial, envolvendo a Administradora; e
- (xxi) notificar o Cotista inadimplente a respeito da suspensão de seus direitos políticos e econômicos, nos termos desse Regulamento.

Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos (xii) e (xiii) acima, a Administradora poderá submeter a questão à prévia apreciação da Assembleia Geral de Cotistas, tendo em conta os interesses do Fundo e dos demais cotistas, bem como eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às empresas nas quais o Fundo tenha investido, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os Cotistas que requereram a informação. Nestes casos, todos os Cotistas terão acesso às informações previstas nos incisos (xii) e (xiii) acima.

4.8.2. *Vedações da Administradora*

É vedado à Administradora, direta ou indiretamente, em nome do Fundo:

- (i) receber depósitos em conta corrente;
- (ii) contrair ou efetuar empréstimos, salvo nas modalidades permitidas pela CVM;
- (iii) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- (iv) negociar com duplicatas, notas promissórias (excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM nº 134, de 01 de novembro de 1990), ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- (v) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- (vi) aplicar recursos:
 - (a) no exterior;
 - (b) na aquisição de imóveis; e
 - (c) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

4.8.3. *Taxa de Administração*

A Administradora receberá, pelos serviços de administração do Fundo, uma remuneração equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) sobre o patrimônio líquido do Fundo, com valor mínimo mensal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

- (i) durante o decurso do Período de Investimento, sobre o Capital Comprometido, atualizado de acordo com as novas formalizações do Compromisso de Investimento e dos Boletins de Subscrição; ou
- (ii) após o encerramento do Período de Investimento, sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo.

A Taxa de Administração devida à Administradora será calculada e provisionada diariamente, por Dia Útil, considerado o ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, e será paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês.

A Administradora pode estabelecer, nos termos de cada contrato firmado com cada prestador de serviço, que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

4.8.4. Taxa de Ingresso/Saída

O Fundo não possui taxa de ingresso e/ou taxa de saída.

4.8.5. Substituição da Administradora

A Administradora deixará de prestar os serviços ao Fundo de que tratam esse Regulamento nas seguintes hipóteses:

- (i) renúncia, mediante aviso prévio de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, endereçado a cada Cotista e à CVM;
- (ii) descredenciamento pela CVM por descumprimento das normas vigentes; e
- (iii) destituição deliberada pela Assembleia Geral, nos termos do Regulamento.

Nas hipóteses de renúncia ou descredenciamento pela CVM ou destituição deliberada pela Assembleia Geral de Cotistas, ficará a Administradora obrigada a convocar, imediatamente, a Assembleia Geral de Cotistas para eleger seu substituto, a se realizar no prazo de até 10 (dez) dias corridos, sendo também facultado aos Cotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das Cotas subscritas e integralizadas, em qualquer caso, ou à CVM, nos casos de descredenciamento, a convocação da Assembleia Geral de Cotistas para tal fim.

No caso de renúncia, a Administradora deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, sem prejuízo do disposto abaixo.

Caso (i) a Assembleia Geral de Cotistas não chegue a uma decisão sobre a escolha do novo administrador, na data de sua realização, ou (ii) o novo administrador, não seja efetivamente empossado no cargo no prazo de até 90 (noventa) dias corridos após a deliberação de Assembleia Geral de Cotistas que o eleger, a Administradora poderá liquidar o Fundo independentemente de deliberação da Assembleia Geral de Cotistas.

No caso de descredenciamento da Administradora pela CVM, esta poderá, a seu exclusivo critério e de acordo com os seus normativos internos e demais normas que regulam a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, indicar administrador temporário até a eleição de novo administrador para o Fundo.

Independente da forma de substituição estabelecida acima fica assegurado à Administradora, até a data da sua efetiva substituição, a parcela que lhe couber da Taxa de Administração, de forma *pro rata temporis*, nos termos do Regulamento.

Em qualquer das hipóteses de substituição, a Administradora deverá enviar ao novo administrador todos os documentos ou cópias, relativos às atividades prestadas para o Fundo.

4.8.6. Responsabilidade da Administradora

A Administradora responderá pelos prejuízos causados aos cotistas quando procederem com culpa ou dolo, com violação da lei, das normas editadas pela CVM e do Regulamento.

4.9. Do Custodiante e dos Demais Prestadores de Serviços

As atividades de custódia e escrituração do Fundo serão exercidas pelo Custodiante.

O Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- (i) a abertura e movimentação de contas bancárias em nome do Fundo;
- (ii) o recebimento de recursos a título de integralização de Cotas e o pagamento de valores aos Cotistas a título de amortização ou resgate das Cotas, nas hipóteses previstas no Regulamento;
- (iii) o recebimento de dividendos e quaisquer outros rendimentos oriundos da Carteira de Investimentos e demais aplicações do Fundo; e
- (iv) a liquidação financeira de todas as operações do Fundo.

4.9.1. Responsabilidade dos Prestadores de Serviço

Quaisquer terceiros contratados pelo Fundo responderão pelos prejuízos causados aos Cotistas quando procederem com culpa ou dolo, com violação da lei, das normas editadas pela CVM e do Regulamento.

4.10. Da Assembleia Geral de Cotistas

A Assembleia Geral de Cotistas realizar-se-á, ordinariamente, em até 150 (cento e cinquenta) dias contados do encerramento do exercício social do Fundo, para deliberar sobre a matéria prevista no inciso (i) abaixo, e, extraordinariamente, sempre que convocada na forma prevista no Regulamento.

Será de competência privativa da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo:

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pela Administradora;
- (ii) deliberar sobre a emissão e distribuição de novas Cotas;
- (iii) deliberar, quando for o caso, sobre o atendimento a solicitações de informações de Cotistas, observado o disposto nos incisos (xii) e (xiii) do Artigo 10º do Regulamento;
- (iv) alterar o Regulamento do Fundo;
- (v) deliberar sobre a destituição e/ou a substituição da Administradora e/ou do Custodiante e escolha de seus respectivos substitutos;
- (vi) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo;
- (vii) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (viii) deliberar sobre a alteração da Taxa de Administração;
- (ix) deliberar sobre a alteração do quorum de instalação e deliberação da Assembleia Geral de Cotistas;
- (x) dirimir questões relativas a conflitos de interesse relacionados aos investimentos do Fundo, hipóteses em que o(s) Cotista(s) que possa(m) estar envolvido(s) no potencial conflito deve(m) se abster de votar;
- (xi) alterar a classificação do Fundo nos termos do Código ABVCAP/ANBIMA; e
- (xii) alterar os termos e condições do Compromisso de Investimento.

O Regulamento do Fundo poderá ser alterado, independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou

regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a necessária comunicação aos Cotistas.

4.10.1. Da Convocação

A convocação da Assembleia Geral de Cotistas far-se-á mediante correspondência escrita encaminhada a cada Cotista, mediante carta ou correio eletrônico (e-mail), e, conforme o caso, publicação em jornal de grande circulação, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada tal Assembleia Geral de Cotistas e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembleia Geral de Cotistas deve ser feita com pelo menos 15 (quinze) dias corridos de antecedência, contado o prazo da data de comprovação de recebimento da convocação pelos Cotistas.

A Assembleia Geral de Cotistas poderá ser convocada pela Administradora ou por Cotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de Cotas emitidas pelo Fundo.

Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral de Cotistas realizar-se-á em periodicidade mínima anual nos termos do Artigo 18º do Regulamento e no local onde a Administradora tiver a sede; quando houver necessidade de realizar-se em outro lugar, os anúncios, cartas ou correios eletrônicos (e-mail) endereçados aos Cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião.

Independentemente das formalidades previstas no Artigo 19º do Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral de Cotistas a que comparecerem todos os Cotistas.

4.10.2. Quorum de Instalação e Deliberação

A Assembleia Geral de Cotistas será instalada com a presença de qualquer número de Cotistas, sendo que as deliberações poderão ser realizadas mediante processo de consulta formal, a ser realizado pela Administradora junto a cada Cotista do Fundo, correspondendo cada cota ao direito de um voto na Assembleia Geral de Cotistas.

Não obstante, os Cotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica (via e-mail) encaminhada à Administradora, desde que esta receba o voto do Cotista com pelo menos 1 (um) Dia Útil de antecedência em relação à data prevista para a realização da Assembleia Geral a que se refira o voto proferido na forma prevista neste item.

As deliberações da Assembleia Geral de Cotistas dependerão de aprovação por votos que representem a maioria dos Cotistas presentes, ressalvadas aquelas referidas nas alíneas (a) (vi), (viii) e (xi) acima, que somente poderão ser adotadas por votos que representem, pelo menos, a maioria simples das Cotas emitidas; (b) (iv), (vi) e (ix) acima, que somente poderão ser adotadas por votos que representem, pelo menos, 75%

(setenta e cinco por cento) das Cotas emitidas; e (iii) (ii) acima, que somente poderão ser adotadas por votos que representem, pelo menos, 85% (oitenta e cinco por cento) das Cotas emitidas.

4.10.3. *Requisitos para Participação*

Somente podem votar na Assembleia Geral os Cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano, desde que, até 3 (três) dias corridos antes da data fixada para a realização da Assembleia Geral, o Cotista esteja devidamente inscrito no livro de “Registro dos Cotistas” ou na conta de depósito, conforma aplicável.

4.10.4. *Eficácia das Deliberações*

Qualquer deliberação tomada na referida Assembleia Geral de Cotistas somente produzirá efeitos a partir da data de protocolo na CVM da cópia da Ata da Assembleia Geral de Cotistas, contendo o inteiro teor das deliberações, bem como do Regulamento devidamente alterado e consolidado.

4.11. Das Cotas

O patrimônio do Fundo será dividido em Cotas de classe única, que correspondem a frações ideais desse patrimônio, todas nominativas e mantidas em contas de depósitos em nome de seus titulares, conferindo a seus titulares os direitos descritos no Regulamento.

As características da Primeira Emissão e da Segunda Emissão de Cotas do Fundo encontram-se descritas no Suplemento constante do Anexo I do Regulamento.

4.11.1. *Propriedade das Cotas*

As Cotas serão mantidas em conta de depósito em nome dos Cotistas, sendo que o extrato da conta de depósito, representado por número inteiro ou fracionário de Cotas, comprovará a propriedade e a quantidade de Cotas detidas pelos Cotistas, conforme registros do Fundo.

4.11.2. *Novas Emissões*

O Fundo poderá emitir novas Cotas mediante deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, inclusive em situações que possam requerer (i) a realização de novos investimentos do Fundo na Companhia Investida de forma a manter seu valor econômico; (ii) a cobertura de eventuais contingências do Fundo; ou (iii) a recomposição do caixa do Fundo em montante suficiente para pagamento das despesas do Fundo.

4.11.3. Deliberação das Novas Emissões

A Assembleia Geral de Cotistas que deliberar sobre novas emissões de Cotas definirá as respectivas condições para subscrição e integralização de tais Cotas, observado o disposto na legislação aplicável.

As novas Cotas terão direitos, despesas e prazos iguais aos conferidos às demais Cotas.

4.11.4. Do Compromisso de Investimento e do Boletim de Subscrição

Ao aderir ao Fundo o investidor celebrará com a Administradora e com a presença de 2 (duas) testemunhas um Compromisso de Investimento, que definirá as regras para chamadas de capital, às quais o Cotista estará obrigado, sob as penas expressamente previstas no referido instrumento.

No ato de subscrição das Cotas, o Cotista deverá assinar o respectivo Boletim de Subscrição, do qual constarão, entre outras informações:

- (xiii) nome e qualificação do subscritor;
- (xiv) número de Cotas subscritas;
- (xv) preço de subscrição; e
- (xvi) condições para integralização de Cotas.

4.11.5. Da Integralização das Cotas

As Cotas deverão ser integralizadas na medida em que ocorrerem chamadas para integralização por parte da Administradora, nos termos do Regulamento, do respectivo suplemento de cada emissão de Cotas, do respectivo Compromisso de Investimento e dos respectivos Boletins de Subscrição.

As chamadas para integralização de Cotas serão realizadas pela Administradora mediante envio de notificação, por carta ou correio eletrônico, aos Cotistas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos para a data de integralização. Tais chamadas poderão ser feitas durante o Período de Investimento (observadas as exceções descritas nesse Regulamento).

A integralização deverá ser feita em moeda corrente nacional, mediante Transferência eletrônica disponível (TED) à conta corrente do Fundo, ou através do sistema eletrônico da CETIP, no SF, conforme previsto em cada Boletim de Subscrição e em cada Compromisso de Investimento.

O comprovante de TED, desde que devidamente compensado no prazo informado no Regulamento e no Compromisso de Investimento, será prova de quitação e recibo de pagamento.

O Cotista que não realizar o pagamento nas condições previstas no Regulamento, no Boletim de Subscrição e no respectivo Compromisso de Investimento:

(xvii) ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) de seu débito, que deverá ser atualizado de acordo com a variação pro rata die do IGPM, e de juros de mora de 2% (dois por cento) ao mês, a partir do segundo mês de atraso, sobre o débito corrigido, cujo montante será revertido em favor do Fundo;

(xviii) será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo; e

(xix) terá seus direitos políticos (inclusive voto em Assembleias Gerais) suspensos até que as suas obrigações tenham sido cumpridas ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro.

Caso o Cotista inadimplente deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos ao Fundo, os pagamentos e amortizações a que fizer jus serão utilizados para compensação dos débitos existentes com o Fundo até o limite de seus débitos.

Caso o Cotista inadimplente realize o pagamento do valor inadimplido, bem como das penalidades acima previstas, a emissão das Cotas será realizada pelo mesmo valor de integralização das Cotas integralizadas pelos Cotistas adimplentes.

A Administradora notificará o Cotista inadimplente informando-o a respeito da suspensão de seus direitos de Cotista, os quais permanecerão suspensos até que ele quite todas as obrigações pendentes ou que o Fundo tenha utilizado recursos de pagamentos e amortizações para compensar os débitos existentes.

Poderá a Administradora: (i) promover contra o Cotista inadimplente a cobrança extrajudicial das importâncias devidas ou adotar procedimentos judiciais com tal finalidade, constituindo o Boletim de Subscrição e o respectivo Compromisso de Investimento títulos executivos extrajudiciais nos termos do Código de Processo Civil, sempre às custas do Fundo; e (ii) realizar chamada de capital adicional para os demais Cotistas, para integralização em até 3 (três) dias corridos, com o objetivo de viabilizar ao Fundo os recursos que deveriam ser aportados pelo Cotista Inadimplente.

Os recursos aportados no Fundo deverão ser utilizados para investimentos na Companhia Investida até o último Dia Útil do 2º mês subsequente à data final de cada integralização de Cotas no Fundo.

Até que os investimentos do Fundo na Companhia Investida sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo deverão ser aplicados em Ativos Líquidos.

Caso os investimentos do Fundo na Companhia Investida não sejam realizados dentro do prazo previsto acima, a Administradora decidirá sobre a restituição aos Cotistas dos valores já integralizados, mas não aplicados na Companhia Investida, valores estes corrigidos pelos rendimentos resultantes das aplicações em Ativos Líquidos, se houver, ressalvada no entanto a possibilidade de a CVM outorgar, mediante solicitação da Administradora, dispensa específica para a não observância do prazo acima.

Os valores restituídos aos Cotistas, na forma do item anterior, não serão contabilizados como capital integralizado e deverão recompor o Capital Comprometido do respectivo Cotista, se houver, hipótese em que tais valores poderão ser solicitados novamente pela Administradora para investimento na Companhia Investida.

4.11.6. Cancelamento de Cotas Não Subscritas

Caso a totalidade das Cotas da série emitidas, nos termos do Regulamento, não seja subscrita até o final do respectivo período de distribuição, a Administradora poderá cancelar o saldo de Cotas não subscritas sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Cotistas.

4.11.7. Distribuição de Ganhos e Rendimentos do Fundo e Amortização

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido, com exceção daqueles que venham a ser distribuídos aos Cotistas do Fundo sob a forma de dividendos, nos termos abaixo.

A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Cotistas será feita de acordo com as seguintes regras:

(xx) a Administradora transferirá sempre os pagamentos exclusivamente de dividendos advindos dos ativos que integrem a Carteira de Investimentos do Fundo aos Cotistas, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento dos mesmos pelo Fundo, proporcionalmente à participação dos Cotistas no Fundo (levando-se em conta apenas as Cotas já integralizadas);

(xxi) se um desinvestimento ocorrer durante o Período de Investimento, a Administradora poderá amortizar as Cotas no valor total dos recursos obtidos ou reter parte ou a totalidade dos recursos para seu

reinvestimento, conforme deliberação na forma do Regulamento, ressalvados os rendimentos relativos a dividendos, que serão sempre pagos diretamente;

(xxii) na hipótese de desinvestimento, total ou parcial, que ocorra durante o Período de Desinvestimento, os recursos obtidos, deduzidos os encargos e despesas do Fundo, serão obrigatoriamente destinados à amortização de Cotas, ressalvados os rendimentos relativos a dividendos, que serão sempre pagos diretamente;

(xxiii) a Administradora poderá reter uma parcela dos recursos oriundos da liquidação dos Ativos Alvo e dos Ativos Líquidos integrantes da carteira do Fundo correspondente a até 10% (dez por cento) do valor do capital subscrito, para fazer frente aos encargos do Fundo;

(xxiv) as amortizações serão realizadas, mediante orientação formal da Administradora, proporcionalmente no que diz respeito ao valor principal investido e os respectivos rendimentos; e

(xxv) as amortizações poderão ser realizadas, a critério da Administradora, em moeda corrente nacional ou através da transferência aos Cotistas da titularidade de Ativos Alvo, a valor de mercado, desde que todos os Cotistas recebam em ativos e em moeda corrente nacional de forma equânime e na devida proporção de participação no Fundo.

4.11.8. Resgate das Cotas

Não haverá resgate de Cotas, a não ser pela liquidação do Fundo.

4.11.9. Transferências das Cotas

As Cotas emitidas pelo Fundo poderão ser transferidas privadamente, nos termos da legislação e regulamentação vigentes, mediante termo de cessão e transferência assinado pelo cedente e pelo cessionário, com firma reconhecida, e registrado em cartório de títulos e documentos, observado disposto abaixo, sendo que as Cotas do Fundo somente poderão ser transferidas se estiverem integralizadas ou, caso não estejam, se o cessionário assumir, por escrito, todas as obrigações do cedente perante o Fundo. O termo de cessão, devidamente registrado, deverá ser encaminhado pelo cessionário à Administradora. A Administradora atestará o recebimento do termo de cessão, e então será procedida a alteração da titularidade das cotas nos respectivos registros do Fundo, tendo a citada alteração, como data base, a data de emissão do recibo do termo de cessão pela Administradora.

Previamente à realização de qualquer cessão de Cotas do Fundo, o Cotista que pretender ceder suas Cotas deverá enviar para a Administradora cópia dos seguintes documentos e informações do potencial cessionário:

(xxvi) cédula de identidade;

(xxvii) CPF;

(xxviii) declaração firmada pelo Potencial Cessionário de sua condição de investidor qualificado, conforme definido na legislação vigente; e

(xxix) declaração firmada pelo Potencial Cessionário de ciência e anuência ao procedimento previsto nesta Cláusula, com autorização expressa de disponibilização de seus dados à Administradora.

A Administradora poderá vedar a transferência de Cotas de qualquer Cotista prevista nos termos acima caso não sejam cumpridas as formalidades previstas em lei.

O novo cotista deverá aderir aos termos e condições do Regulamento, por meio da assinatura e entrega à Administradora do termo de adesão ao Fundo.

Todo e qualquer Cotista ao ingressar no Fundo atestará o conhecimento e concordância com esta Cláusula, declarando ainda ter ciência de que esta Cláusula é soberana em relação a todas as demais e que levou em conta esta questão ao tomar a decisão de investir no Fundo.

Em qualquer hipótese de cessão de Cotas do Fundo, essas somente poderão ser transferidas a cotistas ou a terceiros desde que a transferência seja previamente aprovada pela Administradora, com base nas restrições legais e regulamentares, assim como em processo próprio de verificação da adequação de perfil de risco e investimento e de *know your client* (conheça seu cliente) dos potenciais novos cotistas.

4.11.10. Negociação das Cotas na CETIP

As Cotas serão registradas para negociação no mercado secundário na CETIP, no SF - Módulo de Fundos, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de Cotas somente seja feita por Investidores Qualificados.

Adicionalmente, os Cessionários ficam igualmente obrigados a cumprir o disposto no Artigo 32º do Regulamento ainda que a transferência venha a ser efetivada na CETIP.

Todos os Cotistas devem manter sua documentação atualizada junto à Administradora.

4.12. Da Avaliação dos Ativos e do Patrimônio Líquido do Fundo

4.12.1. Exercício Social do Fundo

O exercício social do Fundo tem duração de 12 (doze) meses, com início em no primeiro dia do mês março e término no último dia do mês de fevereiro.

4.12.2. Escrituração Contábil

O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada das escriturações relativas à Administradora e ao Custodiante.

4.12.3. Demonstrações Financeiras do Fundo

As demonstrações financeiras do Fundo deverão ser elaboradas de acordo com as normas de escrituração expedidas pela CVM e pelo COSIF, devendo ser auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM.

4.12.4. Valor Contábil das Cotas

As Cotas têm o seu valor determinado com base na divisão do valor do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Cotas integralizadas ao final de cada dia, observadas as normas contábeis aplicáveis ao Fundo e as disposições do Regulamento. Assim, o Fundo terá suas Cotas calculadas diariamente, no fechamento do dia.

4.12.5. Avaliação dos Ativos

No cálculo do valor da Carteira de Investimentos, os Ativos Alvo e os Ativos Líquidos serão avaliados pela Administradora.

4.13. Da Forma de Liquidação dos Ativos Alvo e dos Eventos de Liquidação

4.13.1. Forma de Liquidação

A liquidação dos Ativos Alvo do Fundo será feita, a critério da Administradora pela venda dos ativos da Carteira de Investimentos em mercados regulamentados de valores mobiliários, regulados pela Instrução CVM nº 461, de 23 de outubro de 2007, ou em negociações privadas, observado o disposto na legislação aplicável, podendo nesse último caso serem alienados para outro fundo de investimento que venha a ser administrado pela própria Administradora.

4.13.2. Da Liquidação do Fundo

O Fundo entrará em liquidação ao final do seu prazo de duração, observado o disposto abaixo, após a alienação de todos os Ativos Alvo da sua Carteira de Investimentos durante o Período de Desinvestimentos, a critério da Administradora ou por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, nos termos do Regulamento. Com a liquidação do Fundo, a totalidade dos bens e direitos restantes do seu patrimônio será atribuída aos seus Cotistas, na proporção de cada Cotista no patrimônio líquido do Fundo, deduzidas as despesas necessárias à liquidação do Fundo.

Será admitido, ainda, desde que obedecidos os critérios estabelecidos pela Administradora, o pagamento da liquidação do Fundo com ativos. A entrega dos ativos para todos os Cotistas deverá ocorrer fora do âmbito da CETIP e de forma proporcional aos ativos detidos na carteira do Fundo, vedada a escolha, por parte do Cotista, dos ativos que serão entregues pelo Fundo.

A liquidação do Fundo e a divisão de seu patrimônio entre os Cotistas deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados do encerramento do seu prazo de duração, da comunicação da Administradora aos Cotistas sobre sua decisão de liquidação nos termos acima, ou da data da realização da Assembleia Geral de Cotistas que deliberar sobre a liquidação do Fundo, conforme o caso.

Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Cotistas, a Administradora deverá promover o encerramento do Fundo, encaminhando à CVM, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que os recursos provenientes da liquidação forem disponibilizados aos Cotistas, a documentação referida na regulamentação da CVM, assim como praticar todos os atos necessários ao encerramento do Fundo perante quaisquer autoridades.

4.14. Dos Encargos do Fundo

Constituem encargos do Fundo, além da remuneração dos serviços de administração e gestão da carteira do Fundo, as seguintes despesas, que poderão ser debitadas do Fundo:

(xxx) emolumentos e comissões pagas por operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários da carteira do Fundo;

(xxxi) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;

(xxxii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos previstos na Instrução CVM 391/03, na regulamentação pertinente ou no Regulamento;

- (xxxiii) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
 - (xxxiv) honorários e despesas dos auditores encarregados da revisão das demonstrações financeiras do Fundo;
 - (xxxv) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor de condenação imputada ao Fundo, se for o caso;
 - (xxxvi) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólice de seguro e não decorrentes diretamente de culpa ou negligência da Administradora no exercício de suas funções;
- prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (xxxvii) quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembleia Geral de Cotistas;
 - (xxxviii) taxa de custódia de títulos e valores mobiliários do Fundo; e
 - (xxxix) despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria, incluindo, mas não se limitando a despesas com auditoria contábil e legal da Companhia Investida e consultorias especializadas, bem como a realização de estudos de viabilidade técnica e financeira até o limite equivalente a 1% (um por cento) do Capital Comprometido do Fundo ao ano.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta da Administradora, salvo deliberação contrária da Assembleia Geral de Cotistas.

As despesas previstas neste artigo incorridas pela Administradora anteriormente à constituição do Fundo ou ao seu registro na CVM, quais sejam: (i) registro no(s) competente(s) cartório(s) de títulos e documentos; (ii) taxa de registro da ANBIMA; (iv) taxa de registro das Cotas na CETIP, entre outras, deverão observar o limite de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Tais despesas serão passíveis de reembolso pelo Fundo, sem a necessidade de ratificação pela Assembleia Geral de Cotistas, desde que incorridas nos 06 (seis) meses anteriores à data da concessão do registro de funcionamento do Fundo na CVM.

Sem prejuízo do disposto acima, as despesas incorridas pela Administradora relacionadas ao registro da Segunda Emissão na CVM serão passíveis de reembolso pelo Fundo.

4.15. Da Publicidade e da Remessa de Documentos

4.15.1. Documentos do Fundo

No ato de seu ingresso no Fundo, o Cotista receberá da Administradora, obrigatória e gratuitamente, um exemplar do Regulamento, devendo expressamente concordar com o conteúdo do Regulamento e consentir em se vincular aos seus termos e condições, mediante assinatura do Compromisso de Investimento, do Boletim de Subscrição e do Termo de Adesão ao Regulamento.

4.15.2. Divulgação de Documentos e Informações do Fundo

A Administradora deverá divulgar aos Cotistas, ampla e imediatamente, por meio de correio eletrônico (e-mail) ou carta, e manterá disponível em sua sede e nas instituições responsáveis pela colocação de Cotas do Fundo, sem exclusão de qualquer outro meio adicional, ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os Cotistas o acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à permanência no Fundo e possíveis interessados em adquirir Cotas do Fundo. A Administradora utilizará o jornal Diário Mercantil para as publicações relativas a este Fundo.

Entre as informações referidas acima, não se incluirão informações sigilosas referentes à Companhia Investida cujos Ativos Alvo sejam integrantes da carteira do Fundo, obtidas pela Administradora sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos da companhia.

Todas as comunicações efetuadas por correios eletrônicos (e-mail) deverão conter as respectivas confirmações de recebimento dos destinatários dos mesmos.

A Administradora deverá remeter anualmente aos cotistas:

- (xl) saldo do cotista em número de cotas e valor; e
- (xli) comprovante para efeitos da declaração de imposto de renda.

4.15.3. *Informações Disponibilizadas para a CVM*

A Administradora deverá remeter à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos, e aos Cotistas, as informações especificadas nos parágrafos abaixo, na periodicidade neles indicadas:

A Administradora deverá encaminhar à CVM, trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias corridos após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

(xlii) valor do Patrimônio Líquido do Fundo; e

(xliii) número de Cotas emitidas.

A Administradora deverá encaminhar à CVM, semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos após o encerramento desse período, as seguintes informações:

(xliv) composição da carteira do Fundo, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;

demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração de que foram obedecidas as disposições da Instrução CVM 391/03 e do Regulamento;

(xlv) os encargos debitados ao Fundo, em conformidade com o disposto no Capítulo XII supra, devendo ser especificado seu valor; e

(xlvi) relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia de títulos e valores mobiliários componentes da carteira do Fundo.

A Administradora deverá encaminhar à CVM, anualmente, no prazo de 120 (cento e vinte dias) dias corridos após o encerramento do exercício social do Fundo, as seguintes informações:

(xlvii) demonstrações contábeis do Fundo no exercício, acompanhadas de parecer do auditor independente;

(xlviii) o valor patrimonial das Cotas na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e

(xlix) os encargos debitados ao Fundo, em conformidade com o disposto no Capítulo XII, supra, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

4.15.4. Conformidade das Informações Divulgadas ou Apresentadas

As informações prestadas ou divulgadas pelo Fundo deverão estar em conformidade com o relatório anual ou o relatório semestral protocolizado na CVM, conforme o caso.

A Administradora deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo que tenham sido divulgadas para os Cotistas ou terceiros.

Se alguma informação do Fundo for divulgada com incorreções ou impropriedades que possam induzir o Cotista a erros de avaliação, o Fundo utilizar-se-á do mesmo veículo de divulgação no qual foi prestada a informação errônea para republicar corretamente a informação, constando da retificação, de modo expresso, que a informação está sendo republicada para fins de correção de informações errôneas ou impróprias anteriormente publicadas, conforme determinação da CVM.

4.16. Dos Conflitos de Interesse

A Administradora, o Custodiante e os Cotistas deverão sempre agir de boa-fé e, na hipótese de se encontrar (em) em uma situação de potencial ou efetivo conflito de interesse com o Fundo, deverão declarar-se conflitado(s) para a determinada situação ou operação do Fundo.

A parte conflitada deverá:

- (I) informar a referida situação à Administradora; e
- (II) abster-se de votar nas deliberações e/ou nas Assembleias Gerais de Cotistas realizadas para a resolução da situação de potencial ou efetivo conflito de interesse em questão, conforme abaixo.

A Administradora levará tal situação de potencial ou efetivo conflito de interesse a conhecimento da Assembleia Geral de Cotistas, a qual deverá analisar a situação e deliberar sobre operações que envolvam tal potencial conflito ou conflito propriamente dito.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

5.1. Características Básicas

O Montante Total da Oferta é de 15.000.000 (quinze milhões) Cotas, perfazendo um montante de R\$ 15.000.000 (quinze milhões de reais). O valor nominal unitário de cada Cota será de R\$ 1,00 (um real) corrigido a 14,15% (quatorze inteiros e quinze centésimos por cento) ao ano, a partir do encerramento da Primeira Emissão de Cotas.

Os Investidores deverão adquirir a quantidade mínima de 500.000 (quinhentas mil) Cotas, totalizando o montante mínimo de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

A Oferta compreenderá a distribuição pública, sob o regime de melhores esforços de colocação, no Período de Distribuição. As Cotas do Fundo serão distribuídas pelo Coordenador Líder, sendo que o Coordenador Líder poderá contratar outras instituições financeiras para participarem do consórcio de distribuição das Cotas do Fundo, mediante a celebração de Termos de Adesão.

5.2. Direitos, Vantagens e Restrições das Cotas

As Cotas do Fundo serão emitidas em classe única (não existindo diferenças acerca de qualquer vantagem ou restrição entre as Cotas) e correspondem a frações ideais de seu patrimônio, tendo a forma nominativa e escritural e não sendo resgatáveis.

5.3. Direito aos Rendimentos das Cotas

As Cotas da Oferta subscritas e integralizadas durante o Período de Colocação farão jus aos rendimentos relativos ao exercício social em que forem emitidas, calculados *pro rata temporis*, a partir da última chamada de capital realizada pela Administradora, somente no mês em que forem integralizadas, participando do rendimento integral dos meses subsequentes.

5.4. Registro para Colocação e Negociação

As Cotas da Oferta serão (i) distribuídas no mercado primário por meio do MDA, operacionalizado e administrado pela CETIP; e (ii) negociadas no mercado secundário por meio do SF, operacionalizado e administrado pela CETIP.

5.5. Procedimento de Reserva

É admissível o recebimento de reservas, a partir da data de divulgação do Aviso ao Mercado, para subscrição (ou aquisição, conforme o caso), as quais somente serão confirmadas pelo subscritor (ou adquirente) após o início do Período de Distribuição.

Cada investidor poderá realizar seu Pedido de Reserva junto ao Coordenador Líder, mediante o preenchimento de formulário específico, no Período de Reserva. Os investidores poderão formalizar Pedido de Reserva condicionando a aceitação da Oferta até o término do Período de Distribuição: (i) à colocação da totalidade das Cotas objeto da Oferta (excluídas as Cotas do Lote Suplementar e as Cotas do Lote Adicional); ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Cotas em observância ao disposto nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM nº 400/03 até o término do Período de Reserva, que ocorrerá na data de divulgação do Anúncio de Início. Na hipótese de não colocação da totalidade das Cotas no término do Período de Reserva (inclusive), os Pedidos de Reserva realizados nos termos do subitem (i) acima serão automaticamente cancelados. Na hipótese de atendimento da condição objeto do subitem (ii) acima, até o término do Período de Reserva, os Pedidos de Reserva realizados nos termos do subitem (ii) serão confirmados até a totalidade das Cotas efetivamente subscritas por cada investidor. O investidor somente poderá desistir do seu Pedido de Reserva caso (i) a Oferta seja suspensa nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 400/03; (ii) a Oferta seja modificada nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 400/03; (iii) a Oferta não atinja a totalidade das Cotas ou a proporção mínima estabelecida pelo investidor quando da celebração do Pedido de Reserva; e (iv) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Definitivo e as informações constantes do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento, nos termos do parágrafo 4º do artigo 45 da Instrução CVM nº 400/03.

5.6. Alocação das Cotas

A alocação das Cotas deverá observar o seguinte procedimento:

(vi) a alocação de Cotas será feita de acordo com a ordem cronológica de chegada das ordens representativas dos Boletins de Subscrição para subscrição das Cotas objeto da Oferta, enviadas pelo Coordenador Líder e pelas Instituições Contratadas à CETIP, com exceção dos Boletins de Subscrição firmados pelos investidores que sejam Pessoas Vinculadas;

(vii) a ordem cronológica de chegada das ordens representativas dos Boletins de Subscrição será verificada no momento em que a reserva for processada com sucesso pelo sistema SF da CETIP, seja por tela ou por arquivo eletrônico;

(viii) em caso de ordens representativas dos Boletins de Subscrição enviadas pelo Coordenador Líder via sistema SF por meio de arquivo eletrônico, todas as subscrições contidas em um mesmo arquivo serão consideradas com o mesmo horário de chegada. No entanto, o processamento da alocação será realizado linha a linha, de cima para baixo, sendo certo que esta forma de atendimento não garante que as reservas encaminhadas no mesmo arquivo eletrônico sejam integralmente atendidas;

(ix) no caso de um investidor firmar mais de um Boletim de Subscrição, os Boletins de Subscrição serão considerados subscrições independentes, sendo considerada primeira a subscrição efetuada aquela que primeiramente for processada com sucesso pelo sistema SF da CETIP. Os Boletins de Subscrição cancelados, por qualquer motivo, serão desconsiderados na alocação cronológica dos Boletins de Subscrição; e

(x) o processo de alocação de cotas poderá acarretar em alocação parcial no último Boletim de Subscrição alocado, conforme o caso.

5.7. Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

O Coordenador Líder poderá requerer à CVM que autorize a modificação ou revogação da Oferta, caso ocorram alterações substanciais, posteriores e imprevisíveis nas circunstâncias inerentes à Oferta existentes na data do pedido de registro da Oferta na CVM, que resultem em aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 400/03. Adicionalmente, o Fundo poderá modificar, a qualquer tempo, a Oferta com o fim de melhorar os seus termos e condições em favor dos investidores, nos termos do artigo 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM nº 400/03.

Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o Período de Distribuição poderá ser prorrogado em até 90 (noventa) dias. Se a Oferta for revogada, os atos de aceitação anteriores ou posteriores à revogação serão considerados ineficazes. A modificação ou revogação da Oferta deverá ser imediatamente comunicada aos investidores pelo Coordenador Líder, por meio de anúncio de retificação a ser divulgado nas páginas da rede mundial de computadores do Coordenador Líder, da Administradora e da CVM, mesmo veículo utilizado para a divulgação do Anúncio de Início, de acordo com o artigo 27 da Instrução CVM nº 400/03.

Os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar expressamente, até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data de recebimento de comunicação que lhes for encaminhada diretamente pelo Coordenador Líder, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma passível de comprovação, e que informará sobre a modificação da Oferta, objeto de divulgação de anúncio de retificação, seu interesse em manter suas ordens de investimento. Em caso de silêncio, o Coordenador Líder presumirá que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação. O Coordenador Líder deverá acautelar-se e certificar-se, no

momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o investidor está ciente de que a Oferta foi alterada e que tem conhecimento das novas condições, conforme o caso.

Na hipótese de desistência, modificação, suspensão e cancelamento da Oferta nos termos deste item, os valores já integralizados serão devolvidos aos investidores, acrescidos de eventuais rendimentos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, quais sejam, o Imposto de Renda - IR e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL, na proporção correspondente as Cotas integralizadas por cada um dos investidores, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da desistência, suspensão ou cancelamento da Oferta, respectivamente.

5.8. Suspensão ou Cancelamento da Oferta

A CVM (i) poderá, a qualquer tempo, suspender ou cancelar a Oferta, se estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM nº 400/03 ou do registro que tiver concedido ou for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após concedido o respectivo registro; ou (ii) deverá suspender a Oferta quando verificar ilegalidade ou violação sanável de regulamentos, nos termos do artigo 19 da Instrução CVM nº 400/03.

O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo esse prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão da Oferta, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro.

O Fundo deverá informar os investidores que já tiverem aceitado a Oferta sobre sua suspensão ou cancelamento. No caso de suspensão, deverá ser facultada a esses investidores a possibilidade de revogar a sua aceitação até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data de divulgação de comunicação pelo Coordenador Líder na sua página da rede mundial de computadores. Nos termos do artigo 20, parágrafo único, da Instrução CVM nº 400/03, todos os investidores que tiverem aceitado a Oferta, no caso de seu cancelamento, e os investidores que tiverem revogado a sua aceitação à Oferta, no caso de sua suspensão, terão direito à restituição integral dos valores eventualmente depositados em contrapartida ao investimento nas Cotas, sem remuneração ou correção monetária e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, quais sejam, o Imposto de Renda - IR e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da divulgação do anúncio de retificação, que será realizado na página da rede mundial de computadores do Coordenador Líder, no caso de cancelamento da Oferta, ou do pedido expresso de revogação de suas ordens de investimento, no caso de suspensão da Oferta.

5.9. Condições da Oferta

A Oferta está sujeita às condições descritas neste Prospecto.

5.10. Público Alvo

A Oferta é destinada a Investidores Qualificados.

5.11. Declaração de Inadequação

O INVESTIMENTO NAS COTAS REPRESENTA UM INVESTIMENTO DE RISCO. DESSA FORMA, OS INVESTIDORES ESTARÃO SUJEITOS A PERDAS PATRIMONIAIS E A RISCOS RELACIONADOS, DENTRE OUTROS, AOS ATIVOS ALVO, À LIQUIDEZ DAS COTAS, E À VOLATILIDADE DO MERCADO DE CAPITAIS. RECOMENDA-SE, PORTANTO, QUE OS INVESTIDORES LEIAM CUIDADOSAMENTE A SEÇÃO “FATORES DE RISCO”, NAS PÁGINAS 51 A 55 DESTE PROSPECTO, ANTES DA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO, PARA A MELHOR VERIFICAÇÃO DE ALGUNS RISCOS QUE PODEM AFETAR DE MANEIRA ADVERSA O INVESTIMENTO NAS COTAS.

Adicionalmente, os Investidores deverão ler atentamente a seção “Fatores de Risco” constante nas páginas 51 a 55 deste Prospecto.

5.12. Admissão à Negociação das Cotas do Fundo na CETIP

As Cotas objeto da Oferta serão registradas para colocação no mercado primário no MDA e negociadas no mercado secundário por meio do SF, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP.

É vedada a negociação das Cotas do Fundo fora do ambiente de negociação da CETIP.

5.13. Cronograma Tentativo da Oferta

Encontra-se abaixo cronograma tentativo das etapas de distribuição da Oferta:

Evento	Etapas	Data prevista ⁽¹⁾⁽²⁾
1.	Protocolo do Pedido de Registro do Fundo na CVM	28.01.2016
2.	Protocolo dos documentos da Oferta na CVM	29.02.2016
3.	Divulgação do Aviso ao Mercado e Início do Período de Reserva	29.02.2016
4.	Exigências da Oferta pela CVM	29.02.2016
5.	Cumprimento das exigências da Oferta	04.04.2016
6.	Vícios Sanáveis da Oferta	18.04.2016
7.	Cumprimento dos Vícios Sanáveis da Oferta	25.04.2016
8.	Concessão do Registro da Oferta pela CVM	10.05.2016
9.	Divulgação do Anúncio de Início e do Prospecto Definitivo	10.05.2016
10.	Término do Período de Reserva	17.05.2016
11.	Prazo de Colocação e Manifestação de Aceitação da Oferta pelos Investidores	17.05.2016
12.	Divulgação do Anúncio de Encerramento	07.11.2016
13.	Início da Negociação das Cotas	08.11.2016

(1) As datas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e antecipações sem aviso prévio, a critério do Coordenador Líder.

(2) A principal variável do cronograma tentativo é o processo com a CVM.

(3) Com relação às hipóteses de revogação, modificação, suspensão ou cancelamento da Oferta, vide os itens 5.7 e 5.8 deste Prospecto.

5.14. Contrato de Distribuição

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e o Coordenador Líder, o Coordenador Líder foi contratado para realizar a distribuição pública de até 15.000.000 (quinze milhões) Cotas, em série única, com valor unitário de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, perfazendo o montante total de até R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

Observadas as disposições do Regulamento e deste Prospecto, as Cotas serão registradas para (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do SF, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada e as Cotas custodiadas na CETIP.

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder realizará a distribuição das Cotas conforme o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM nº 400/03, o qual leva em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador Líder, devendo o Coordenador Líder assegurar durante os procedimentos de distribuição (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco do público alvo; e (iii) que os representantes do Coordenador Líder recebam previamente exemplares do Regulamento e deste Prospecto Definitivo para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelo Coordenador Líder.

A distribuição das Cotas será realizada pelo Coordenador Líder, sob o regime de melhores esforços de colocação, e terá observado o prazo máximo de distribuição primária de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início.

5.14.1. Procedimento de Distribuição

Após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, o Coordenador Líder efetuará a distribuição das Cotas aos Investidores, nos termos da Instrução CVM nº 400/03.

O Coordenador Líder, observadas as disposições da regulamentação aplicável, realizará a distribuição das Cotas do Fundo conforme o Plano da Oferta, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes; e (iii) que seus representantes de venda recebam previamente o exemplar deste Prospecto Definitivo, do Prospecto

Definitivo e do Regulamento para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo próprio Coordenador Líder.

A colocação das Cotas do Fundo será pública, de acordo com a Instrução CVM nº 400/03, e em regime de melhores esforços de colocação, não sendo atribuída ao Coordenador Líder qualquer responsabilidade por eventuais Cotas não colocadas.

5.15. Destinação dos Recursos

Os recursos captados por meio da Oferta serão destinados à aquisição dos Ativos Alvo.

5.16. Publicidade e Divulgação de Informações da Oferta

O Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início e o Anúncio de Encerramento, bem como outros fatos relevantes relativos à Oferta serão divulgados com destaque, nos termos do artigo 54-A da Instrução CVM nº 400/03, na página da rede mundial de computadores (i) da Administradora; (ii) do Coordenador Líder; (iii) da CVM; e (iv) da CETIP, nos endereços indicados neste Prospecto.

5.17. Declarações da Administradora

A Administradora declara que (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) este Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo contenha, nas suas respectivas datas de publicação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, sobre a Oferta, as Cotas, o Fundo, incluindo suas atividades e os riscos a ela relacionados e sua situação econômica financeira e quaisquer outras informações relevantes; e (b) as informações prestadas pelo Fundo e pelo Coordenador Líder, por ocasião do arquivamento deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, e fornecidas ao mercado durante a Oferta, fossem verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) este Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM nº 400/03.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

6. FATORES DE RISCO

Tendo em vista a natureza dos investimentos a serem realizados pelo Fundo, os Cotistas devem estar cientes dos riscos a que estão sujeitos os investimentos e aplicações do Fundo, conforme descritos abaixo, não havendo, garantias, portanto, de que o capital efetivamente integralizado será remunerado conforme expectativa dos Cotistas.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Abaixo encontram-se os principais riscos aplicáveis aos investimentos do Fundo e aos Cotistas

6.1.1. *Riscos de Não Realização do Investimento*

Não há garantias de que os investimentos pretendidos pelo Fundo estejam disponíveis no momento e em quantidade convenientes ou desejáveis à satisfação de sua política de investimento, o que pode resultar em investimentos menores ou na não realização dos mesmos.

O valor total a integralizar será integralizado na medida em que ocorrerem chamadas para integralização de Cotas, nos termos do Regulamento e de cada Compromisso de Investimento. Não há garantias, todavia, de que (i) todos os Quotistas adimplirão com suas obrigações de integralizar Quotas nos termos de seus respectivos Boletins de Subscrição; (ii) eventuais inadimplementos dos Quotistas serão compensados por meio da aplicação das penalidades contratuais ou legais disponíveis; e (iii) os investimentos propostos pelo Fundo serão efetivamente realizados, seja em função de inadimplementos de um ou mais Quotistas, seja por outras dificuldades ou empecilhos na realização dos investimentos propriamente ditos.

A não realização de investimentos na Companhia Investida ou a realização desses investimentos em valor inferior ao pretendido pelo Fundo, considerando os custos do Fundo, dentre os quais a Taxa de Administração, que incidirá também sobre o Patrimônio Líquido do Fundo até o final do Prazo de Duração, poderá afetar negativamente os resultados da carteira do Fundo e o valor da Quota.

6.1.2. *Riscos de Liquidez*

Caso o Fundo precise se desfazer de parte ou da totalidade dos ativos integrantes de sua carteira, poderá não haver demanda por esses ativos ou somente haver demanda a preços reduzidos, em prejuízo do patrimônio do Fundo, e, conseqüentemente, do capital investido pelos Cotistas.

Além disso, como os investimentos do Fundo deverão propiciar-lhe a sua efetiva participação no processo decisório da Companhia Investida, o Fundo estará sujeito às normas sobre vedação à negociação de valores mobiliários impostas às pessoas que têm acesso a informações sobre a Companhia Investida. Assim, caso o Fundo tenha acesso a informações sobre a Companhia Investida, não poderá negociar os valores mobiliários de emissão das respectivas companhias até que tais informações sejam divulgadas.

6.1.3. Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida

O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, não admite a qualquer momento o resgate de Quotas. Caso os Quotistas queiram se desfazer de seus investimentos no Fundo, será necessária a venda de suas Quotas no mercado secundário, observadas as regras e limites legais para essa venda, conforme abaixo.

Considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de Quotas de fundos de investimento em participação apresenta baixa liquidez, os Quotistas poderão ter dificuldade em realizar a venda de suas Quotas e/ou obter preços reduzidos na venda de Quotas.

6.1.4. Riscos Relacionados à Companhia Investida

Os investimentos do Fundo são considerados de longo prazo e o retorno do investimento pode não ser condizente com o esperado pelo Quotista.

A carteira de investimentos do Fundo estará concentrada em títulos e Ativos Alvo de emissão da Companhia Investida. Embora o Fundo tenha sempre participação no processo decisório da Companhia Investida, não há garantias de (i) bom desempenho da Companhia Investida; (ii) solvência da Companhia Investida; e (iii) continuidade das atividades da Companhia Investida. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados da carteira de investimentos do Fundo e o valor das Quotas.

Não obstante a diligência e o cuidado da Administradora, os proventos podem vir a se frustrar em razão da insolvência, recuperação judicial e/ou extrajudicial, falência, mau desempenho operacional da Companhia Investida, ou, ainda, outros fatores. Em tais ocorrências, o Fundo e os seus Quotistas poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos.

O Fundo influenciará a definição da política estratégica e a gestão da Companhia Investida. Desta forma, caso a Companhia Investida tenha sua falência decretada e/ou caso venha requerer a sua recuperação judicial e/ou extrajudicial e/ou caso haja a desconsideração da personalidade jurídica da Companhia Investida, a responsabilidade pelo pagamento de determinados passivos da Companhia Investida poderá ser atribuída ao Fundo, impactando o valor de suas Quotas.

6.1.5. Riscos de Mercado

Os títulos e Ativos Alvo que compõem a carteira do Fundo podem estar sujeitos a oscilações de preços em função da reação dos mercados a eventos econômicos e políticos, tanto no Brasil como no exterior, e a eventos específicos a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços desses títulos e dos Ativos Alvo poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, o que pode gerar mudanças nos padrões de comportamento de preços sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional.

A precificação dos títulos e dos Ativos Alvo integrantes da carteira do Fundo será realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários e demais operações estabelecidos no Regulamento e na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações no valor dos ativos do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor de suas Quotas.

6.1.6. Riscos de Crédito

Os ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo podem estar sujeitos à capacidade de seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais ativos. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos ativos financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos ativos financeiros.

6.1.7. Risco de Descontinuidade

O Regulamento estabelece algumas hipóteses em que o Fundo poderá ser liquidado de forma antecipada. Nessas situações, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor ou pelo Custodiante nenhuma multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

6.1.8. Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos e Regulatórios

O Fundo está sujeito aos efeitos da política econômica praticada pelo governo brasileiro e demais variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem

de forma relevante o mercado financeiro brasileiro. Medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária envolveram, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, mudanças legislativas, entre outras. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios do Fundo. Além disso, o governo brasileiro, o Banco Central do Brasil e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação (i) dos setores de atuação das Companhias Investidas, (ii) dos títulos e Ativos Alvo integrantes da Carteira do Fundo ou, ainda, (iii) do próprio Fundo, o que poderá afetar a rentabilidade do Fundo.

6.1.9. Risco de Concentração em Ativos da Companhia Investida

Este Fundo está exposto à concentração em ativos da Companhia Investida, apresentando os riscos daí decorrentes, eventualmente reduzindo a liquidez dos ativos integrantes da carteira do Fundo, podendo os resultados do Fundo depender dos resultados atingidos pela Companhia Investidas.

6.1.10. Outros Riscos Exógenos ao Controle da Administradora

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da Carteira do Fundo, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos, os quais, caso materializados, poderão causar impacto negativo sobre a rentabilidade do Fundo e o valor de suas Quotas.

6.1.11. Risco de Patrimônio Líquido Negativo

Eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas nem ao valor do capital subscrito nem ao valor do Capital Comprometido, de forma que os Quotistas podem ser chamados a aportar recursos adicionais no Fundo. Caso o Capital Comprometido dos Quotistas e/ou as disponibilidades do Fundo não sejam suficientes para a realização desses aportes, os Quotistas podem ser chamados a aportar recursos adicionais.

6.1.12. Riscos de Alterações da Legislação Tributária

O governo brasileiro regularmente introduz alterações nos regimes fiscais que podem aumentar a carga tributária incidente sobre o mercado de valores mobiliários brasileiro. Essas alterações incluem modificações na alíquota e na base de cálculo dos tributos e, ocasionalmente, a criação de tributos temporários, cujos

recursos são destinados a determinadas finalidades governamentais. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados. Algumas dessas medidas poderão sujeitar o Fundo e/ou as Companhias Investidas, os ativos integrantes da carteira e/ou os Quotistas a novos recolhimentos não previstos inicialmente. Não há como garantir que as regras tributárias atualmente aplicáveis ao Fundo e/ou às Companhias Investidas e aos Quotistas permanecerão vigentes, existindo o risco de tais regras serem modificadas no contexto de uma eventual reforma tributária, o que poderá impactar os resultados das Companhias Investidas e, conseqüentemente, os resultados do Fundo e a rentabilidade dos Quotistas.

6.1.13. Riscos Ambientais

Há o risco de ocorrer problemas ambientais nos ativos de propriedade das Companhias Alvo que venham a ser objeto de investimento indireto pelo Fundo, bem como em áreas próximas a tais ativos, como exemplo, contaminação de terrenos, podas indevidas de vegetação, vendavais, inundações ou os decorrentes de vazamento de esgoto sanitário, acarretando perda de substância econômica de tais ativos, o que poderá resultar em dispêndios extraordinários, e impactar o valor das Quotas, podendo, inclusive, gerar patrimônio líquido negativo e sujeitar os Quotistas a realizarem aportes adicionais de recursos no Fundo.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

7. TRIBUTAÇÃO

O tratamento tributário aplicável ao Fundo pode ser resumido da seguinte forma, com base na legislação em vigor:

7.1. Fundo

7.1.1. IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

7.1.2. Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

7.2. Cotistas do Fundo:

7.2.1. IOF/Títulos

As operações com as cotas podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

7.2.2. IOF/Câmbio:

Conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento nas cotas, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. A alíquota do IOF/Câmbio pode variar de 0% (zero por cento) até 25% (vinte e cinco por cento), conforme decisão do Poder Executivo.

7.2.3. Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos cotistas tomará por base (i) a residência dos cotistas: (a) no Brasil; e (b) no exterior; e (ii) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua consequente tributação: (a) a cessão ou alienação de cotas; (b) o resgate das cotas; e (c) a amortização das cotas.

7.2.4. Cotistas Residentes no Brasil:

Os ganhos e rendimentos auferidos, seja na cessão/alienação, resgate ou amortização de cotas serão tributados pelo imposto de renda, à alíquota de 15% (quinze por cento).

7.2.5. Cotistas Residentes no Exterior:

Aos cotistas residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução nº 2.689 do Conselho Monetário Nacional, de 26 de janeiro de 2000, é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade localidade (“Paraíso Fiscal”).

7.2.6. Cotistas Não Residentes em Paraíso Fiscal:

Os ganhos e rendimentos auferidos nas cotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota zero. Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo cotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das cotas do Fundo ou cujas cotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter em sua carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos auferidos na cessão ou alienação das cotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

7.2.7. Cotistas Residentes em Paraíso Fiscal:

Os Cotistas Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos quotistas do Fundo residentes no Brasil.

8. BREVE HISTÓRICO DO COORDENADOR LÍDER E DA ADMINISTRADORA

8.1. Breve Histórico do Coordenador Líder e da Administradora

A Geração Futuro Corretora de Valores S.A., instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, n.º 20, 12º andar, Grupo 1.201-B, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 27.652.684/0001-62, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração e gestão de carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 6.819, de 17 de maio de 2002, conforme previsto no artigo 23 da Lei 6.385/76, e na Instrução CVM 306, é a instituição responsável pela administração do Fundo.

A Geração Futuro Corretora de Valores S.A. é uma corretora de valores mobiliários fundada em 1988 e sediada no Rio de Janeiro, com escritórios em São Paulo e Porto Alegre. A Geração Futuro é administradora de mais de 100 (cem) fundos de investimento, aproximadamente 90 (noventa) clubes de investimento e 20 (vinte) carteiras administradas, totalizando um patrimônio administrado/gerido de, aproximadamente, R\$ 7.300.000.000,00 (sete bilhões e trezentos milhões de reais), com aproximadamente 50.000 (cinquenta mil) investidores ativos.

9. INFORMAÇÕES RELEVANTES

9.1. Esclarecimentos a respeito do Fundo e da Oferta

Maiores esclarecimentos a respeito do Fundo e da Oferta, bem como cópias do Regulamento, deste Prospecto e do Prospecto Definitivo, poderão ser obtidos junto à Administradora, ao Coordenador Líder, à CETIP e à CVM, nos endereços a seguir indicados:

9.1.1. Administradora

GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A.

Praça XV de Novembro, nº 20, Grupo 1201 B, Centro

CEP 20010-010, Rio de Janeiro- RJ

At.: Gabriel Lansac

Telefone: (11) 3524-8987

Fax: (11) 2137-8899

E-mail: estruturacao@gerafuturo.com.br

Website: <http://www.geracaofuturo.com.br/ofertas-publicas> (neste website clicar em “TRIAR CINE LEBLON FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES” na seção “OFERTAS EM ANDAMENTO”)

9.1.2. Coordenador Líder

GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A.

Praça XV de Novembro, nº 20, Grupo 1201 B, Centro

CEP 20010-010, Rio de Janeiro- RJ

At.: Gabriel Lansac

Telefone: (11) 3524-8987

Fax: (11) 2137-8899

E-mail: estruturacao@gerafuturo.com.br

Website: <http://www.geracaofuturo.com.br/ofertas-publicas> (neste website clicar em “TRIAR CINE LEBLON FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES” na seção “OFERTAS EM ANDAMENTO”)

9.1.3. CVM

Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar

Rio de Janeiro - RJ

ou

Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares

Edifício Delta Plaza

São Paulo - SP

Website: www.cvm.gov.br (neste *website*, no “Menu”, clicar no link “Regulados”, clicar no link “Fundos de Investimento”, clicar no link “Consulta à Base de Dados”, clicar em “Fundos de Investimento Registrados”, digitar no primeiro campo “TRIAR CINE LEBLON FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES”, clicar no link “Documentos Eventuais (assembleias, prospecto distribuição, regulamento, etc” no “Documentos Associados”)

9.1.4. CETIP

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 1º andar

CEP: 01452-001, São Paulo - SP

Website: <https://www.cetip.com.br/>

Link para acesso aos demais documentos relacionados ao Fundo: <https://www.cetip.com.br/comunicados-documentos/UnidadeTitulos/prospectos> (neste *website* clicar em “Prospectos de Fundos de Investimento - Cotas de Fundos Fechados” no item “VEJA ABAIXO AS CATEGORIAS DE PROSPECTOS”; digitar no campo denominado “Título” o texto “TRIAR CINE LEBLON FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES”)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

- ANEXO I** - Instrumento Particular de Constituição do Fundo
- ANEXO II** - Regulamento
- ANEXO III** - Declaração do Coordenador Líder
- ANEXO IV** - Declaração da Administradora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

Instrumento Particular de Constituição do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO DE CONSTITUIÇÃO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 7

Por este Instrumento Particular de Termo de Constituição ("Termo de Constituição") do FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 7 ("Fundo"), a GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.652.684/0001-62 ("Administrador"), devidamente autorizada pela CVM através do ato declaratório nº 6.819 de 17 de maio de 2002, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº 20 - 12º andar, Grupo 1201 B, Bairro Centro, CEP 20010-010, por seus representantes legais infra-assinados, vem pela presente, deliberar, a constituição Fundo, nos termos da Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, e suas alterações posteriores, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, juntando para tanto:

(i) o Regulamento do Fundo ("Anexo I"), ora devidamente aprovado, devendo ser registrado perante o Cartório de Títulos e Documentos junto como esse Termo de Constituição do Fundo; e

(ii) a lista com os prestadores de serviços do Fundo ("Anexo II").


Ficará como condição precedente, a obtenção do CNPJ perante a Receita Federal do Brasil.

Sendo assim, assina o presente Termo de Constituição em 1 (um) via de igual teor.

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2014.



GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A.
AMILTON JOSÉ BARDEOTTI
DIRETOR



Patrick Perillier O'Reilly
Procurador





GERAÇÃO
FUTURO

Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado

ANEXO I - REGULAMENTO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 7

São Paulo (11) 2137-8888 Porto Alegre (51) 2121-9500 Rio de Janeiro (21) 2169-9999 www.gerafuturo.com.br Ouvidoria 0800 605 8888

o/k

f



GERAÇÃO FUTURO

REGULAMENTO DO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 7

CNPJ/MF:

Classificação CVM: Fundo de Participações

Classificação ANBIMA: Fundo de Participações

Código ANBIMA:

4ºRTD-RJ - 961879

Emol: 424,10 / Distrib: 15,85 / Lei: 111/08: 21,8

MA: 11,49 / PETJ: 87,29 / LE: 6281: 17,45

Lei 4.864/05: 21,81 / Tot Emol (R\$): 599,6

PARÂM: Vies: 2 / Nome(s): 1 / Págs: 19

Proc Estr: N / Averb: S / Dila:



O Fundo e o Compromisso de Investimento estão de acordo com o Código da ABVCA/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

CAPÍTULO I - DO FUNDO

Artigo 1º - O FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 7 ("FUNDO"), 4ºRTD-RJ, sob o nº 27.652.684/0001-62, a qual é autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº 6.819, de 17 de maio de 2002 ("ADMINISTRADOR"), é regido por este regulamento ("Regulamento") e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, em especial a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 391, de 16 de julho de 2003, e alterações posteriores ("Instrução CVM 391").

CAPÍTULO II - PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 2º - O FUNDO terá prazo de duração indeterminado ("Prazo de Duração").

CAPÍTULO III - PÚBLICO ALVO

Artigo 3º - O FUNDO será destinado à aplicação exclusivamente por investidores qualificados, conforme definidos pela legislação vigente, em um número máximo de 20 (vinte) investidores, nos termos da Instrução CVM 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476").

Parágrafo 1º - O FUNDO classifica-se, de acordo com o Código ABVCA/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE, como FIP-FIEE Diversificado Tipo 1.

Parágrafo 2º - A modificação do Tipo do FUNDO por outro diferente daquele inicialmente previsto neste Regulamento dependerá de aprovação dos cotistas em Assembleia Geral de Cotistas, observado o quórum estabelecido neste Regulamento.

CAPÍTULO IV - DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

Artigo 4º - O FUNDO é administrado pela **GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A.**, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de

Novembro, nº 20, Grupo 1201 B, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 27.652.684/0001-62, a qual é autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº 6.819, de 17 de maio de 2002 ("ADMINISTRADOR").

Parágrafo Único - O ADMINISTRADOR poderá contratar em nome do FUNDO a prestação de outros serviços, inclusive no que se refere à avaliação, acompanhamento e indicação de investimentos, atividades e desempenho financeiro das Companhias Investidas objeto de investimento pelo FUNDO, bem como assessoria na análise dos desinvestimentos, observado o disposto neste Regulamento.

Artigo 5º - A carteira do FUNDO será gerida pela **BRASIL PLURAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.**, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, salas 901, 902 (parte), 903, 904, 905, 906, 911, 913 e 914, Botafogo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.397.672/0002-80 e autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório CVM nº 10.817, de 15 de janeiro de 2010 ("GESTOR").

Artigo 6º - Os serviços de custódia são prestados ao FUNDO pelo **BANCO BRADESCO S.A.**, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("CUSTODIANTE").

Artigo 7º - Os serviços de distribuição, agenciamento e colocação de Cotas do FUNDO serão prestados em regime de melhores esforços pelo próprio ADMINISTRADOR e pela **BRASIL PLURAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Surubim, nº 373, térreo - cj. 01 - parte e cj. 02 - parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.816.451/0001-15, ("DISTRIBUIDORES").



GERAÇÃO
FUTURO

REGULAMENTO DO

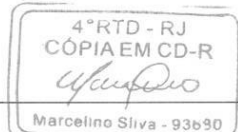
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 7

CNPJ/MF:

Classificação CVM: Fundo de Participações

Classificação ANBIMA: Fundo de Participações

Código ANBIMA:



CAPÍTULO V - DO OBJETIVO DO FUNDO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Artigo 8º - O objetivo do FUNDO é buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de ações, debêntures conversíveis, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações ("Ativos-Alvo") de companhias brasileiras com registro ou não de companhia aberta perante a CVM que, quando for o caso, atendam aos requisitos descritos no parágrafo 1º abaixo ("Companhias Investidas"), e/ou outros ativos, de acordo com a política de investimento do FUNDO.

Parágrafo 1º - As companhias fechadas objeto de investimento pelo FUNDO deverão seguir as seguintes práticas de governança corporativa:

- I. proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- II. estabelecimento de mandato unificado de 1 (um) ano para todo o conselho de administração;
- III. disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da companhia;
- IV. adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- V. no caso de abertura de seu capital, obrigar-se, perante o FUNDO, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos incisos anteriores; e
- VI. auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

Parágrafo 2º - As companhias abertas objeto de investimento pelo FUNDO podem ou não integrar os segmentos especiais de listagem instituídos pela BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA

DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS ("BM&F BOVESPA"), quais sejam, os Níveis 1 e 2 de Governança Corporativa, o Novo Mercado ou, ainda o BOVESPA MAIS, bem como qualquer outro segmento especial que venha a ser criado pela BM&F BOVESPA.

Artigo 9º - A carteira do FUNDO será composta da seguinte forma:

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	MÍNIMO	MÁXIMO
Ativos-Alvo	90%	100%
Títulos ou valores mobiliários de renda fixa, públicos ou privados e/ou em cotas de fundos de investimento regulados pela CVM, inclusive fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo ADMINISTRADOR, pelo GESTOR ou por empresas a eles ligadas (" <u>Ativos Líquidos</u> ").	0%	10%

Parágrafo 1º - É vedada ao FUNDO a realização de operações com derivativos, exceto se exclusivamente para fins de proteção patrimonial.

Parágrafo 2º - O FUNDO poderá investir até 100% (cem por cento) de seus recursos nas Companhias Investidas, sem restrições quanto às condições econômicas, operacionais, regulatórias ou estratégicas.

Artigo 10 - A realização dos investimentos e desinvestimentos do FUNDO caberá ao GESTOR que observará o disposto neste Regulamento.

Artigo 11 - As decisões de investimento e desinvestimento do FUNDO nos Ativos-Alvo dependerão da aprovação dos cotistas.

Parágrafo 1º - O GESTOR e/ou o ADMINISTRADOR poderão sem a necessidade de prévia aprovação dos cotistas do FUNDO, realizar investimentos e desinvestimentos com relação a recursos investidos nos Ativos Líquidos.



GERAÇÃO
FUTURO

REGULAMENTO DO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 7

CNPJ/MF:

Classificação CVM: Fundo de Participações

Classificação ANBIMA: Fundo de Participações

Código ANBIMA:

4º RTD - RJ
CÓPIA EM CD-R

Marcelino Silva
Marcelino Silva - 93690

Parágrafo 2º - A participação do FUNDO no processo decisório das Companhias Investidas poderá ocorrer: (i) pela detenção de ações de emissão das Companhias Investidas que integrem o respectivo Controle, (ii) pela celebração de acordo de acionistas, ou, ainda, (iii) pela celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao FUNDO efetiva influência na definição na política estratégica e na gestão das Companhias Investidas.

Artigo 12 - Os cotistas do FUNDO deverão aprovar, quando da subscrição, a possibilidade de o FUNDO:

I. investir em Ativos-Alvo e/ou outros ativos de emissão de companhias nas quais participem:

a. o ADMINISTRADOR, o GESTOR, os membros de comitês ou conselhos criados ou que venham a ser criados pelo FUNDO, ou cotistas do FUNDO, ainda que titulares de cotas representativas de 5% (cinco por cento) ou mais do patrimônio líquido do FUNDO, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto; ou

b. quaisquer das pessoas mencionadas na alínea anterior que estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de títulos ou valores mobiliários e/ou outros ativos a serem subscritos ou adquiridos pelo FUNDO, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos valores mobiliários a serem subscritos pelo FUNDO, antes do primeiro investimento por parte do FUNDO.

II. realizar operações em que o FUNDO figure como contraparte das pessoas mencionadas na alínea "a" do inciso I acima, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados e/ou geridos pelo ADMINISTRADOR e/ou pelo GESTOR.

Parágrafo Único - Salvo se previsto neste Regulamento ou se houver a aprovação em

Assembleia Geral de Cotistas, permanecerá vedada a realização de operações pelo FUNDO nas quais haja indícios acerca da existência de conflitos de interesses entre o ADMINISTRADOR, o GESTOR e/ou os cotistas do FUNDO, e o investimento realizado.

CAPÍTULO VI - DOS FATORES DE RISCO

Artigo 13 - Não obstante a diligência do GESTOR em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do FUNDO estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que o GESTOR mantenha rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o FUNDO e para os Cotistas.

Artigo 14 - Os recursos que constam na carteira do FUNDO e os cotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos, de forma não exaustiva:

(i) **RISCO DE LIQUIDEZ:** as aplicações em valores mobiliários do FUNDO apresentam peculiaridades em relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimentos brasileiros, em razão das características de prazo e duração do mesmo. Caso o FUNDO precise se desfazer de parte desses valores mobiliários como debêntures, bônus, ações de companhias fechadas, ou abertas com pouca negociação, poderá não haver comprador ou o preço de negociação obtido poderá ser reduzido devido à baixa liquidez no mercado de mobiliário no país, causando perda de patrimônio do FUNDO e, consequentemente, do capital investido pelos cotistas.

(ii) **RISCO DO MERCADO SECUNDÁRIO:** O FUNDO é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das cotas só poderá ser feito ao término do prazo de duração do FUNDO, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas cotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de cotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta



GERAÇÃO
FUTURO

REGULAMENTO DO

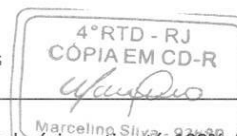
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 7

CNPJ/MF:

Classificação CVM: Fundo de Participações

Classificação ANBIMA: Fundo de Participações

Código ANBIMA:



liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas cotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.

(iii) **RISCO DE RESTRIÇÕES À NEGOCIAÇÃO:** As cotas do FUNDO serão distribuídas mediante esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, de modo que somente poderão ser negociadas no mercado secundário depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição. Desta forma, caso o investidor precise negociá-las antes desse prazo, ele estará impossibilitado de fazê-lo. As cotas do FUNDO somente poderão ser negociadas no mercado secundário de acordo com o artigo 32, onde são impostas condições para a transferência de titularidade das cotas - o que poderá restringir significativamente a habilidade de o cotista vendê-las a terceiros.

(iv) **RISCO DE DERIVATIVOS:** consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do FUNDO, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos cotistas. Mesmo para o FUNDO, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um *hedge* perfeito ou suficiente para evitar perdas ao FUNDO.

(v) **RISCO DE MERCADO:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do FUNDO, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das cotas e perdas aos cotistas.

(vi) **RISCO DE CONCENTRAÇÃO:** O risco associado às aplicações do FUNDO é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do FUNDO em uma única companhia emissora de títulos, maior será a vulnerabilidade do FUNDO em relação ao risco de tal

emissora O FUNDO poderá investir até 100% (cem por cento) de seus recursos em uma única Companhia Investida, do mesmo setor econômico e região geográfica, sem restrições quanto à condição econômica, operacionais, regulatórias ou estratégicas.

(vii) **RISCO RELACIONADO A FATORES MACROECONÔMICOS E À POLÍTICA GOVERNAMENTAL:** O FUNDO também poderá estar

sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do ADMINISTRADOR e do GESTOR, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do FUNDO, (b) inadimplência dos emissores dos ativos, e (c) incremento significativo no volume das amortizações de cotas aprovadas pela Assembleia Geral de cotistas. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os cotistas e atrasos nos pagamentos dos regates por ocasião da liquidação do FUNDO. Não obstante, o FUNDO desenvolverá suas atividades no mercado brasileiro, estando sujeito, portanto, aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. Ocasionalmente, o Governo Brasileiro intervém na economia realizando relevantes mudanças em suas políticas. As medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, aumento das tarifas públicas, entre outras medidas. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios, as condições financeiras, os resultados operacionais do FUNDO e a consequente distribuição de rendimentos aos cotistas do FUNDO. Impactos negativos na



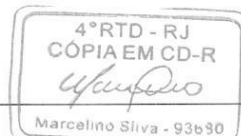
REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 7

CNPJ/MF:

Classificação CVM: Fundo de Participações

Classificação ANBIMA: Fundo de Participações

Código ANBIMA:



economia, tais como recessão, perda do poder aquisitivo da moeda e aumento exagerado das taxas de juros resultantes de políticas internas ou fatores externos podem influenciar nos resultados do FUNDO.

(viii) RISCOS RELACIONADOS ÀS COMPANHIAS INVESTIDAS:

Os investimentos do FUNDO são considerados de longo prazo e o retorno do investimento pode não ser condizente com o esperado pelo Cotista. A Carteira de Investimentos estará concentrada em títulos e/ou valores mobiliários de emissão das Companhias Investidas. Embora o FUNDO tenha sempre participação no processo decisório das respectivas Companhias Investidas, não há garantias de (i) bom desempenho de quaisquer das Companhias Investidas, (ii) solvência das Companhias Investidas e (iii) continuidade das atividades das Companhias Investidas. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados da carteira de investimentos e o valor das Cotas. Não obstante a diligência e o cuidado do GESTOR, os pagamentos relativos aos títulos e/ou valores mobiliários de emissão das Companhias Investidas, como dividendos, juros e outras formas de remuneração/bonificação podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional da respectiva Companhia Investida, ou, ainda, outros fatores. Em tais ocorrências, o FUNDO e os seus Cotistas poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos.

(ix) RISCOS RELACIONADOS AOS SETORES DE ATUAÇÃO DAS COMPANHIAS INVESTIDAS:

O objetivo do FUNDO é realizar investimentos nas Companhias Investidas sujeitas a riscos característicos e individuais dos distintos segmentos em que atuam, os quais não são necessariamente relacionados entre si, e que podem direta ou indiretamente influenciar negativamente o valor das Cotas.

(x) RISCOS RELACIONADOS À DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS DIRETAMENTE AOS COTISTAS:

Os recursos gerados pelo FUNDO serão provenientes essencialmente dos rendimentos, dividendos e outras remunerações que sejam atribuídas aos

valores mobiliários integrantes de sua carteira, bem como pela alienação de bens emitidos pelas Companhias Investidas. Portanto, a capacidade do FUNDO de amortizar Cotas está condicionada ao recebimento pelo FUNDO dos recursos acima citados.

(xi) RISCO DE PATRIMÔNIO NEGATIVO: As eventuais perdas patrimoniais do FUNDO não estão limitadas ao valor do capital subscrito, de forma que os cotistas podem ser chamados a aportar recursos adicionais no FUNDO.

(xii) RISCO DE CRÉDITO: Consiste no risco dos emissores de valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa que integram ou que venham a integrar a carteira do FUNDO e/ou outras partes envolvidas em operações realizadas pelo FUNDO não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com o FUNDO.

(xiii) DEMAIS RISCOS: O FUNDO também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do ADMINISTRADOR e/ou do GESTOR, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos em determinados ativos financeiros integrantes da carteira de investimentos do FUNDO.

Artigo 15 - As aplicações realizadas no FUNDO não contam com garantia do ADMINISTRADOR, do GESTOR, do CUSTODIANTE ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

CAPÍTULO VII - DAS OBRIGAÇÕES DO ADMINISTRADOR E DO GESTOR

Artigo 16 - Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulamentação aplicável ao FUNDO e deste Regulamento, são obrigações do ADMINISTRADOR:

I- manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 5 (cinco) anos após o encerramento do FUNDO:

a. os registros de cotistas e de transferências de cotas;



**GERAÇÃO
FUTURO**

REGULAMENTO DO

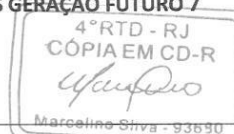
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 7

CNPJ/MF:

Classificação CVM: Fundo de Participações

Classificação ANBIMA: Fundo de Participações

Código ANBIMA:



- b. o livro de atas das Assembleias Gerais de Cotistas;
- c. o livro de presença de cotistas;
- d. o arquivo de pareceres dos auditores independentes;
- e. os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do FUNDO; e
- f. a documentação relativa às operações e ao patrimônio do FUNDO.

II- receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao FUNDO;

III- custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do FUNDO;

IV- pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na legislação aplicável ou neste Regulamento;

V- elaborar, junto com as demonstrações contábeis semestrais e anuais, parecer a respeito das operações e resultados do FUNDO, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições da legislação aplicável e deste Regulamento;

VI- fornecer aos cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo titulares de pelo menos 10% (dez por cento) das cotas emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimento, elaborados pelo GESTOR ou pelo ADMINISTRADOR, que fundamentem as decisões tomadas em Assembleia Geral de Cotistas, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;

VII- se houver, fornecer aos cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo titulares de pelo menos 10% (dez por cento) das cotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises elaborados pelo GESTOR ou pelo ADMINISTRADOR, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;

VIII- no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso I deste artigo até o término do mesmo;

IX- exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos, inerentes ao patrimônio e às atividades do FUNDO;

X- transferir ao FUNDO qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de ADMINISTRADOR;

XI- manter os títulos ou valores mobiliários fungíveis integrantes da carteira do FUNDO custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;

XII- elaborar e divulgar as informações previstas no Capítulo XX deste Regulamento;

XIII- firmar, em nome do FUNDO, acordos de acionistas das Companhias Investidas ou, conforme o caso, ajustes de natureza diversa que tenham por objeto assegurar ao FUNDO efetiva influência na definição da política estratégica e gestão das Companhias Investidas, mediante prévia e expressa aprovação pelo GESTOR, e disponibilizando cópia do acordo aos cotistas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a sua assinatura;

XIV- outorgar procuração para pessoa indicada pelo GESTOR para comparecer e votar em assembleias gerais e especiais das companhias objeto de investimento pelo FUNDO, devendo a referida pessoa seguir as instruções de voto transmitidas pelo GESTOR, bem como dar conhecimento a respeito das deliberações e disponibilizar aos cotistas e ao ADMINISTRADOR cópia da respectiva ata, no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a sua assinatura;

XV- tomar as medidas necessárias, conforme previsto na Circular do Banco Central do Brasil nº 3.461, de 24 de julho de 2009, na Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, na Instrução da Secretaria de Previdência Complementar ("SPC") nº 22, de 19 de julho de 1999, e no Ofício-Circular SPC nº 08/SPC/GAB, de 16 de julho de 2004, e respectivas alterações posteriores, com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e alterações posteriores;

XVI- cumprir fielmente as deliberações da Assembleia Geral de Cotistas; e

XVII- cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes deste Regulamento.

oil f



GERAÇÃO
FUTURO

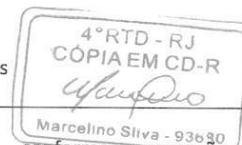
REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 7

CNPJ/MF:

Classificação CVM: Fundo de Participações

Classificação ANBIMA: Fundo de Participações

Código ANBIMA:



Parágrafo 1º - Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos VI e VII deste artigo, o ADMINISTRADOR poderá submeter a questão à prévia apreciação da Assembleia Geral de Cotistas, tendo em conta os interesses do FUNDO e dos demais cotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às Companhias Investidas, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os cotistas que requereram a informação.

Parágrafo 2º - Em hipótese alguma o ADMINISTRADOR e o GESTOR poderão contratar prestador de serviço que tenha real ou potencial conflito de interesse pertinente as Companhias Investidas. A contratação de terceiros prestadores de serviços que sejam do mesmo conglomerado econômico do GESTOR não configurará conflito de interesse.

Artigo 17 - Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulamentação aplicável ao FUNDO, deste Regulamento e do contrato de gestão a ser firmado com o ADMINISTRADOR, nos termos do artigo 9º, § 2º, da Instrução CVM 391 e o Código ABVCAP/ANBIMA, são obrigações do GESTOR:

- I. transferir ao FUNDO qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de GESTOR;
- II. comunicar ao ADMINISTRADOR qualquer ato ou fato relevante relativo ao FUNDO de que tenha conhecimento;
- III. cumprir fielmente as deliberações da Assembleia Geral de Cotistas;
- IV. cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes deste Regulamento;
- V. encaminhar, ao ADMINISTRADOR, as atas dos comitês que porventura venham a ser constituídos, para arquivo;
- VI. prospectar, selecionar e negociar negócios para a carteira do FUNDO segundo a política de investimento estabelecida no Regulamento e propor aos cotistas os desinvestimentos do FUNDO;
- VII. executar as transações de investimento, de acordo com a política de investimentos do FUNDO e

de desinvestimento, conforme aprovação dos cotistas que representem a maioria das cotas do FUNDO;

VIII. representar o FUNDO, na forma da legislação aplicável, perante as Companhias Investidas e monitorar os investimentos do FUNDO, mantendo documentação hábil par demonstrar tal monitoramento;

IX. enviar todas as informações relativas a negócios realizados pelo FUNDO ao ADMINISTRADOR do FUNDO; e

X. manter documentação hábil para que se verifique como se deu o seu processo decisório relativo à composição da carteira do FUNDO, independentemente da classificação dotada pelo FUNDO.

Artigo 18 - O GESTOR reúne todo o conhecimento proporcionado pela qualidade e experiência de seus profissionais, buscando o máximo de sinergia entre as diversas técnicas de administração de ativos, para agregar valor à carteira de investimentos do FUNDO.

CAPÍTULO VIII - VEDAÇÕES AO ADMINISTRADOR E AO GESTOR

Artigo 19 - É vedado ao ADMINISTRADOR e ao GESTOR, conforme o caso, direta ou indiretamente, em nome do FUNDO:

- I. receber depósito em conta corrente;
- II. contrair ou efetuar empréstimos, salvo em modalidade regulada pela CVM;
- III. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto mediante aprovação dos Cotistas reunidos em assembleia geral, nos termos do presente Regulamento;
- IV. realizar qualquer investimento ou desinvestimento em desconformidade com os termos deste Regulamento;
- V. negociar com duplicatas, notas promissórias, excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM nº 134, de 1º de novembro de 1990, ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- VI. prometer rendimento predeterminado aos cotistas; e
- VII. aplicar recursos no exterior, na aquisição de bens imóveis, ou na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.



GERAÇÃO
FUTURO

REGULAMENTO DO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 7

CNPJ/MF:

Classificação CVM: Fundo de Participações

Classificação ANBIMA: Fundo de Participações

Código ANBIMA:



Parágrafo Único - Caso existam garantias prestadas pelo Fundo, conforme disposto na alínea (iii) acima, o Administrador deverá zelar pela ampla disseminação das informações sobre todas as garantias existentes, por meio, no mínimo, de divulgação de fato relevante e permanente disponibilização, com destaque, das informações na página do Administrador na rede mundial de computadores.

CAPÍTULO IX - SUBSTITUIÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E/OU GESTÃO

Artigo 20 - O ADMINISTRADOR e/ou GESTOR do FUNDO poderá ser substituído nas seguintes hipóteses:

- I. descredenciamento para o exercício da atividade de administração de carteira, por decisão da CVM;
- II. renúncia; ou
- III. destituição por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo 1º - Nas hipóteses de renúncia ou descredenciamento, ficará o ADMINISTRADOR obrigado a convocar, imediatamente, a Assembleia Geral de Cotistas para eleger seu substituto e/ou o substituto do prestador de serviços de gestão da carteira do FUNDO, a se realizar no prazo máximo de 10 (dez) dias, sendo também facultado aos cotistas titulares de ao menos 5% (cinco por cento) das cotas emitidas ou à CVM, na hipótese de descredenciamento, a convocação dessa Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo 2º - No caso de renúncia, o prestador de serviços de administração e/ou de gestão da carteira do FUNDO deverá permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição, devendo comunicar sua decisão aos cotistas e à CVM, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo 3º - No caso de descredenciamento, a CVM poderá indicar prestador de serviços de administração temporário até a eleição da nova administração.

CAPÍTULO X – COMITÊ DE INVESTIMENTO

Artigo 21 - O FUNDO possuirá Comitê de Investimentos que terá como função:

- I. acompanhar e autorizar as decisões inerentes à composição da sua carteira, incluindo, mas não se limitando, a aquisição e/ou venda de Ativos - Alvo da carteira do FUNDO, a partir de propostas apresentadas pelo GESTOR ou das determinações dadas pelos Cotistas em Assembleia Geral de Cotistas;
- II. acompanhar as atividades do GESTOR na representação do FUNDO junto às Companhias Investidas, na forma prevista neste Regulamento; e
- III. deliberar sobre a contratação ou substituição de prestadores de serviços do FUNDO, excetuados os prestadores de serviço de administração e/ou de gestão da carteira, e escolha de seus substitutos.

Parágrafo 1º - O Comitê de Investimentos será composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) membros suplentes, que serão nomeados pela Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo 2º - Todos os membros do Comitê de Investimentos deverão ter reputação ilibada, a ser declarada quando da sua posse no cargo de membro do Comitê, podendo ser indicados funcionários, diretores e representantes do Gestor.

Parágrafo 3º - Os membros do Comitê de Investimento terão mandato de 01 (um) ano, e poderão renunciar a seu cargo mediante comunicação por escrito encaminhada com 05 (cinco) dias de antecedência ao Administrador, que deverá informar a todos os demais membros do Comitê de Investimento e ao Gestor, bem como aos Cotistas, sobre tal renúncia.

Parágrafo 4º - Havendo a renúncia de



GERAÇÃO
FUTURO

REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 7

CNPJ/MF:

Classificação CVM: Fundo de Participações

Classificação ANBIMA: Fundo de Participações

Código ANBIMA:

4º RTD - RJ
CÓPIA EM CD-R

Marcelino Silva - 93690

qualquer membro do Comitê de Investimento no curso do respectivo mandato, será convocada nova Assembleia Geral de Cotistas para nomear novo membro, devendo o renunciante permanecer no cargo até sua efetiva substituição.

Parágrafo 5º - Em caso de manifesta negligência ou comprovada má-fé por parte de um membro do Comitê de Investimento, ou de grave descumprimento das disposições deste Regulamento a ele aplicáveis, o referido membro poderá ser destituído de suas funções por decisão da maioria dos demais membros do Comitê de Investimento, devendo ser convocada nova Assembleia Geral de Cotistas para nomear o respectivo substituto.

Parágrafo 6º - O Comitê de Investimento será considerado devidamente instalado após a nomeação dos respectivos membros e suplentes em Assembleia Geral.

Parágrafo 7º - Os membros do Comitê de Investimento reunir-se-ão semestralmente ou, extraordinariamente, sempre que assim exigirem os interesses do FUNDO, sempre na sede do GESTOR, mediante convocação por escrito ou por correio eletrônico (e-mail), feita com 15 (quinze) dias corridos de antecedência decorrente de solicitação do ADMINISTRADOR, do GESTOR ou de qualquer dos membros do Comitê de Investimento, com cópia ao ADMINISTRADOR, da qual constará, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada tal reunião e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

Parágrafo 8º - A convocação para as reuniões do Comitê de Investimento será dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os membros do Comitê.

Parágrafo 9º - As reuniões do Comitê de Investimento serão instaladas com a presença de pelo menos 1 (um) membro e as decisões serão tomadas por unanimidade dos

membros presentes à reunião.

Parágrafo 10 - Será permitida a participação de qualquer membro do Comitê de Investimento nas reuniões por qualquer meio remoto que permita ao respectivo membro manifestar, seja por meio de videoconferência, telefone e correio eletrônico (e-mail), sua sugestão de maneira clara e expressa aos demais membros que estiverem presentes à reunião.

Parágrafo 11 - Para o bom desempenho do Comitê de Investimento, o GESTOR disponibilizará o material necessário à avaliação da ordem do dia de cada reunião do Comitê aos membros titulares, com, no mínimo, 10 (dez) dias corridos de antecedência à realização da reunião, desde que a reunião tenha sido convocada pelo GESTOR.

Parágrafo 12 - O secretário de cada reunião do Comitê de Investimento (i) lavrará ata da reunião, a qual deverá ser obrigatoriamente assinada por todos os membros presentes; (ii) disponibilizará cópia da ata ao ADMINISTRADOR e ao GESTOR em até 03 (três) dias úteis contados da data de realização da respectiva reunião; e (iii) encaminhará cópia da ata a todos os membros do Comitê dentro de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data da realização da respectiva reunião.

Parágrafo 13 - Os membros do Comitê de Investimento não receberão qualquer remuneração pelo exercício de suas funções.

Parágrafo 14 - Os membros do Comitê de Investimento deverão informar o ADMINISTRADOR, o qual deverá informar os Cotistas e o GESTOR, acerca de qualquer situação que os coloque, potencial ou efetivamente, em situação de conflito de interesses com o FUNDO e, nestes casos, deverão se abster de deliberação sobre a matéria relativa a tal conflito.



GERAÇÃO
FUTURO

REGULAMENTO DO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 7

CNPJ/MF:

Classificação CVM: Fundo de Participações

Classificação ANBIMA: Fundo de Participações

Código ANBIMA:

4º RTD - RJ
CÓPIA EM CD-R

Marcelino Silva - 93690

CAPÍTULO XI - ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

Artigo 22 - Além das matérias sujeitas expressamente à deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, nos termos deste Regulamento e da regulamentação em vigor, é da competência privativa da Assembleia Geral de Cotistas:

- I. tomar, anualmente, as contas relativas ao FUNDO e deliberar, em até 150 (cento e cinquenta) dias após o término do exercício social, sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo ADMINISTRADOR;
- II. alterar o Regulamento do FUNDO;
- III. alterar o Tipo do Fundo, conforme classificação do Código ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE;
- IV. deliberar sobre a destituição ou substituição do(s) prestadores de serviços de administração e/ou de gestão da carteira do FUNDO e escolha de seu(s) substituto(s);
- V. deliberar sobre a fusão, cisão, incorporação ou eventual liquidação do FUNDO;
- VI. deliberar sobre a emissão e distribuição de novas cotas, observado o disposto neste Regulamento;
- VII. deliberar sobre o aumento da taxa de remuneração do ADMINISTRADOR, inclusive no que diz respeito à participação nos resultados do FUNDO;
- VIII. deliberar sobre a prorrogação ou redução do Prazo de Duração;
- IX. deliberar sobre a alteração do quórum de instalação e deliberação da Assembleia Geral de Cotistas;
- X. deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento do Comitê de Investimento do FUNDO, quando for o caso;
- XI. deliberar, quando for o caso, sobre o requerimento de informações apresentado por cotistas, observado o disposto no artigo 16, §1º, deste Regulamento;
- XII. deliberar sobre a utilização de ativos integrantes da carteira do FUNDO na amortização de cotas e liquidação do FUNDO, bem como estabelecer critérios detalhados e específicos para a adoção desse procedimento;
- XIII. deliberar sobre amortização parcial ou total, a qualquer tempo, de cotas de emissão do FUNDO;

XIV. eleger e destituir os membros do Comitê de Investimento do FUNDO, quando for o caso, nos termos deste Regulamento; e

XV. deliberar sobre a prestação de fiança, aval, aceite, ou qualquer outra forma de coobrigação, em nome do FUNDO.

Parágrafo Único - As deliberações da Assembleia Geral de Cotistas devem ser adotadas por votos que representem a maioria dos presentes à Assembleia, atribuindo-se, em qualquer caso, a cada cota o direito a 1 (um) voto, com exceção das matérias previstas no artigo 23 abaixo.

Artigo 23 - As deliberações abaixo deverão ser aprovadas, em Assembleia Geral de Cotistas, por quórum qualificado por cotistas representando a totalidade das cotas emitidas pelo FUNDO:

- I. alteração do regulamento;
- II. destituição ou substituição do(s) prestadores de serviços de administração e/ou de gestão da carteira do FUNDO e escolha de seu(s) substituto(s);
- III. fusão, incorporação, cisão e eventual liquidação do FUNDO;
- IV. aumento na taxa de administração do ADMINISTRADOR, inclusive no que diz respeito à participação nos resultados do FUNDO;
- V. prorrogação do prazo do FUNDO;
- VI. alteração de quórum de instalação e deliberação da Assembleia Geral;
- VII. instalação, composição, eleição e destituição de membros, organização e funcionamento do Comitê de Investimento do FUNDO;
- VIII. emissão de novas cotas;
- IX. prestação de fiança, aval, aceite, ou qualquer outra forma de coobrigação, em nome do FUNDO;

Artigo 24 - A Assembleia Geral de Cotistas reunir-se-á, ordinariamente, em até 150 (cento e cinquenta) dias após o término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses do FUNDO o exigirem.



GERAÇÃO
FUTURO

REGULAMENTO DO

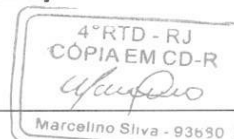
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 7

CNPJ/MF:

Classificação CVM: Fundo de Participações

Classificação ANBIMA: Fundo de Participações

Código ANBIMA:



Artigo 25 - A convocação da Assembleia Geral de Cotistas far-se-á com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias, mediante correspondência eletrônica (e-mail), encaminhada a cada um dos cotistas, sendo que as convocações deverão indicar a data, o horário, o local da reunião e a descrição das matérias a serem deliberadas.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral de Cotistas poderá ser convocada pelo ADMINISTRADOR ou por cotistas titulares de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das cotas emitidas pelo FUNDO.

Parágrafo 2º - Os cotistas deverão manter atualizados perante o ADMINISTRADOR todos os seus dados cadastrais para fins de recebimento da convocação, bem como outras comunicações previstas neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

Parágrafo 3º - A presença da totalidade dos cotistas supre a falta da convocação.

Artigo 26 - A Assembleia Geral de Cotistas instalar-se-á, em primeira ou segunda convocação, com a presença de, no mínimo, a maioria dos cotistas do FUNDO.

Parágrafo Único - Não se instalando a Assembleia Geral de Cotistas em primeira convocação, esta deverá ser novamente convocada, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, podendo, alternativamente, ser realizada consulta formal, observado o procedimento previsto neste Regulamento.

Artigo 27 - Poderão comparecer à Assembleia Geral de Cotistas, ou votar no processo de deliberação por consulta formal, os cotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para a realização da Assembleia Geral de Cotistas ou do envio da consulta formal, conforme o caso, estiverem inscritos na conta de depósito, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

Parágrafo 1º - Os cotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que o seu recebimento ocorra antes do encerramento da respectiva Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo 2º - Das deliberações adotadas em Assembleia Geral de Cotistas serão lavradas as respectivas atas, ainda que em forma de sumário, as quais serão assinadas por todos os presentes e/ou terão a elas anexadas as manifestações de voto proferidas nos termos do parágrafo anterior, dispensadas neste caso as respectivas assinaturas, sendo a seguir registradas no livro próprio; e das deliberações adotadas por meio de consulta formal será lavrado ato do ADMINISTRADOR reduzindo a termo as deliberações adotadas, para os mesmos fins e efeitos de uma ata.

Parágrafo 3º - O resumo das deliberações adotadas pela Assembleia Geral de Cotistas deverá ser enviado a cada cotista até, no máximo, 30 (trinta) dias após a sua realização.

Artigo 28 - Este Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembleia Geral de Cotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos cotistas.

CAPÍTULO XII - DA REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

Artigo 29 - Como remuneração pelos serviços de administração e gestão, o FUNDO pagará, a título de taxa de administração, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por mês.

Parágrafo 1º - A remuneração deve ser provisionada diariamente (em base de 252 dias por ano) sobre o valor do patrimônio líquido do FUNDO, e paga mensalmente, por períodos vencidos, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente. O ADMINISTRADOR

il f



**GERAÇÃO
FUTURO**

REGULAMENTO DO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 7

CNPJ/MF:

Classificação CVM: Fundo de Participações

Classificação ANBIMA: Fundo de Participações

Código ANBIMA:

4º RTD - RJ
CÓPIA EM CD-R

Marcelino Silva - 93690

poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo FUNDO aos prestadores de serviços que tenham sido subcontratados pelo ADMINISTRADOR, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da remuneração fixada neste Regulamento.

Parágrafo 2º - Não haverá remuneração para os DISTRIBUIDORES.

Parágrafo 3º - Não haverá taxa de performance, de ingresso ou de saída, em razão das aplicações de recursos no FUNDO e/ou quando do resgate de suas cotas.

Parágrafo 4º - A taxa de administração referida no caput não inclui os valores de auditoria das demonstrações contábeis do FUNDO, nem os valores correspondentes aos demais encargos do FUNDO indicados no Capítulo XV abaixo, os quais serão debitados diretamente do FUNDO.

CAPÍTULO XIII - DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO

Artigo 30 - As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, subscrição, integralização, amortização e resgate das cotas estão descritos neste Regulamento, bem como nos suplementos referentes a cada emissão de cotas, na forma do Anexo I.

Artigo 31 - As cotas do FUNDO terão a forma nominativa, serão escriturais e corresponderão a frações ideais de seu patrimônio, calculado nos termos deste Regulamento e dividido pelo número total de cotas emitidas.

Parágrafo 1º - A propriedade das cotas escriturais presumir-se-á por extrato de conta de depósito, aberta em nome de cada cotista.

Parágrafo 2º - As cotas assegurarão aos seus titulares direitos e obrigações idênticas.

Artigo 32 - As cotas do FUNDO somente poderão ser negociadas em mercados regulamentados:

- I. quando distribuídas publicamente por meio de oferta registrada na CVM;
- II. quando distribuídas com esforços restritos, observadas as restrições da Instrução CVM 476; ou
- III. quando as cotas já estejam admitidas à negociação em mercados regulamentados.

Parágrafo Único - Podem, ainda, ser negociadas em mercados regulamentados, as cotas que não se enquadrem nas hipóteses dos incisos I a III do caput, desde que sejam previamente submetidas a registro de negociação, mediante apresentação de prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

Direito de Preferência

Artigo 33 - Os cotistas que ingressarem no FUNDO, outorgar-se-ão reciprocamente o direito de preferência para a aquisição de cotas de sua titularidade em igualdade de condições e proporcionalmente à participação de cada um dos cotistas na composição do patrimônio líquido, na hipótese de alienação de cotas a terceiros e/ou a outros cotistas, de qualquer forma e sob qualquer hipótese, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Compromisso de Investimento.

Parágrafo Único - Caso um cotista alienante venha a alienar suas cotas a terceiros e/ou a outros cotistas sem observância do disposto neste Regulamento e sem comprovação, pelo ADMINISTRADOR, no caso de negociações privadas de cotas, ou, pelo intermediário, no caso de negociações de Cotas em mercado de balcão organizado, de que o novo cotista qualifica-se para ser investidor do Fundo, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

Artigo 34 - Não haverá resgate de cotas, a não ser por ocasião do término do Prazo de Duração, ou de sua liquidação, não se confundindo os eventos de resgate com as amortizações previstas neste Regulamento.



GERAÇÃO
FUTURO

REGULAMENTO DO

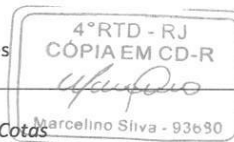
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 7

CNPJ/MF:

Classificação CVM: Fundo de Participações

Classificação ANBIMA: Fundo de Participações

Código ANBIMA:



Da Subscrição das Cotas

Artigo 35 - As Cotas serão objeto de oferta restrita destinada exclusivamente a investidores qualificados e somente poderão ser subscritas ou adquiridas, por no máximo, 20 (vinte) investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.

Parágrafo Único - As cotas deverão ser subscritas pelos cotistas até a data de encerramento da respectiva oferta restrita e serão integralizadas em moeda corrente nacional e/ou mediante a entrega de ativos, em atendimento às chamadas de capital que venham a ser realizadas pelo ADMINISTRADOR.

Artigo 36 - No ato da subscrição de cotas, o subscritor: (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo ADMINISTRADOR, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar as cotas por ele subscritas em atendimento às chamadas de capital que venham a ser realizadas pelo ADMINISTRADOR, mediante instrução do GESTOR, nos termos deste Regulamento e do respectivo Compromisso de Investimento, (iii) receberá exemplar atualizado deste Regulamento, quando deverá declarar por meio da assinatura do Termo de Adesão, sua condição de investidor qualificado e atestar que está ciente: (a) das disposições contidas neste Regulamento e no Compromisso de Investimento, (b) de que a oferta restrita não foi devidamente registrada na CVM, e (c) de que as cotas estão sujeitas às restrições de negociação previstas neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

Artigo 37 - Por ocasião de qualquer investimento no FUNDO, o cotista deverá assinar o respectivo boletim de subscrição de cotas do FUNDO ("Boletim de Subscrição"), do qual deverão constar:

- I. o nome e a qualificação do cotista;
- II. o número de cotas subscritas; e
- III. o preço de subscrição, valor total a ser integralizado pelo subscritor e o respectivo prazo.

Da integralização das Cotas

Artigo 38 - A integralização das cotas do FUNDO poderá ser realizada por meio das modalidades de transferência de recursos admitidas em lei e adotadas pelo ADMINISTRADOR, sempre em moeda corrente nacional, conforme previsto em cada Boletim de Subscrição e no Suplemento.

Parágrafo 1º - Admite-se, ainda, a critério do ADMINISTRADOR, a integralização de cotas por meio da utilização de bens e direitos, inclusive Ativos-Alvo, avaliados por seu custo de aquisição, a preço de mercado, por seu valor econômico ou por seu valor patrimonial, conforme o caso, observadas disposições legais e regulamentares a este respeito.

Parágrafo 2º - As aplicações no FUNDO poderão ser feitas em bens e direitos desde que o ADMINISTRADOR, com instrução do GESTOR, entenda que a sua realização se dá no interesse do FUNDO, ocorrendo sempre de forma proporcional ao valor dos ativos da carteira, exceto se expressamente autorizada, por maioria absoluta em Assembleia Geral de Cotistas, a aplicação desproporcional.

Parágrafo 3º - Cada Boletim de Subscrição será devidamente autenticado pelo ADMINISTRADOR e corresponderá ao comprovante de pagamento pelo cotista da respectiva integralização de cotas do FUNDO.

Artigo 39 - O cotista que não fizer o pagamento nas condições previstas neste Regulamento e/ou no respectivo Boletim de Subscrição ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de seu débito, atualizado pelo IPCA, *pro rata temporis*, e de uma multa mensal de 1% (um por cento) sobre o débito corrigido, cujo montante será revertido em favor do FUNDO.

Parágrafo Único - Na hipótese de o cotista não realizar o pagamento nas condições previstas neste Regulamento e/ou no respectivo Boletim de Subscrição:



GERAÇÃO
FUTURO

REGULAMENTO DO

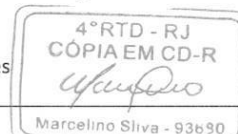
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 7

CNPJ/MF:

Classificação CVM: Fundo de Participações

Classificação ANBIMA: Fundo de Participações

Código ANBIMA:



- I. o cotista inadimplente perderá o direito de votar nas assembleias de cotistas;
- II. o cotista inadimplente perderá o direito a qualquer distribuição de proventos os quais serão revertidos ao FUNDO abatendo a obrigação do cotista inadimplente com o FUNDO; e
- III. os demais cotistas não responderão por tal inadimplemento.

CAPÍTULO XIV - AMORTIZAÇÃO DAS COTAS E PAGAMENTO DE RENDIMENTOS AOS COTISTAS

Artigo 40 - Os recursos provenientes da alienação dos Ativos-Alvo, deduzidos os compromissos presentes e futuros do FUNDO, assim como quaisquer valores recebidos pelo FUNDO, exceto dividendos, em decorrência de seus investimentos, serão reinvestidos nos termos, forma e condições deste Regulamento, exceto se deliberada a sua distribuição, a título de amortização de cotas, pela Assembleia Geral de Cotistas. Caberá ao ADMINISTRADOR tornar operacional a decisão da Assembleia Geral de Cotistas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Único - A amortização abrangerá todas as cotas do FUNDO, mediante rateio das quantias a serem distribuídas pelo número de cotas existentes.

Artigo 41 - As quantias atribuídas ao FUNDO a título de dividendos, declarados em favor das ações de sua propriedade e que venham a ser distribuídos a qualquer tempo pelas companhias integrantes da carteira do FUNDO, serão distribuídas aos cotistas, na proporção das cotas por eles detidas em, no máximo, 20 (vinte) dias úteis após o seu recebimento pelo FUNDO, exceto se deliberado de forma diversa pelos cotistas, reunidos em Assembleia Geral de Cotistas.

Artigo 42 - As amortizações de cotas e os pagamentos de rendimentos aos cotistas serão feitos por meio de documento de ordem de pagamento ou depósito em conta corrente, não devendo ultrapassar o último dia útil do 2º mês subsequente à data inicial para integralização de cotas.

Parágrafo Único - Mediante aprovação da Assembleia Geral de Cotistas, será possível a utilização de bens e direitos, inclusive valores mobiliários, na amortização de cotas, bem como na liquidação do FUNDO, devendo a respectiva Assembleia Geral de Cotistas estabelecer oportunamente os critérios detalhados e específicos para a adoção de tais procedimentos.

CAPÍTULO XV - ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 43 - Constituem encargos do FUNDO, além da remuneração do ADMINISTRADOR, prevista neste Regulamento, as seguintes despesas que lhe poderão ser debitadas pelo ADMINISTRADOR:

- I. emolumentos e comissões pagos por operação de compra e venda de títulos ou valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO;
- II. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;
- III. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas na regulamentação aplicável;
- IV. despesas com correspondência de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos cotistas;
- V. honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações financeiras e contábeis do FUNDO;
- VI. honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao FUNDO, se for o caso;
- VII. parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrente de culpa ou negligência do ADMINISTRADOR no exercício de suas funções;
- VIII. prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do FUNDO entre bancos;
- IX. quaisquer despesas inerentes fusão, incorporação, cisão ou liquidação do FUNDO e à realização de Assembleias Gerais de Cotistas;
- X. taxa de custódia dos ativos integrantes da carteira do FUNDO;



GERAÇÃO
FUTURO

REGULAMENTO DO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 7

CNPJ/MF:

Classificação CVM: Fundo de Participações

Classificação ANBIMA: Fundo de Participações

Código ANBIMA:



XI. a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada; e

XII. reembolso de despesas incorridas pelo ADMINISTRADOR destinadas à constituição do FUNDO, mesmo que incorridas anteriormente a constituição do FUNDO, tais como, mas não se limitando, despesas cartorárias, laudos de avaliação, contratação de *due diligence*, assessoria jurídica, taxa de registro na CVM e em qualquer órgão regulador ou mercado de negociação que por ventura seja necessário, observado o prazo máximo de 06 (seis) meses a ser verificado entre a ocorrência da despesa e o início das atividades do FUNDO.

Parágrafo Único - Quaisquer despesas não previstas neste Regulamento como encargos do FUNDO correrão por conta do ADMINISTRADOR, salvo decisão contrária da Assembleia Geral de Cotistas.

CAPÍTULO XVI - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 44 - O patrimônio líquido do FUNDO é constituído pelo resultado da soma do disponível, do valor da carteira e dos valores a receber, subtraído das exigibilidades.

Artigo 45 - A avaliação do valor da carteira do FUNDO será feita utilizando-se para cada título ou valor mobiliário integrante da carteira os critérios estabelecidos abaixo:

I. ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado: serão mantidas ao custo de aquisição e os eventuais ganhos somente serão reconhecidos na ocorrência da efetiva realização dos ativos;

II. ações com cotações de mercado: serão avaliadas pela última cotação média, sendo que, na hipótese de ações com pouca liquidez, será facultada a avaliação pela média ponderada das últimas 15 (quinze) cotações médias diárias;

III. debêntures: serão avaliadas pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida *pro rata temporis*, de acordo com as respectivas escrituras de emissão;

IV. cotas de fundos de investimento: terão seu valor determinado pelo administrador daquele fundo, nos termos da regulamentação em vigor; e

V. demais ativos, bem como operações de derivativos, que vierem a compor a carteira não referidos nos incisos anteriores: serão precificados em conformidade com a regulamentação aplicável e/ou as melhores práticas.

Parágrafo 1º - O ADMINISTRADOR assume a responsabilidade perante a CVM e os cotistas pelos critérios, valores e premissas utilizados na avaliação econômica adotada pelo FUNDO e garante, ainda, que, uma vez adotado o referido critério de avaliação, este será regularmente utilizado ao longo dos exercícios contábeis subsequentes.

Parágrafo 2º - Somente serão provisionadas perdas consideradas permanentes nos ativos integrantes da carteira do FUNDO.

CAPÍTULO XVII - CONFLITO DE INTERESSE

Artigo 46 - O Comitê de Investimento do FUNDO deverá analisar as eventuais situações de Conflito de Interesses, conforme definido nos parágrafos abaixo, e aprovar, ou não, operações que envolvam tal conflito, ainda que potencial. O ADMINISTRADOR e o GESTOR deverão sempre agir de boa-fé, e na hipótese de potencial Conflito de Interesses, submeter sua resolução à aprovação do Comitê de Investimento.

Parágrafo 1º - O Cotista e/ou membro do Comitê de Investimento conflitado, ou seja, que se encontre em uma situação que o coloque, potencial ou efetivamente, em situação de Conflito de Interesses, de qualquer natureza, deverá informar a referida situação ao ADMINISTRADOR, o qual informará essa mesma situação aos demais membros do Comitê de Investimento, ao GESTOR e aos demais cotistas.

Parágrafo 2º - O GESTOR se compromete a levar ao conhecimento do ADMINISTRADOR e do Comitê de Investimento toda e qualquer operação e situação verificada que possam



GERAÇÃO
FUTURO

REGULAMENTO DO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 7

CNPJ/MF:

Classificação CVM: Fundo de Participações

Classificação ANBIMA: Fundo de Participações

Código ANBIMA:

4º RTD - RJ
CÓPIA EM CD-R

Marcelino Silva

Marcelino Silva - 93b90

ser caracterizadas como de potencial Conflito de Interesses.

CAPÍTULO XVIII - POLÍTICA DE COINVESTIMENTO

Artigo 47 - O ADMINISTRADOR não será cotista do FUNDO e não investirá em conjunto com o FUNDO nas Companhias Investidas, assim como os Cotistas não investirão diretamente nas Companhias Investidas, exceto se forem pessoas ligadas ao GESTOR, ficando desde já autorizado ao GESTOR e às pessoas ligadas à ele, a qualquer tempo, investir direta ou indiretamente nas Companhias Investidas ou no caso de compra e venda de ações listadas na Bolsa.

Artigo 48 - O GESTOR e/ou outros veículos de investimento geridos pelo GESTOR poderão, respeitadas as restrições legais, investir nas Companhias Investidas em condições equitativas e juntamente com o FUNDO, montante excedente ao investimento que o FUNDO deliberou realizar.

CAPÍTULO XIX - EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Artigo 49 - O exercício social terá a duração de 1 (um) ano e terminará no dia 28 de fevereiro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na regulamentação vigente.

Artigo 50 - O FUNDO terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do FUNDO serem segregadas das do ADMINISTRADOR e das do GESTOR.

Artigo 51 - As demonstrações financeiras do FUNDO, inclusive os critérios de provisionamento e baixa de investimentos, estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM, devendo observar a metodologia para determinação do valor de contabilização dos ativos do FUNDO prevista no Artigo 45 deste Regulamento.

Parágrafo Único - O FUNDO levantará balanços semestrais, em 30 de junho de cada

ano, e anuais, em 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO XX - INFORMAÇÕES AO COTISTA E À CVM

Artigo 52 - O ADMINISTRADOR remeterá aos cotistas e à CVM:

I. **trimestralmente**, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil, as seguintes informações:

- valor do patrimônio líquido do FUNDO; e
- número de cotas emitidas.

II. **semestralmente**, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do período, as seguintes informações:

- a composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos ou valores mobiliários que a integram;
- demonstrações contábeis do FUNDO acompanhadas da declaração a que se refere o artigo 14, inciso V, da Instrução CVM 391;
- os encargos debitados ao FUNDO, em conformidade com o disposto neste Regulamento, devendo ser especificado o seu valor; e
- a relação das instituições encarregadas da prestação de serviços de custódia dos títulos ou valores mobiliários componentes da carteira do FUNDO.

III. **anualmente**, no prazo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- as demonstrações contábeis do exercício, acompanhadas de parecer do auditor independente;
- o valor patrimonial da cota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- os encargos debitados ao FUNDO, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do FUNDO.

Parágrafo Único - As informações acima poderão ser remetidas por meio eletrônico pelo ADMINISTRADOR aos cotistas.



**GERAÇÃO
FUTURO**

REGULAMENTO DO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 7

CNPJ/MF:

Classificação CVM: Fundo de Participações

Classificação ANBIMA: Fundo de Participações

Código ANBIMA:

encerramento do FUNDO perante quaisquer autoridades.

CAPÍTULO XXII - FORO

Artigo 60 - Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para quaisquer ações ou processos judiciais relativos ao FUNDO ou a questões decorrentes deste Regulamento.

GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A.

AMILTON JOSÉ BARDELOTTI
DIRETOR

Patrick Perillier O' Reilly
Procurador



REGISTRO Nº 961879

RJ, 15/06/2014

Marcelino Silva-93680

www.4rtd-rio.com.br

Av. Rio Branco, 109/1702

Selo Eletrônico nº EAD86561 DHD
Consulte: <https://www3.tjrr.jus.br/sitepub/cc>

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4.º OFÍCIO

Averbado hoje na coluna de ANOTAÇÕES do

Registro N.º 961879 do Livro B-176

QUE CERTIFICO, RJ, 18 AGO 2014

ANEXO I - MODELO DE SUPLEMENTO

Suplemento referente à [*] Emissão e Oferta Restrita de Cotas do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 7**
CNPJ/MF:

Os termos e expressões utilizados neste Suplemento em letra maiúscula terão os mesmos significados definidos no Regulamento, do qual este Suplemento é parte integrante e inseparável, exceto se de outra forma estiverem aqui definidos.

CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

Montante Total da Emissão	R\$ [*]
Quantidade de Classes	Única Classe
Quantidade Total de Cotas	[*] ([*])
Preço de Emissão	R\$ [*] ([*])
Subscrição de Cotas	As Cotas da [*] Emissão deverão ser totalmente subscritas até a data de encerramento da oferta restrita. A oferta restrita das cotas da [*] emissão terá início em [*] e o prazo máximo de [*] ([*])
Integralização de Cotas	As Cotas da [*] emissão deverão ser integralizadas mediante chamadas de capital a serem realizadas pelo ADMINISTRADOR, com instrução do GESTOR, em estrita observância às orientações deliberadas pela Assembleia Geral, observados os procedimentos descritos no Regulamento.
Preço de Integralização das Cotas para cálculo do Preço de Integralização	[*]
Patrimônio Líquido Total do FUNDO se subscritas e integralizadas 100% das Cotas da [*] Emissão	R\$ [*] ([*])

ANEXO II – LISTA DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 7

Dentre os prestadores de serviços do Fundo tem-se:

ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO, DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS DE TERCEIROS	
ADMINISTRADOR	GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A CNPJ/MF nº 27.652.684/0001-62 Praça XV de Novembro, nº 20 -12º andar -1201 B Bairro Centro Rio de Janeiro – RJ
GESTOR	BRASIL PLURAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA. CNPJ/MF nº 11.397.672/0002-80 Praia de Botafogo, nº 228, salas 901, 902 (parte), 903, 904, 905, 906, 911, 913 e 914 Botafogo Rio de Janeiro – RJ
Distribuidor das cotas do FUNDO	BRASIL PLURAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. CNPJ nº 05.816.451/0001-15 Rua Surubim, nº 373 Térreo – cjs. 01 – parte e 02 – parte Brooklin Novo São Paulo – SP
Custodiante	GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A., acima qualificada. BANCO BRADESCO S.A. CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, Cidade de Osasco - SP
Auditor independente do FUNDO	ERNST & YOUNG TERCO AUDITORES INDEPENDENTES S.S. CNPJ/MF nº 61.366.936/0001-25 Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1930 5º e 6º andares, Torre I Bairro Itaim Bibi São Paulo – SP

OK

f



**GERAÇÃO
FUTURO**

REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 5
CNPJ/MF:
Classificação CVM: Fundo de Participações
Classificação ANBIMA: Fundo de Participações
Código ANBIMA:

encerramento do FUNDO perante quaisquer autoridades.

CAPÍTULO XXII - FORO

Artigo 60 - Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para quaisquer ações ou processos judiciais relativos ao FUNDO ou a questões decorrentes deste Regulamento.

GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A.

AMILTON JOSÉ BARDELOTTI
DIRETOR

Patrick Perillier O'Reilly
Procurador

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônica
EAFQ 44221 BDD
Consulte a Validade do Selo Em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

2º OFÍCIO

Registro de títulos e documentos
Averbado hoje na coluna de anotações
do registro n° 1055-003

Rio de Janeiro, 18 AGO. 2014

ANEXO I - MODELO DE SUPLEMENTO

Suplemento referente à [*] Emissão e Oferta Restrita de Cotas do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 5**
CNPJ/MF:

Os termos e expressões utilizados neste Suplemento em letra maiúscula terão os mesmos significados definidos no Regulamento, do qual este Suplemento é parte integrante, inseparável, exceto se de outra forma estiverem aqui definidos.

CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

Montante Total da Emissão	R\$ [*]
Quantidade de Classes	Única Classe
Quantidade Total de Cotas	[*] ([*])
Preço de Emissão	R\$ [*] ([*])
Subscrição de Cotas	As Cotas da [*] Emissão deverão ser totalmente subscritas até a data de encerramento da oferta restrita. A oferta restrita das cotas da [*] emissão terá início em [*] e o prazo máximo de [*] ([*]).
Integralização de Cotas	As Cotas da [*] emissão deverão ser integralizadas mediante chamadas de capital a serem realizadas pelo ADMINISTRADOR, com instrução do GESTOR, em estrita observância às orientações deliberadas pela Assembleia Geral, observados os procedimentos descritos no Regulamento.
Preço de Integralização das Cotas para cálculo do Preço de Integralização	[*]
Patrimônio Líquido Total do FUNDO se subscritas e integralizadas 100% das Cotas da [*] Emissão	R\$ [*] ([*])

ANEXO II – LISTA DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 5

Dentre os prestadores de serviços do Fundo tem-se:

ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO, DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS DE TERCEIROS	
ADMINISTRADOR	GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A CNPJ/MF nº 27.652.684/0001-62 Praça XV de Novembro, nº 20 -12º andar -1201 B Bairro Centro Rio de Janeiro – RJ
GESTOR	BRASIL PLURAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA. CNPJ/MF nº 11.397.672/0002-80 Praia de Botafogo, nº 228, salas 901, 902 (parte), 903, 904, 905, 906, 911, 913 e 914 Botafogo Rio de Janeiro – RJ
Distribuidor das cotas do FUNDO	BRASIL PLURAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. CNPJ nº 05.816.451/0001-15 Rua Surubim, nº 373 Térreo – cjs. 01 – parte e 02 – parte Brooklin Novo São Paulo – SP
Custodiante	GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A., acima qualificada. BANCO BRADESCO S.A. CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, Cidade de Osasco - SP
Auditor independente do FUNDO	ERNST & YOUNG TERCO AUDITORES INDEPENDENTES S.S. CNPJ/MF nº 61.366.936/0001-25 Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1930 5º e 6º andares, Torre I Bairro Itaim Bibi São Paulo – SP



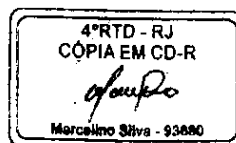
si

f

ANEXO II

Regulamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 7**

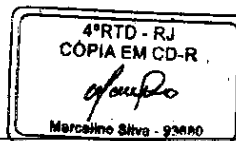
Pelo presente instrumento particular de alteração, a **GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A.**, instituição financeira devidamente autorizada e habilitada pela Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") a administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº 20, Grupo 1201 B, Centro, CEP 20010-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.652.684/0001-62, na qualidade de administradora ("**Administradora**") do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 7**, fundo de investimento em participações constituído nos termos da Instrução CVM 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada, e inscrito no CNPJ/MF sob o nº 21.085.424/0001-76, delibera e resolve:

- (a) alterar o nome do fundo para **TRIAR CINE LEBLON FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ("Fundo")**;
- (b) determinar que a prestação dos serviços de auditoria do Fundo será realizada pela **ERNST & YOUNG ADUITORES INDEPENDENTES**, com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre Itaim bibi, 5º e 6º andares, CEP 04543-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.366.936/0001-25;
- (c) determinar que a instituição intermediária líder responsável pela distribuição das cotas do Fundo será a **GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A.**, acima qualificada ("**Coordenador Líder**"), podendo esta convidar outras instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, caso entenda adequado, para distribuir as Cotas de emissão do Fundo;
- (d) aprovar o inteiro teor do regulamento do Fundo, cujo teor segue anexo ao presente instrumento ("**Regulamento**"); e
- (e) aprovar a realização de 2 (duas) emissões de cotas pelo Fundo, sendo a primeira, de 15.000.000 (quinze milhões) cotas, com valor unitário inicial de R\$ 1,00 (um real) cada uma, em série única ("**Primeira Emissão**"), totalizando R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), que será objeto de oferta pública, com esforços restritos de colocação, a ser realizada nos termos da Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM nº 391/03**"), e

1

PMKA 281069v_1 298/1
PMKA 281069v_1 298/1





Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM nº 476/09" e "Oferta Restrita", respectivamente) e a segunda emissão de 15.000.000,00 (quinze milhões) cotas, com valor unitário inicial de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) cada uma, em série única ("Segunda Emissão"), totalizando R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), as quais serão objeto de oferta pública a ser realizada nos termos da Instrução CVM nº 391/03 e da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM nº 400/03" e "Oferta 400", respectivamente). As principais características da Primeira Emissão e da Segunda Emissão encontram-se descritas nos Suplementos constantes dos anexos II e III ao Regulamento.

Fica autorizado o Sr. Oficial do 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a promover a devida averbação deste instrumento à margem do registro nº 961878.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 2016.

GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A.

LEONARDO CRUZ
DIRETOR

Marcelo Fabiano da Silva
Procurador

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

AVERBADO

A margem do registro nº 961878
Art. 126 da Lei de Registro Público nº 8.112/73

4º RTD-RJ



RTD - Rio de Janeiro nº 932147
Registro de Títulos e Documentos
REGISTRO Nº 983284
RJ, 22/01/2018
Marcelino Silva-93680
www.4rtido.com.br
Av. Rio Branco, 106/1702
Seto Eletônica nº EBK22573 A&C
Consultar: http://www3.tjrr.jus.br/registropublico





Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de
Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de
Investimento em Participações e Fundos de Investimento em
Empresas Emergentes.

**ANEXO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
TRIAR CINE LEBLON FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

4ºRTD-RJ - 983285
Emot:1190,75/Distrib:19,44/Lei:111/08,59,
M/A:13,54/PETJ:237,12/LEI:6281:47,42
Lei 4.864/05:59,27 / Tot.Emot.(R\$): 1625,
PARÂM Vies 4 / Nome(s):1 / Págs:55
Proc. Estr: N / Averb: S / Dila:



Regulamento

do

TRIAR CINE LEBLON FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Datado de

18 de janeiro de 2016



ÍNDICE

CAPÍTULO I - DO FUNDO	6
CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS DO FUNDO, DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA	6
<i>Período de Investimento</i>	7
<i>Investimento na Companhia Investida</i>	7
<i>Requisitos de Concentração e Investimento Conjunto</i>	10
<i>Derivativos</i>	10
CAPÍTULO III - DOS REQUISITOS APLICÁVEIS À COMPANHIA INVESTIDA	10
<i>Requisitos Aplicáveis à Companhia Investida:</i>	10
CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO	11
<i>Da Administração do Fundo</i>	11
<i>Obrigações da Administradora</i>	12
<i>Vedações da Administradora</i>	15
<i>Taxa de Administração</i>	16
<i>Taxa de Ingresso/Saída</i>	17
CAPÍTULO V - SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA	17
<i>Substituição da Administradora</i>	17
<i>Responsabilidade da Administradora</i>	19
CAPÍTULO VI - DO CUSTODIANTE E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇO	19
<i>Da Custódia, e Tesouraria das Cotas</i>	19
<i>Responsabilidade dos Prestadores de Serviço</i>	20
CAPÍTULO VIII - DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS	20
<i>Da Assembleia Geral de Cotistas</i>	20
<i>Da Convocação</i>	21
<i>Quorum de Instalação e Deliberação</i>	22
<i>Requisitos para Participação</i>	23
<i>Eficácia das Deliberações</i>	23
CAPÍTULO IX - DAS COTAS: EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO, COLOCAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO	23
<i>Das Cotas</i>	23
<i>Propriedade das Cotas</i>	24
<i>Novas Emissões</i>	24
<i>Deliberação das Novas Emissões</i>	24
<i>Do Compromisso de Investimento e do Boletim de Subscrição</i>	25
<i>Da Integralização das Cotas</i>	25
<i>Cancelamento de Cotas Não Subscritas</i>	28
<i>Distribuição de Ganhos e Rendimentos do Fundo e Amortização</i>	28
<i>Resgate das Cotas</i>	29
<i>Transferências das Cotas</i>	29
<i>Negociação das Cotas na CETIP</i>	31
CAPÍTULO X - DA AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO	31
<i>Exercício Social do Fundo</i>	31

4

PMKA 281069v_1 298/1

PMKA 281069v_1 298/1





Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de
Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de
Investimento em Participações e Fundos de Investimento em
Empresas Emergentes.

<i>Escrituração Contábil</i>	31
<i>Demonstrações Financeiras do Fundo</i>	32
<i>Valor Contábil das Cotas</i>	32
<i>Avaliação dos Ativos</i>	32
CAPÍTULO XI - DA FORMA DE LIQUIDAÇÃO DOS ATIVOS ALVO E DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO	32
<i>Forma de Liquidação</i>	32
<i>Da Liquidação do Fundo</i>	33
CAPÍTULO XII - DOS ENCARGOS DO FUNDO	34
<i>Dos Encargos do Fundo</i>	34
CAPÍTULO XIII - DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS	35
<i>Documentos do Fundo</i>	36
<i>Divulgação de Documentos e Informações do Fundo</i>	36
<i>Informações Disponibilizadas para a CVM</i>	37
<i>Conformidade das Informações Divulgadas ou Apresentadas</i>	38
CAPÍTULO XIV - DOS CONFLITOS DE INTERESSE	39
<i>Dos Conflitos de Interesse</i>	39
CAPÍTULO XV - TRIBUTAÇÃO	39
CAPÍTULO XVI - DISPOSIÇÕES FINAIS	42
<i>Do Termo de Adesão</i>	42
<i>Fatores de Risco do Fundo</i>	42
<i>Morte ou Incapacidade do Cotista</i>	47
<i>Forma de Correspondência</i>	47
<i>Resolução de Conflitos</i>	47
ANEXO I - DEFINIÇÕES	49
ANEXO II - SUPLEMENTO DA PRIMEIRA EMISSÃO	53
ANEXO III - SUPLEMENTO DA SEGUNDA EMISSÃO	55
ANEXO IV - METODOLOGIA DE PRECIFICAÇÃO	57





Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO FUTURO 7

CAPÍTULO I - DO FUNDO

Artigo 1º. O TRIAR CINE LEBLON FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES é um fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pelo presente Regulamento, pela Instrução CVM 391/03 e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com prazo de duração de 04 (quatro) anos da Data de Início, sendo admitida sua prorrogação, mediante deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, por 1 (um) ano.

Parágrafo 1º. O Fundo destina-se exclusivamente ao Público Alvo.

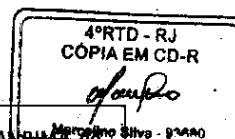
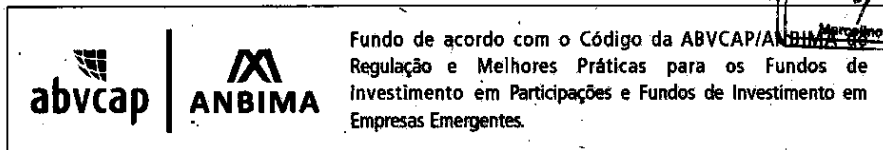
Parágrafo 2º. Para os fins do Código ABVCAP/ANBIMA, o Fundo é classificado como "Fundo Diversificado Tipo 3". Referida classificação só poderá ser alterada por deliberação de Cotistas titulares de mais da metade das Cotas emitidas reunidos em Assembleia Geral.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS DO FUNDO, DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 2º. O objetivo do Fundo é proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, observada a política de investimento definida neste Capítulo II, por meio de investimentos na aquisição direta de Ativos Alvo de emissão da Companhia Investida, de forma que o Fundo venha a participar do processo decisório da Companhia Investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

Parágrafo Único. Desde que respeitada a política de investimento prevista neste Capítulo II, o Fundo poderá aplicar seus recursos em Ativos Líquidos.





Período de Investimento

Artigo 3º. O Fundo deverá realizar os investimentos nos Ativos Alvo durante o Período de Investimento.

Parágrafo 1º. Uma vez encerrado o Período de Investimento, (i) nenhum novo investimento será realizado pelo Fundo; e (ii) não será exigida qualquer integralização adicional pelos Cotistas, ressalvado o disposto nos itens seguintes.

Parágrafo 2º. Após o término do Período de Investimentos, o Fundo poderá realizar investimentos adicionais na Companhia Investida e consequentemente exigir integralizações adicionais, tanto para a realização de tais investimentos adicionais quanto para o pagamento de compromissos de investimento específicos assumidos pelo Fundo antes ou no momento do término do Período de Investimentos e também para o pagamento de despesas ordinárias do Fundo em situações de iliquidez. De qualquer forma, as integralizações adicionais que eventualmente venham a ocorrer nos termos deste item serão realizadas até o limite do Capital Comprometido de cada Cotista.

Investimento na Companhia Investida

Artigo 4º. O Fundo alocará seus recursos visando à participação no processo decisório da Companhia Investida, que se dará por uma das seguintes maneiras:

- (i) detenção de ações de emissão da Companhia Investida que integrem seu bloco de controle;
- (ii) celebração de acordo de acionistas com outros acionistas da Companhia Investida;
- (iii) eleição de membro(s) do conselho de administração com representatividade suficiente para influir na administração da Companhia Investida, assegurando ao Fundo participação no





Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA
Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de
Investimento em Participações e Fundos de Investimento em
Empresas Emergentes.

4ºRTD - RJ
CÓPIA EM CD-R

[Assinatura]

10/05/2019 - 931440

processo decisório da mesma, ainda que por meio de direito de veto, em definições estratégicas e na gestão da Companhia Investida; ou

(iv) celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo participação, ainda que por meio de direito de veto, em definições estratégicas e na gestão da Companhia Investida.

Parágrafo 1º. O Fundo deve manter, no mínimo, 90% (noventa por cento) de seu patrimônio investido em Ativos Alvo emitidos pela Companhia Investida.

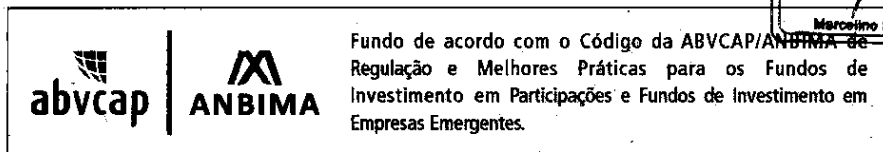
Parágrafo 2º. O limite estabelecido no Parágrafo 1º acima não é aplicável durante o prazo de aplicação dos recursos, estabelecido no Parágrafo 9º do Artigo 28º abaixo, de cada um dos eventos de integralização de Cotas previstos no Compromisso de Investimento.

Parágrafo 3º. A Administradora deverá comunicar imediatamente à CVM, após ultrapassado o prazo referido no Parágrafo 2º acima, a ocorrência de desenquadramento, com as devidas justificativas, informando ainda o reenquadramento da carteira, no momento em que ocorrer. Caso o desenquadramento ao limite estabelecido ultrapasse o prazo referido no Parágrafo 9º do Artigo 28º abaixo, a Administradora deve, em até 10 (dez) Dias Úteis contados do término do prazo para aplicação dos recursos, reenquadrar a carteira do Fundo, ou devolver os valores que ultrapassem o limite estabelecido aos Cotistas que tiverem integralizado a última chamada de capital, sem qualquer rendimento, na proporção por eles integralizada, nos termos da Instrução CVM 391/03.

Parágrafo 4º. Para o fim de verificação de enquadramento previsto no Parágrafo 1º acima, deverão ser somados aos Ativos Alvo emitidos pela Companhia Investida os valores:

(i) destinados ao pagamento de despesas do Fundo, desde que limitados a 5% (cinco por cento) do Capital Comprometido, em linha com o disposto no item Parágrafo 2º do Artigo 3º acima;





- (ii) decorrentes de operações de desinvestimento;
- (iii) no período entre a data do efetivo recebimento dos recursos e o último Dia Útil do 2º (segundo) mês subsequente a tal recebimento, nos casos em que ocorra o reinvestimento dos recursos em Ativos Alvo emitidos pela Companhia Investida;
- (iv) no período entre a data do efetivo recebimento dos recursos e o último Dia Útil do mês subsequente a tal recebimento, nos casos em que não ocorra o reinvestimento dos recursos em Ativos Alvo emitidos pela Companhia Investida; ou
- (v) enquanto vinculados a garantias dadas ao comprador do ativo desinvestido; e
- (vi) aplicados em títulos públicos com o objetivo de constituição de garantia a contratos de financiamento de projetos de infraestrutura junto a instituições financeiras oficiais.

Parágrafo 5º. Os recursos não investidos na forma do Parágrafo 1º acima deverão ser alocados em Ativos Líquidos.

Parágrafo 6º. Salvo aprovação da maioria dos Cotistas reunidos em Assembleia Geral, é vedada a aplicação de recursos do Fundo na Companhia Investida na qual:

- (i) participem a Administradora ou, ainda, os Cotistas titulares de cotas representantes de 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso anterior estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Ativos Alvo a serem





Fundo de acordo com o Código da ABVCAP, ANBIMA e
Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de
Investimento em Participações e Fundos de Investimento em
Empresas Emergentes.

4ºRTD - RJ
CÓPIA EM CD-R

[Assinatura]

ANBIMA - 01/2010

subscritos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou

(iii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) acima participem em conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos valores mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes do primeiro investimento por parte do Fundo.

Parágrafo 7º. Salvo aprovação da maioria dos Cotistas, é igualmente vedada a realização de operações pelo Fundo em que este figure como contraparte das pessoas mencionadas no inciso (i) do Parágrafo 6º acima, exceto fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados e/ou geridos pela Administradora, conforme autorizado por este Regulamento.

Requisitos de Concentração e Investimento Conjunto

Artigo 5º. O Fundo poderá investir até 100% (cem por cento) de seus recursos na aquisição de Ativos Alvo de emissão de uma única Companhia Investida.

Artigo 6º. A Administradora não poderá co-investir com o Fundo na Companhia Investida, admitindo-se somente a detenção pela Administradora de 1 (uma) ação do capital social da Companhia de Investida de forma a garantir a pluralidade de acionistas dessa companhia.

Derivativos

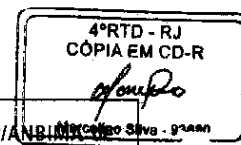
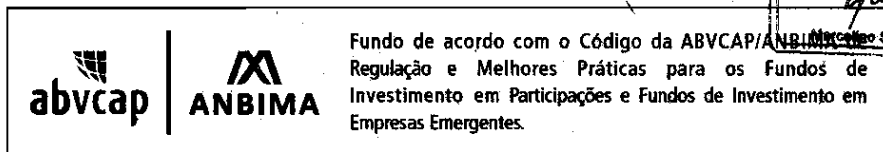
Artigo 7º. É vedado ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial.

CAPÍTULO III - DOS REQUISITOS APLICÁVEIS À COMPANHIA INVESTIDA

Requisitos Aplicáveis à Companhia Investida:



10



Artigo 8º. Somente Ativos Alvo da Companhia Investida poderão ser objeto de investimento pelo Fundo.

Parágrafo 1º. A Companhia Investida deverá observar as seguintes práticas de governança:

- (i) proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência de tais títulos em circulação;
- (ii) mandato unificado de 1 (um) ano para todo o conselho de administração;
- (iii) disponibilização ao Fundo de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opção de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia Investida;
- (iv) adesão a câmara de arbitragem para resolução dos conflitos societários;
- (v) auditoria anual de suas demonstrações contábeis, por auditores independentes registrados na CVM; e
- (vi) no caso de abertura de seu capital, obrigar-se formalmente, perante o Fundo, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nas alíneas anteriores.

Parágrafo 2º. A Administradora e o Custodiante não responderão por eventual desenquadramento do investimento do Fundo na Companhia Investida, caso esse desenquadramento ocorra após a realização do investimento pelo Fundo.

CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO

Da Administração do Fundo





Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA
Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de
Investimento em Participações e Fundos de Investimento em
Empresas Emergentes.

4ºRTD - RJ
CÓPIA EM CD-R

Marcelo Silva - 998881

Artigo 9º. As atividades de administração, distribuição e controladoria das Cotas do Fundo serão exercidas pela Administradora. A distribuição de Cotas do Fundo poderá ser realizada por outras entidades integrantes do sistema de distribuição, contratadas pela Administradora, em nome do Fundo.

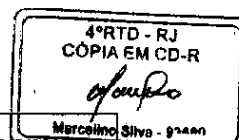
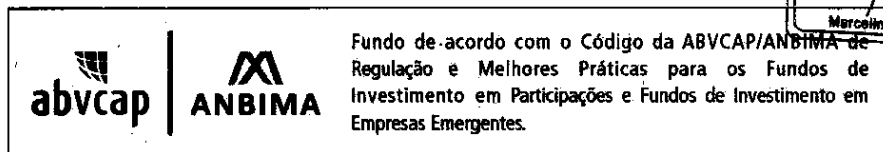
Obrigações da Administradora

Artigo 10º. Incluem-se entre as obrigações da Administradora no tocante à administração do Fundo:

(i) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 5 (cinco) anos após o encerramento do Fundo:

- (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
- (ii) o registro dos Cotistas e de transferência de Cotas;
- (iii) o livro de atas de Assembleias Gerais de Cotistas;
- (iv) o livro de presença de Cotistas;
- (v) o arquivo dos pareceres dos auditores independentes;
- (vi) os registros e demonstrações contábeis referentes às operações realizadas pelo Fundo e seu patrimônio; e
- (vii) a documentação relativa às operações do Fundo;





- (ii) receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao Fundo;
- (iii) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;
- (iv) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na Instrução CVM 391/03;
- (v) elaborar junto com as demonstrações contábeis semestrais e anuais, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições da Instrução CVM 391/03 e deste Regulamento;
- (vi) se houver, fornecer aos Cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Cotas emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimento elaborados pela Administradora e que fundamentem as decisões por ela tomadas, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- (vii) se houver, fornecer aos Cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Cotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises elaborados pela Administradora, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- (viii) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso (i) acima até o término do mesmo;
- (ix) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do Fundo;





Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

- (x) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Administradora do Fundo;
- (xi) manter os títulos e valores mobiliários fungíveis integrantes da carteira do Fundo custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;
- (xii) elaborar e divulgar as informações previstas no Capítulo VIII da Instrução CVM 391/03, referentes às demonstrações contábeis e demais informações do Fundo;
- (xiii) cumprir as deliberações tomadas em Assembleia Geral de Cotistas;
- (xiv) representar o Fundo em juízo e fora dele e praticar todos os atos necessários à administração da carteira do Fundo, observadas as limitações legais e regulamentares em vigor, bem como o disposto neste Regulamento;
- (xv) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento;
- (xvi) comunicar à CVM, no prazo de até 8 (oito) dias corridos contados da respectiva deliberação em Assembleia Geral de Cotistas, os seguintes atos relativos ao Fundo:
 - (i) alteração do Regulamento;
 - (ii) substituição da Administradora e/ou do Custodiante;
 - (iii) fusão;
 - (iv) incorporação;
 - (v) cisão;





Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

- (vi) liquidação; e
- (vii) distribuição de novas cotas.
- (xvii) realizar, conforme orientações da Administradora, chamadas para integralização de Cotas nos termos deste Regulamento e de cada Compromisso de Investimento, inclusive para a realização de investimentos pelo Fundo;
- (xviii) empregar, na defesa dos direitos dos cotistas e do Fundo, a diligência exigida pelas circunstâncias, praticando todo e qualquer ato necessário para assegurá-los, tomando inclusive as medidas judiciais cabíveis;
- (xix) rescindir ou renegociar os termos do Compromisso de Investimento somente quando assim aprovado pela Assembleia Geral de Cotistas e nos termos por ela deliberados;
- (xx) informar imediatamente aos Cotistas qualquer situação de conflito de interesse, ainda que apenas potencial, envolvendo a Administradora; e
- (xxi) notificar o Cotista inadimplente a respeito da suspensão de seus direitos políticos e econômicos, nos termos desse Regulamento.

Parágrafo 1º. Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos (xii) e (xiii) do Artigo 10º acima, a Administradora poderá submeter a questão à prévia apreciação da Assembleia Geral de Cotistas, tendo em conta os interesses do Fundo e dos demais cotistas, bem como eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às empresas nas quais o Fundo tenha investido, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os Cotistas que requereram a informação. Nestes casos, todos os Cotistas terão acesso às informações previstas nos incisos (xii) e (xiii) do Artigo 10º acima.

Vedações da Administradora





Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de
Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de
Investimento em Participações e Fundos de Investimento em
Empresas Emergentes.

Artigo 11º. É vedado à Administradora, direta ou indiretamente, em nome do Fundo:

- (i) receber depósitos em conta corrente;
- (ii) contrair ou efetuar empréstimos, salvo nas modalidades permitidas pela CVM;
- (iii) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- (iv) negociar com duplicatas, notas promissórias (excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM nº 134, de 01 de novembro de 1990), ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- (v) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- (vi) aplicar recursos:
 - (a) no exterior;
 - (b) na aquisição de imóveis; e
 - (c) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

Taxa de Administração

Artigo 12º. A Administradora receberá, pelos serviços de administração do Fundo, uma remuneração equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) sobre o patrimônio líquido do Fundo, com valor mínimo mensal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).





Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

- (i) durante o decurso do Período de Investimento, sobre o Capital Comprometido, atualizado de acordo com as novas formalizações do Compromisso de Investimento e dos Boletins de Subscrição; ou
- (ii) - após o encerramento do Período de Investimento, sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo.

Parágrafo 1º. A Taxa de Administração devida à Administradora será calculada e provisionada diariamente, por Dia Útil, considerado o ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, e será paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês.

Parágrafo 2º. A Administradora pode estabelecer, nos termos de cada contrato firmado com cada prestador de serviço, que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Taxa de Ingresso/Saída

Artigo 13º. O Fundo não possui taxa de ingresso e/ou taxa de saída.

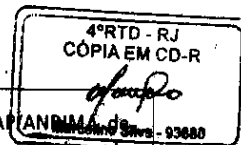
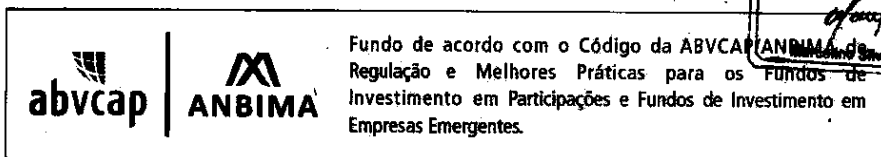
CAPÍTULO V - SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA

Substituição da Administradora

Artigo 14º. A Administradora deixará de prestar os serviços ao Fundo de que tratam esse Regulamento nas seguintes hipóteses:

- (i) renúncia, mediante aviso prévio de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, endereçado a cada Cotista e à CVM;





- (ii) descredenciamento pela CVM por descumprimento das normas vigentes; e
- (iii) destituição deliberada pela Assembleia Geral, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo 1º. Nas hipóteses de renúncia ou descredenciamento pela CVM ou destituição deliberada pela Assembleia Geral de Cotistas, ficará a Administradora obrigada a convocar, imediatamente, a Assembleia Geral de Cotistas para eleger seu substituto, a se realizar no prazo de até 10 (dez) dias corridos, sendo também facultado aos Cotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das Cotas subscritas e integralizadas, em qualquer caso, ou à CVM, nos casos de descredenciamento, a convocação da Assembleia Geral de Cotistas para tal fim.

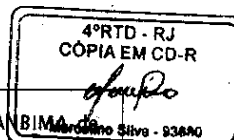
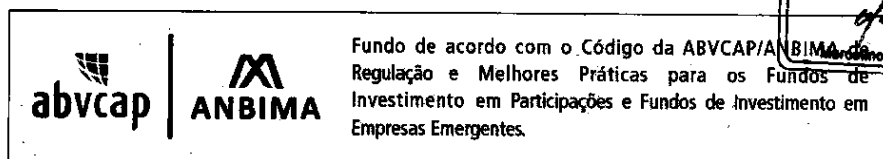
Parágrafo 2º. No caso de renúncia, a Administradora deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, sem prejuízo do disposto no Parágrafo 3º abaixo.

Parágrafo 3º. Caso (i) a Assembleia Geral de Cotistas não chegue a uma decisão sobre a escolha do novo administrador, na data de sua realização, ou (ii) o novo administrador, não seja efetivamente empossado no cargo no prazo de até 90 (noventa) dias corridos após a deliberação de Assembleia Geral de Cotistas que o eleger, a Administradora poderá liquidar o Fundo independentemente de deliberação da Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo 4º. No caso de descredenciamento da Administradora pela CVM, esta poderá, a seu exclusivo critério e de acordo com os seus normativos internos e demais normas que regulam a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, indicar administrador temporário até a eleição de novo administrador para o Fundo.

Parágrafo 5º. Independente da forma de substituição estabelecida acima fica assegurado à Administradora, até a data da sua efetiva substituição, a parcela que lhe couber da Taxa de Administração, de forma *pro rata temporis*, nos termos deste Regulamento.





Parágrafo 6º. Em qualquer das hipóteses de substituição, a Administradora deverá enviar ao novo administrador todos os documentos ou cópias, relativos às atividades prestadas para o Fundo.

Responsabilidade da Administradora

Artigo 15º. A Administradora responderá pelos prejuízos causados aos cotistas quando procederem com culpa ou dolo, com violação da lei, das normas editadas pela CVM e deste Regulamento.

CAPÍTULO VI - DO CUSTODIANTE E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇO

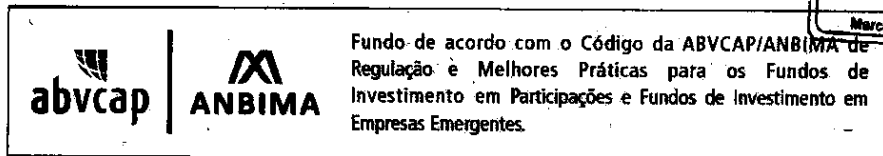
Da Custódia, e Tesouraria das Cotas

Artigo 16º. As atividades de custódia e escrituração do Fundo serão exercidas pelo Custodiante.

Parágrafo 1º. O Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- (i) a abertura e movimentação de contas bancárias em nome do Fundo;
- (ii) o recebimento de recursos a título de integralização de Cotas e o pagamento de valores aos Cotistas a título de amortização ou resgate das Cotas, nas hipóteses previstas neste Regulamento;
- (iii) o recebimento de dividendos e quaisquer outros rendimentos oriundos da Carteira de Investimentos e demais aplicações do Fundo; e
- (iv) a liquidação financeira de todas as operações do Fundo.





Responsabilidade dos Prestadores de Serviço

Artigo 17º. Quaisquer terceiros contratados pelo Fundo responderão pelos prejuízos causados aos Cotistas quando procederem com culpa ou dolo, com violação da lei, das normas editadas pela CVM e deste Regulamento.

CAPÍTULO VIII - DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

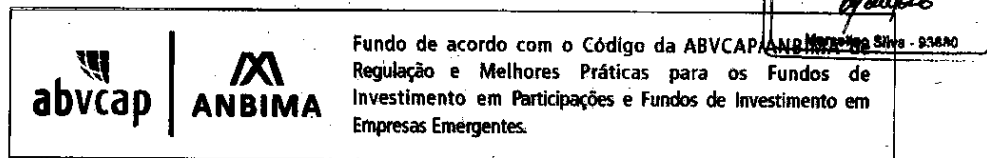
Da Assembleia Geral de Cotistas

Artigo 18º. A Assembleia Geral de Cotistas realizar-se-á, ordinariamente, em até 150 (cento e cinquenta) dias contados do encerramento do exercício social do Fundo, para deliberar sobre a matéria prevista no inciso (i) do Parágrafo 1º abaixo, e, extraordinariamente, sempre que convocada na forma prevista neste Capítulo.

Parágrafo 1º. Será de competência privativa da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo:

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pela Administradora;
- (ii) deliberar sobre a emissão e distribuição de novas Cotas;
- (iii) deliberar, quando for o caso, sobre o atendimento a solicitações de informações de Cotistas, observado o disposto nos incisos (xii) e (xiii) do Artigo 10º acima;
- (iv) alterar o Regulamento do Fundo;
- (v) deliberar sobre a destituição e/ou a substituição da Administradora e/ou do Custodiante e escolha de seus respectivos substitutos;





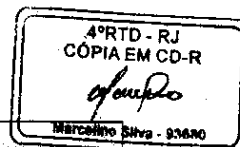
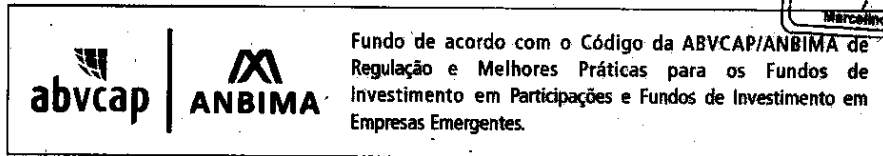
- (vi) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo;
- (vii) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (viii) deliberar sobre a alteração da Taxa de Administração;
- (ix) deliberar sobre a alteração do quorum de instalação e deliberação da Assembleia Geral de Cotistas;
- (x) dirimir questões relativas a conflitos de interesse relacionados aos investimentos do Fundo, hipóteses em que o(s) Cotista(s) que possa(m) estar envolvido(s) no potencial conflito deve(m) se abster de votar;
- (xi) alterar a classificação do Fundo nos termos do Código ABVCAP/ANBIMA; e
- (xii) alterar os termos e condições do Compromisso de Investimento.

Parágrafo 2º. O Regulamento do Fundo poderá ser alterado, independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a necessária comunicação aos Cotistas.

Da Convocação

Artigo 19º. A convocação da Assembleia Geral de Cotistas far-se-á mediante correspondência escrita encaminhada a cada Cotista, mediante carta ou correio eletrônico (e-mail), e, conforme o caso, publicação em jornal de grande circulação, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada tal Assembleia Geral de Cotistas e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.





Parágrafo 1º. A convocação da Assembleia Geral de Cotistas deve ser feita com pelo menos 15 (quinze) dias corridos de antecedência, contado o prazo da data de comprovação de recebimento da convocação pelos Cotistas.

Parágrafo 2º. A Assembleia Geral de Cotistas poderá ser convocada pela Administradora ou por Cotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de Cotas emitidas pelo Fundo.

Parágrafo 3º. Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral de Cotistas realizar-se-á em periodicidade mínima anual nos termos do Artigo 18º acima e no local onde a Administradora tiver a sede; quando houver necessidade de realizar-se em outro lugar, os anúncios, cartas ou correios eletrônicos (e-mail) endereçados aos Cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião.

Parágrafo 4º. Independentemente das formalidades previstas no Artigo 19º acima, será considerada regular a Assembleia Geral de Cotistas a que comparecerem todos os Cotistas.

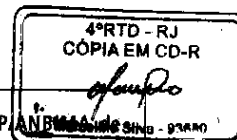
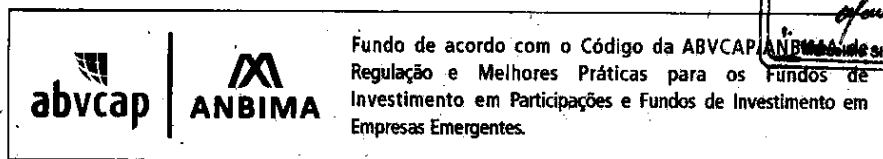
Quorum de Instalação e Deliberação

Artigo 20º. A Assembleia Geral de Cotistas será instalada com a presença de qualquer número de Cotistas, sendo que as deliberações poderão ser realizadas mediante processo de consulta formal, a ser realizado pela Administradora junto a cada Cotista do Fundo, correspondendo cada cota ao direito de um voto na Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo 1º. Não obstante, os Cotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica (via e-mail) encaminhada à Administradora, desde que esta receba o voto do Cotista com pelo menos 1 (um) Dia Útil de antecedência em relação à data prevista para a realização da Assembleia Geral a que se refira o voto proferido na forma prevista neste item.

Parágrafo 2º. As deliberações da Assembleia Geral de Cotistas dependerão de aprovação por votos que representem a maioria dos Cotistas presentes, ressalvadas aquelas referidas nas alíneas





(a) (vi), (viii) e (xi) do Parágrafo 1º acima, que somente poderão ser adotadas por votos que representem, pelo menos, a maioria simples das Cotas emitidas; (b) (iv), (vi) e (ix) do Parágrafo 1º acima, que somente poderão ser adotadas por votos que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas emitidas; e (iii) (ii) do Parágrafo 1º acima, que somente poderão ser adotadas por votos que representem, pelo menos, 85% (oitenta e cinco por cento) das Cotas emitidas.

Requisitos para Participação

Artigo 21º. Somente podem votar na Assembleia Geral os Cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano, desde que, até 3 (três) dias corridos antes da data fixada para a realização da Assembleia Geral, o Cotista esteja devidamente inscrito no livro de "Registro dos Cotistas" ou na conta de depósito, conforma aplicável.

Eficácia das Deliberações

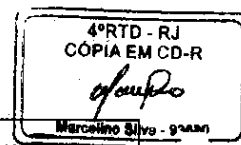
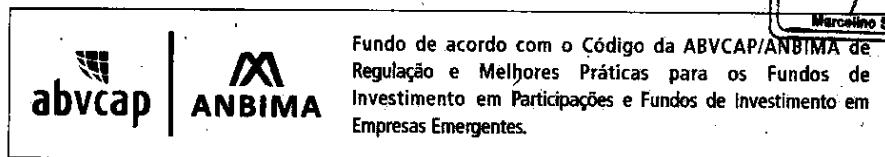
Artigo 22º. Qualquer deliberação tomada na referida Assembleia Geral de Cotistas somente produzirá efeitos a partir da data de protocolo na CVM da cópia da Ata da Assembleia Geral de Cotistas, contendo o inteiro teor das deliberações, bem como do Regulamento devidamente alterado e consolidado.

CAPÍTULO IX - DAS COTAS: EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO, COLOCAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO

Das Cotas

Artigo 23º. O patrimônio do Fundo será dividido em Cotas de classe única, que correspondem a frações ideais desse patrimônio, todas nominativas e mantidas em contas de





depósitos em nome de seus titulares, conferindo a seus titulares os direitos descritos neste Regulamento.

Parágrafo 1º. As características da Primeira Emissão e da Segunda Emissão de Cotas do Fundo encontram-se descritas no Suplemento constante do Anexo I deste Regulamento.

Propriedade das Cotas

Artigo 24º. As Cotas serão mantidas em conta de depósito em nome dos Cotistas, sendo que o extrato da conta de depósito, representado por número inteiro ou fracionário de Cotas, comprovará a propriedade e a quantidade de Cotas detidas pelos Cotistas, conforme registros do Fundo.

Novas Emissões

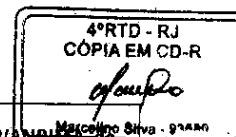
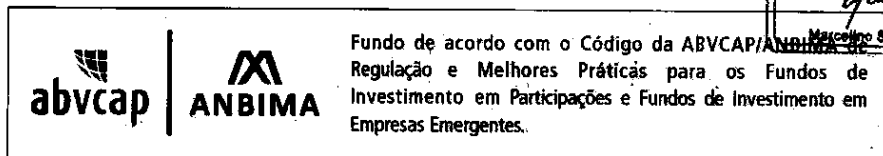
Artigo 25º. O Fundo poderá emitir novas Cotas mediante deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, inclusive em situações que possam requerer (i) a realização de novos investimentos do Fundo na Companhia Investida de forma a manter seu valor econômico; (ii) a cobertura de eventuais contingências do Fundo; ou (iii) a recomposição do caixa do Fundo em montante suficiente para pagamento das despesas do Fundo.

Deliberação das Novas Emissões

Artigo 26º. A Assembleia Geral de Cotistas que deliberar sobre novas emissões de Cotas definirá as respectivas condições para subscrição e integralização de tais Cotas, observado o disposto na legislação aplicável.

Parágrafo 1º. As novas Cotas terão direitos, despesas e prazos iguais aos conferidos às demais Cotas.





Do Compromisso de Investimento e do Boletim de Subscrição

Artigo 27º. Ao aderir ao Fundo o investidor celebrará com a Administradora e com a presença de 2 (duas) testemunhas um Compromisso de Investimento, que definirá as regras para chamadas de capital, às quais o Cotista estará obrigado, sob as penas expressamente previstas no referido instrumento.

Parágrafo 1º. No ato de subscrição das Cotas, o Cotista deverá assinar o respectivo Boletim de Subscrição, do qual constarão, entre outras informações:

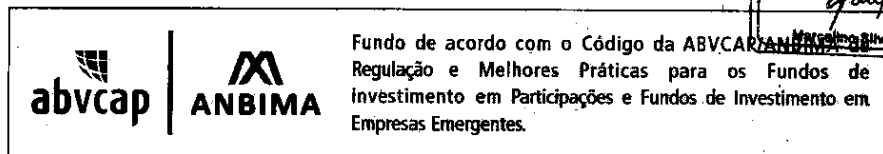
- (i) nome e qualificação do subscritor;
- (ii) número de Cotas subscritas;
- (iii) preço de subscrição; e
- (iv) condições para integralização de Cotas.

Da Integralização das Cotas

Artigo 28º. As Cotas deverão ser integralizadas na medida em que ocorrerem chamadas para integralização por parte da Administradora, nos termos deste Regulamento, do respectivo suplemento de cada emissão de Cotas, do respectivo Compromisso de Investimento e dos respectivos Boletins de Subscrição.

Parágrafo 1º. As chamadas para integralização de Cotas serão realizadas pela Administradora mediante envio de notificação, por carta ou correio eletrônico, aos Cotistas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos para a data de integralização. Tais chamadas poderão ser feitas durante o Período de Investimento (observadas as exceções descritas nesse Regulamento).





Parágrafo 2º. A integralização deverá ser feita em moeda corrente nacional, mediante Transferência eletrônica disponível (TED) à conta corrente do Fundo, ou através do sistema eletrônico da CETIP, no SF, conforme previsto em cada Boletim de Subscrição e em cada Compromisso de Investimento.

Parágrafo 3º. O comprovante de TED, desde que devidamente compensado no prazo informado neste Regulamento e no Compromisso de Investimento, será prova de quitação e recibo de pagamento.

Parágrafo 4º. O Cotista que não realizar o pagamento nas condições previstas neste Regulamento, no Boletim de Subscrição e no respectivo Compromisso de Investimento:

- (i) ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) de seu débito, que deverá ser atualizado de acordo com a variação pro rata die do IGPM, e de juros de mora de 2% (dois por cento) ao mês, a partir do segundo mês de atraso, sobre o débito corrigido, cujo montante será revertido em favor do Fundo;
- (ii) será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo; e
- (iii) terá seus direitos políticos (inclusive voto em Assembleias Gerais) suspensos até que as suas obrigações tenham sido cumpridas ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo 5º. Caso o Cotista inadimplente deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos ao Fundo, os pagamentos e amortizações a que fizer jus serão utilizados para compensação dos débitos existentes com o Fundo até o limite de seus débitos.

Parágrafo 6º. Caso o Cotista inadimplente realize o pagamento do valor inadimplido, bem como das penalidades acima previstas, a emissão das Cotas será realizada pelo mesmo valor de integralização das Cotas integralizadas pelos Cotistas adimplentes.





Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA
Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de
Investimento em Participações e Fundos de Investimento em
Empresas Emergentes.

4º RTD - RJ
CÓPIA EM CD-R

[Assinatura]

ABVCAP - ANBIMA - 9/14/01

Parágrafo 7º. A Administradora notificará o Cotista inadimplente informando-o a respeito da suspensão de seus direitos de Cotista, os quais permanecerão suspensos até que ele quite todas as obrigações pendentes ou que o Fundo tenha utilizado recursos de pagamentos e amortizações para compensar os débitos existentes.

Parágrafo 8º. Poderá a Administradora: (i) promover contra o Cotista inadimplente a cobrança extrajudicial das importâncias devidas ou adotar procedimentos judiciais com tal finalidade, constituindo o Boletim de Subscrição e o respectivo Compromisso de Investimento títulos executivos extrajudiciais nos termos do Código de Processo Civil, sempre às custas do Fundo; e (ii) realizar chamada de capital adicional para os demais Cotistas, para integralização em até 3 (três) dias corridos, com o objetivo de viabilizar ao Fundo os recursos que deveriam ser aportados pelo Cotista Inadimplente.

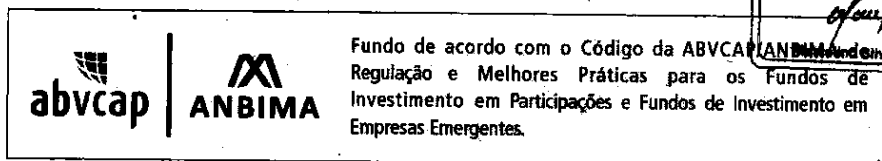
Parágrafo 9º. Os recursos aportados no Fundo deverão ser utilizados para investimentos na Companhia Investida até o último Dia Útil do 2º mês subsequente à data final de cada integralização de Cotas no Fundo.

Parágrafo 10º. Até que os investimentos do Fundo na Companhia Investida sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo deverão ser aplicados em Ativos Líquidos.

Parágrafo 11º. Caso os investimentos do Fundo na Companhia Investida não sejam realizados dentro do prazo previsto no Parágrafo 9º acima, a Administradora decidirá sobre a restituição aos Cotistas dos valores já integralizados, mas não aplicados na Companhia Investida, valores estes corrigidos pelos rendimentos resultantes das aplicações em Ativos Líquidos, se houver, ressalvada no entanto a possibilidade de a CVM outorgar, mediante solicitação da Administradora, dispensa específica para a não observância do prazo acima.

Parágrafo 12º. Os valores restituídos aos Cotistas, na forma do item anterior, não serão contabilizados como capital integralizado e deverão recompor o Capital Comprometido do





respectivo Cotista, se houver, hipótese em que tais valores poderão ser solicitados novamente pela Administradora para investimento na Companhia Investida.

Cancelamento de Cotas Não Subscritas

Artigo 29º. Caso a totalidade das Cotas da série emitidas, nos termos deste Regulamento, não seja subscrita até o final do respectivo período de distribuição, a Administradora poderá cancelar o saldo de Cotas não subscritas sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Cotistas.

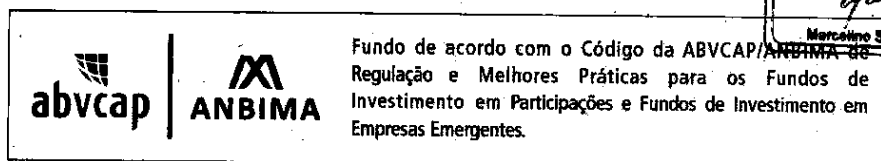
Distribuição de Ganhos e Rendimentos do Fundo e Amortização

Artigo 30º. Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido, com exceção daqueles que venham a ser distribuídos aos Cotistas do Fundo sob a forma de dividendos, nos termos do Parágrafo 1º abaixo.

Parágrafo 1º. A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Cotistas será feita de acordo com as seguintes regras:

- (i) a Administradora transferirá sempre os pagamentos exclusivamente de dividendos advindos dos ativos que integrem a Carteira de Investimentos do Fundo aos Cotistas, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento dos mesmos pelo Fundo, proporcionalmente à participação dos Cotistas no Fundo (levando-se em conta apenas as Cotas já integralizadas);
- (ii) se um desinvestimento ocorrer durante o Período de Investimento, a Administradora poderá amortizar as Cotas no valor total dos recursos obtidos ou reter parte ou a totalidade dos recursos para seu reinvestimento, conforme deliberação na forma deste Regulamento, ressalvados os rendimentos relativos a dividendos, que serão sempre pagos diretamente;





(iii) na hipótese de desinvestimento, total ou parcial, que ocorra durante o Período de Desinvestimento, os recursos obtidos, deduzidos os encargos e despesas do Fundo, serão obrigatoriamente destinados à amortização de Cotas, ressalvados os rendimentos relativos a dividendos, que serão sempre pagos diretamente;

(iv) a Administradora poderá reter uma parcela dos recursos oriundos da liquidação dos Ativos Alvo e dos Ativos Líquidos integrantes da carteira do Fundo correspondente a até 10% (dez por cento) do valor do capital subscrito, para fazer frente aos encargos do Fundo;

(v) as amortizações serão realizadas, mediante orientação formal da Administradora, proporcionalmente no que diz respeito ao valor principal investido e os respectivos rendimentos; e

(vi) as amortizações poderão ser realizadas, a critério da Administradora, em moeda corrente nacional ou através da transferência aos Cotistas da titularidade de Ativos Alvo, a valor de mercado, desde que todos os Cotistas recebam em ativos e em moeda corrente nacional de forma equânime e na devida proporção de participação no Fundo.

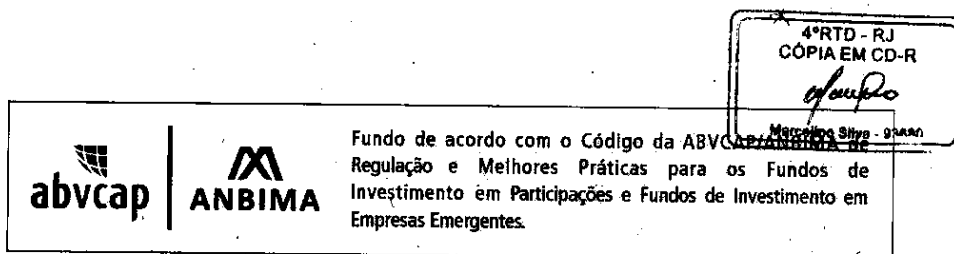
Resgate das Cotas

Artigo 31º. Não haverá resgate de Cotas, a não ser pela liquidação do Fundo.

Transferências das Cotas

Artigo 32º. As Cotas emitidas pelo Fundo poderão ser transferidas privadamente, nos termos da legislação e regulamentação vigentes, mediante termo de cessão e transferência assinado pelo cedente e pelo cessionário, com firma reconhecida, e registrado em cartório de títulos e documentos, observado disposto abaixo, sendo que as Cotas do Fundo somente poderão ser transferidas se estiverem integralizadas ou, caso não estejam, se o cessionário assumir, por escrito, todas as obrigações do cedente perante o Fundo. O termo de cessão, devidamente





registrado, deverá ser encaminhado pelo cessionário à Administradora. A Administradora atestará o recebimento do termo de cessão, e então será procedida a alteração da titularidade das cotas nos respectivos registros do Fundo, tendo a citada alteração, como data base, a data de emissão do recibo do termo de cessão pela Administradora.

Parágrafo 1º. Previamente à realização de qualquer cessão de Cotas do Fundo, o Cotista que pretender ceder suas Cotas deverá enviar para a Administradora cópia dos seguintes documentos e informações do potencial cessionário:

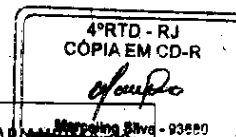
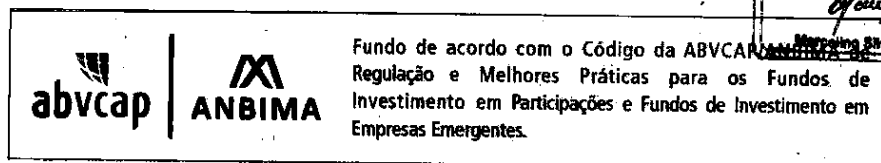
- (i) cédula de identidade;
- (ii) CPF;
- (iii) declaração firmada pelo Potencial Cessionário de sua condição de investidor qualificado, conforme definido na legislação vigente; e
- (iv) declaração firmada pelo Potencial Cessionário de ciência e anuência ao procedimento previsto nesta Cláusula, com autorização expressa de disponibilização de seus dados à Administradora.

Parágrafo 2º. A Administradora poderá vedar a transferência de Cotas de qualquer Cotista prevista nos termos do Parágrafo 1º acima caso não sejam cumpridas as formalidades previstas em lei.

Parágrafo 3º. O novo cotista deverá aderir aos termos e condições deste Regulamento, por meio da assinatura e entrega à Administradora do termo de adesão ao Fundo.

Parágrafo 4º. Todo e qualquer Cotista ao ingressar no Fundo atestará o conhecimento e concordância com esta Cláusula, declarando ainda ter ciência de que esta Cláusula é soberana em





relação a todas as demais e que levou em conta esta questão ao tomar a decisão de investir no Fundo.

Parágrafo 5º. Em qualquer hipótese de cessão de Cotas do Fundo, essas somente poderão ser transferidas a cotistas ou a terceiros desde que a transferência seja previamente aprovada pela Administradora, com base nas restrições legais e regulamentares, assim como em processo próprio de verificação da adequação de perfil de risco e investimento e de *know your client* (conheça seu cliente) dos potenciais novos cotistas.

Negociação das Cotas na CETIP

Artigo 33º. As Cotas serão registradas para negociação no mercado secundário na CETIP, no SF - Módulo de Fundos, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de Cotas somente seja feita por Investidores Qualificados.

Parágrafo 1º. Adicionalmente, os Cessionários ficam igualmente obrigados a cumprir o disposto no Artigo 32º acima ainda que a transferência venha a ser efetivada na CETIP.

Parágrafo 2º. Todos os Cotistas devem manter sua documentação atualizada junto à Administradora.

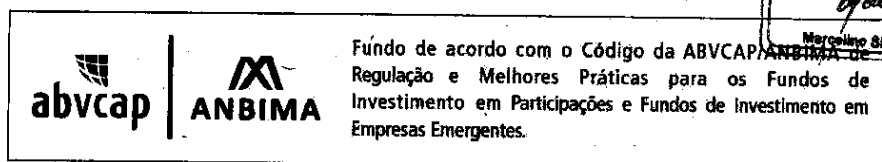
CAPÍTULO X - DA AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

Exercício Social do Fundo

Artigo 34º. O exercício social do Fundo tem duração de 12 (doze) meses, com início em no primeiro dia do mês março e término no último dia do mês de fevereiro.

Escrituração Contábil





Artigo 35º. O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada das escriturações relativas à Administradora e ao Custodiante.

Demonstrações Financeiras do Fundo

Artigo 36º. As demonstrações financeiras do Fundo deverão ser elaboradas de acordo com as normas de escrituração expedidas pela CVM e pelo COSIF, devendo ser auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM.

Valor Contábil das Cotas

Artigo 37º. As Cotas têm o seu valor determinado com base na divisão do valor do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de quotas integralizadas ao final de cada dia, observadas as normas contábeis aplicáveis ao Fundo e as disposições do presente Regulamento. Assim, o Fundo terá suas quotas calculadas diariamente, no fechamento do dia.

Avaliação dos Ativos

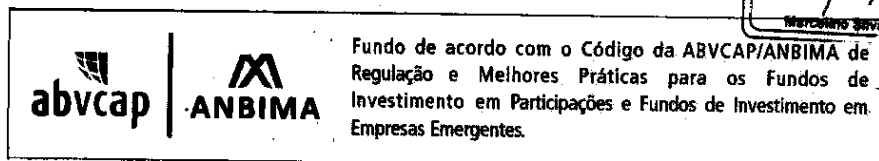
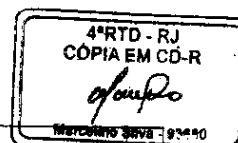
Artigo 38º. No cálculo do valor da Carteira de Investimentos, os Ativos Alvo e os Ativos Líquidos serão avaliados pela Administradora.

CAPÍTULO XI - DA FORMA DE LIQUIDAÇÃO DOS ATIVOS ALVO E DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Forma de Liquidação

Artigo 39º. A liquidação dos Ativos Alvo do Fundo será feita, a critério da Administradora pela venda dos ativos da Carteira de Investimentos em mercados regulamentados de valores mobiliários, regulados pela Instrução CVM nº 461, de 23 de outubro de 2007, ou em negociações privadas, observado o disposto na legislação aplicável, podendo nesse último caso serem





alienados para outro fundo de investimento que venha a ser administrado pela própria Administradora.

Da Liquidação do Fundo

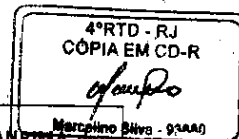
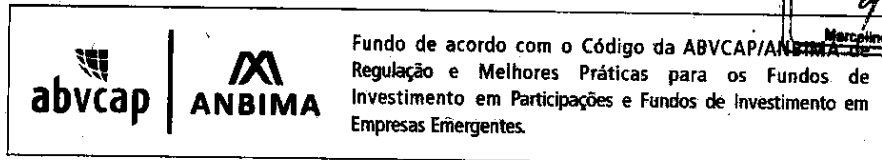
Artigo 40º. O Fundo entrará em liquidação ao final do seu prazo de duração, observado o disposto no Parágrafo 1º abaixo, após a alienação de todos os Ativos Alvo da sua Carteira de Investimentos durante o Período de Desinvestimentos, a critério da Administradora ou por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, nos termos deste Regulamento. Com a liquidação do Fundo, a totalidade dos bens e direitos restantes do seu patrimônio será atribuída aos seus Cotistas, na proporção de cada Cotista no patrimônio líquido do Fundo, deduzidas as despesas necessárias à liquidação do Fundo.

Parágrafo 1º. Será admitido, ainda, desde que obedecidos os critérios estabelecidos pela Administradora, o pagamento da liquidação do Fundo com ativos. A entrega dos ativos para todos os Cotistas deverá ocorrer fora do âmbito da CETIP e de forma proporcional aos ativos detidos na carteira do Fundo, vedada a escolha, por parte do Cotista, dos ativos que serão entregues pelo Fundo.

Parágrafo 2º. A liquidação do Fundo e a divisão de seu patrimônio entre os Cotistas deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados do encerramento do seu prazo de duração, da comunicação da Administradora aos Cotistas sobre sua decisão de liquidação nos termos do Parágrafo 1º acima, ou da data da realização da Assembleia Geral de Cotistas que deliberar sobre a liquidação do Fundo, conforme o caso.

Parágrafo 3º. Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Cotistas, a Administradora deverá promover o encerramento do Fundo, encaminhando à CVM, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que os recursos provenientes da liquidação forem disponibilizados aos Cotistas, a documentação referida na regulamentação da CVM, assim como praticar todos os atos necessários ao encerramento do Fundo perante quaisquer autoridades.





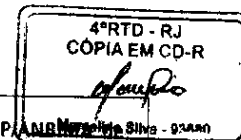
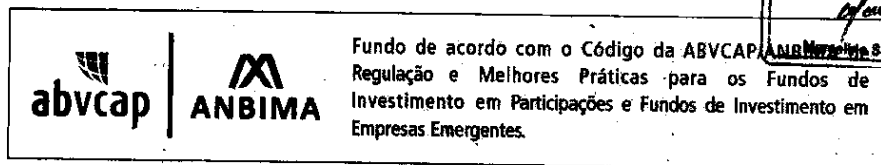
CAPÍTULO XII - DOS ENCARGOS DO FUNDO

Dos Encargos do Fundo

Artigo 41º. Constituem encargos do Fundo, além da remuneração dos serviços de administração e gestão da carteira do Fundo, as seguintes despesas, que poderão ser debitadas do Fundo:

- (i) emolumentos e comissões pagas por operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários da carteira do Fundo;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos previstos na Instrução CVM 391/03, na regulamentação pertinente ou neste Regulamento;
- (iv) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da revisão das demonstrações financeiras do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor de condenação imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólice de seguro e não decorrentes diretamente de culpa ou negligência da Administradora no exercício de suas funções;





prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;

(viii) quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembleia Geral de Cotistas;

(ix) taxa de custódia de títulos e valores mobiliários do Fundo; e

(x) despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria, incluindo, mas não se limitando a despesas com auditoria contábil e legal da Companhia Investida e consultorias especializadas, bem como a realização de estudos de viabilidade técnica e financeira até o limite equivalente a 1% (um por cento) do Capital Comprometido do Fundo ao ano.

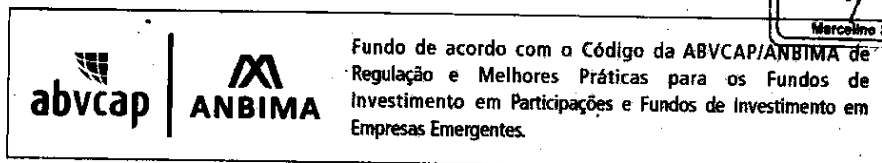
Parágrafo 2º. Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta da Administradora, salvo deliberação contrária da Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo 3º. As despesas previstas neste artigo incorridas pela Administradora anteriormente à constituição do Fundo ou ao seu registro na CVM, quais sejam: (i) registro no(s) competente(s) cartório(s) de títulos e documentos; (ii) taxa de registro da ANBIMA; (iv) taxa de registro das Cotas na CETIP, entre outras, deverão observar o limite de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Tais despesas serão passíveis de reembolso pelo Fundo, sem a necessidade de ratificação pela Assembleia Geral de Cotistas, desde que incorridas nos 06 (seis) meses anteriores à data da concessão do registro de funcionamento do Fundo na CVM.

Parágrafo 4º. Sem prejuízo do disposto acima, as despesas incorridas pela Administradora relacionadas ao registro da Segunda Emissão na CVM serão passíveis de reembolso pelo Fundo.

CAPÍTULO XIII - DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS





Documentos do Fundo

Artigo 42º. No ato de seu ingresso no Fundo, o Cotista receberá da Administradora, obrigatória e gratuitamente, um exemplar deste Regulamento, devendo expressamente concordar com o conteúdo deste Regulamento e consentir em se vincular aos seus termos e condições, mediante assinatura do Compromisso de Investimento, do Boletim de Subscrição e do Termo de Adesão ao Regulamento.

Divulgação de Documentos e Informações do Fundo

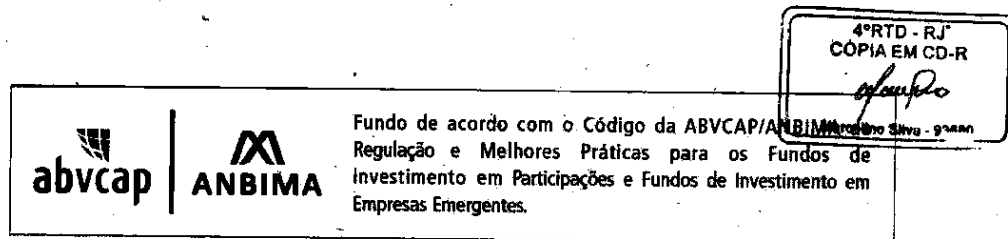
Artigo 43º. A Administradora deverá divulgar aos Cotistas, ampla e imediatamente, por meio de correio eletrônico (e-mail) ou carta, e manterá disponível em sua sede e nas instituições responsáveis pela colocação de Cotas do Fundo, sem exclusão de qualquer outro meio adicional, ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os Cotistas o acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à permanência no Fundo e possíveis interessados em adquirir Cotas do Fundo. A Administradora utilizará o jornal Diário Mercantil para as publicações relativas a este Fundo.

Parágrafo 1º. Entre as informações referidas acima, não se incluirão informações sigilosas referentes à Companhia Investida cujos Ativos Alvo sejam integrantes da carteira do Fundo, obtidas pela Administradora sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos da companhia.

Parágrafo 2º. Todas as comunicações efetuadas por correios eletrônicos (e-mail) deverão conter as respectivas confirmações de recebimento dos destinatários dos mesmos.

Parágrafo 3º. A Administradora deverá remeter anualmente aos cotistas:





- (i) saldo do cotista em número de cotas e valor; e
- (ii) comprovante para efeitos da declaração de imposto de renda.

Informações Disponibilizadas para a CVM

Artigo 44º. A Administradora deverá remeter à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos, e aos Cotistas, as informações especificadas nos parágrafos abaixo, na periodicidade neles indicadas:

Parágrafo 1º. A Administradora deverá encaminhar à CVM, trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias corridos após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- (i) valor do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (ii) número de Cotas emitidas.

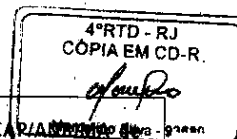
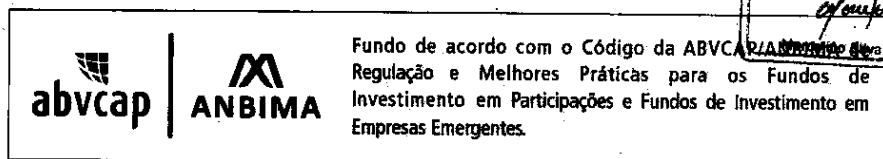
Parágrafo 2º. A Administradora deverá encaminhar à CVM, semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- (i) composição da carteira do Fundo, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;

demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração de que foram obedecidas as disposições da Instrução CVM 391/03 e deste Regulamento;

- (ii) os encargos debitados ao Fundo, em conformidade com o disposto no Capítulo XII supra, devendo ser especificado seu valor; e





(iii) relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia de títulos e valores mobiliários componentes da carteira do Fundo.

Parágrafo 3º. A Administradora deverá encaminhar à CVM, anualmente, no prazo de 120 (cento e vinte dias) dias corridos após o encerramento do exercício social do Fundo, as seguintes informações:

- (i) demonstrações contábeis do Fundo no exercício, acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (ii) o valor patrimonial das Cotas na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (iii) os encargos debitados ao Fundo, em conformidade com o disposto no Capítulo XII, supra, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

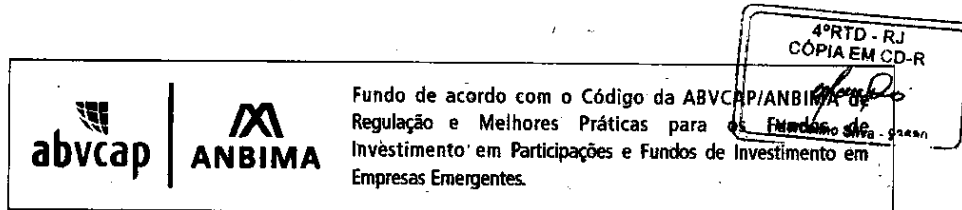
Conformidade das Informações Divulgadas ou Apresentadas

Artigo 45º. As informações prestadas ou divulgadas pelo Fundo deverão estar em conformidade com o relatório anual ou o relatório semestral protocolizado na CVM, conforme o caso.

Parágrafo 1º. A Administradora deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo que tenham sido divulgadas para os Cotistas ou terceiros.

Parágrafo 2º. Se alguma informação do Fundo for divulgada com incorreções ou impropriedades que possam induzir o Cotista a erros de avaliação, o Fundo utilizar-se-á do mesmo veículo de divulgação no qual foi prestada a informação errônea para republicar corretamente a





informação, constando da retificação, de modo expresso, que a informação está sendo republicada para fins de correção de informações errôneas ou impróprias anteriormente publicadas, conforme determinação da CVM.

CAPÍTULO XIV - DOS CONFLITOS DE INTERESSE

Dos Conflitos de Interesse

Artigo 46º. A Administradora, o Custodiante e os Cotistas deverão sempre agir de boa-fé e, na hipótese de se encontrar (em) em uma situação de potencial ou efetivo conflito de interesse com o Fundo, deverão declarar-se conflitado(s) para a determinada situação ou operação do Fundo.

Parágrafo 1º. A parte conflitada deverá:

- (i) informar a referida situação à Administradora; e
- (ii) abster-se de votar nas deliberações e/ou nas Assembleias Gerais de Cotistas realizadas para a resolução da situação de potencial ou efetivo conflito de interesse em questão, conforme Parágrafo 2º abaixo.

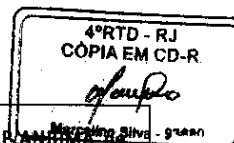
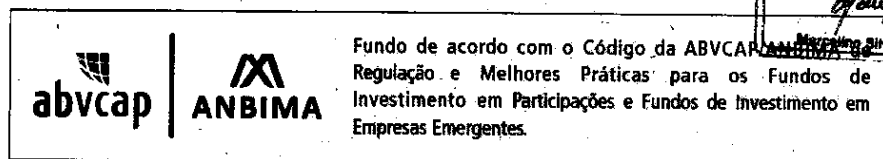
Parágrafo 2º. A Administradora levará tal situação de potencial ou efetivo conflito de interesse a conhecimento da Assembleia Geral de Cotistas, a qual deverá analisar a situação e deliberar sobre operações que envolvam tal potencial conflito ou conflito propriamente dito.

CAPÍTULO XV - TRIBUTAÇÃO

Artigo 47º. O Fundo e seus cotistas estão sujeitos às seguintes regras de tributação:

- (i) Fundo:





(a) IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

(b) Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

(ii) Cotistas do Fundo:

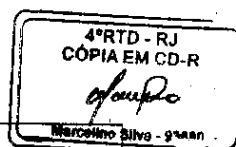
(a) IOF/Títulos

As operações com as cotas podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

(b) IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento nas cotas,





Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

estão sujeitas ao IOF/Câmbio. A alíquota do IOF/Câmbio pode variar de 0% (zero por cento) até 25% (vinte e cinco por cento), conforme decisão do poder executivo.

(c) Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos cotistas tomará por base (I) a residência dos cotistas: (a) no Brasil; e (b) no exterior; e (II) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua consequente tributação: (a) a cessão ou alienação de cotas; (b) o resgate das cotas; e (c) a amortização das cotas.

(iii) Cotistas Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos, seja na cessão/alienação, resgate ou amortização de cotas serão tributados pelo imposto de renda, à alíquota de 15% (quinze por cento).

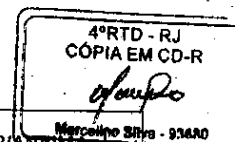
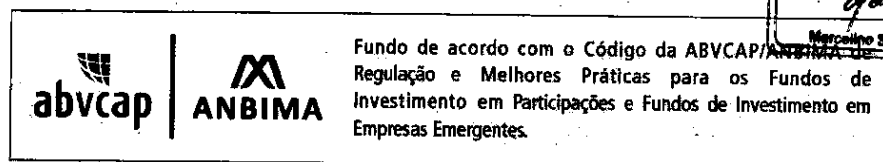
(iv) Cotistas Residentes no Exterior

Aos cotistas residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução nº 2.689 do Conselho Monetário Nacional, de 26 de janeiro de 2000, é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade localidade ("Paraíso Fiscal").

(v) Cotistas Não Residentes em Paraíso Fiscal

Os ganhos e rendimentos auferidos nas cotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota zero. Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo cotista





deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das cotas do Fundo ou cujas cotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter em sua carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu Patrimônio Líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos auferidos na cessão ou alienação das cotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

(vi) Cotistas Residentes em Paraíso Fiscal

Os cotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal não se beneficiam do tratamento descrito no item (ii) relativo ao Imposto de Renda, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos cotistas do Fundo residentes no Brasil.

CAPÍTULO XVI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Do Termo de Adesão

Artigo 48º. A apresentação, pelo Cotista, do Termo de Adesão ao Regulamento devidamente firmado, constitui sua expressa ciência e concordância com todos os itens do presente Regulamento, a cujo cumprimento estará obrigado.

Fatores de Risco do Fundo

Artigo 49º. Não existe qualquer promessa do Fundo, da Administradora, e do Custodiante acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo. Adicionalmente, as aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.



Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de
Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de
Investimento em Participações e Fundos de Investimento em
Empresas Emergentes.

4ºRTD - RJ
CÓPIA EM CD-R

Marcelino Silva - 97440

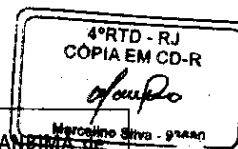
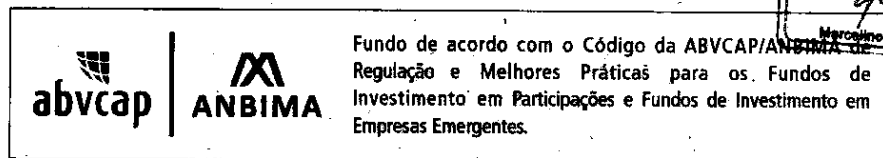
Parágrafo 1º. Não obstante a diligência da Administradora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a Administradora mantenha rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o Cotista. Os principais riscos aplicáveis ao Fundo são:

(i) **Risco de Crédito:** Risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos Ativos Alvo e/ou dos Ativos Líquidos de titularidade do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do Fundo;

(ii) **Risco de Liquidez:** Risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes da Carteira de Investimento do Fundo nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a Administradora poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar a Administradora a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates aos Cotistas do Fundo, nos valores solicitados e nos prazos contratados;

(iii) **Risco de Mercado:** Risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos da Carteira de Investimentos do Fundo, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços





pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Cotas e perdas aos Cotistas;

(iv) Risco de Concentração: A carteira do Fundo poderá estar concentrada 100% (cem por cento) em Ativos Alvo de da Companhia Investida, o que torna maior a vulnerabilidade do Fundo em relação ao risco de tais emissoras;

(v) Riscos relacionados à Companhia Investida: Os investimentos do Fundo são considerados de longo prazo e o retorno do investimento pode não ser condizente com o esperado pelo Cotista. A Carteira de Investimentos estará concentrada em Ativos Alvo de emissão da Companhia Investida. Embora o Fundo tenha sempre participação no processo decisório da Companhia Investida, não há garantias de (i) bom desempenho da Companhia Investida, (ii) solvência da Companhia Investida e (iii) continuidade das atividades da Companhia Investida. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados da Carteira de Investimentos e o valor das Cotas. Não obstante a diligência e o cuidado da Administradora, os pagamentos relativos aos Ativos Alvo de emissão da Companhia Investida, como dividendos, juros e outras formas de remuneração/bonificação podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional da Companhia Investida, ou, ainda, outros fatores. Em tais ocorrências, o Fundo e os seus Cotistas poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos. Não há garantia quanto ao desempenho do segmento imobiliário. Adicionalmente, não há garantia de que o Fundo e os seus Cotistas não experimentarão perdas, nem há certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos. Em função de diversos fatores relacionados ao funcionamento de órgãos públicos de que pode vir a depender o Fundo no desempenho de suas operações, não há garantias de que o Fundo conseguirá exercer todos os seus direitos de acionista da Companhia Investida, ou como adquirente ou alienante de Ativos Alvo de emissão da Companhia Investida, nem de que, caso o Fundo consiga exercer tais direitos, os efeitos obtidos serão condizentes com os seus direitos originais e/ou obtidos no tempo esperado. Tais fatores poderão impactar negativamente a rentabilidade da carteira do Fundo. Caso a Companhia Investida seja uma companhia fechada, a Companhia Investida terá que adotar as práticas de governança indicadas no Regulamento, mas





Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de
Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de
Investimento em Participações e Fundos de Investimento em
Empresas Emergentes.

4ºRTD - RJ
CÓPIA EM CD-R

Marcelino Silva - granan

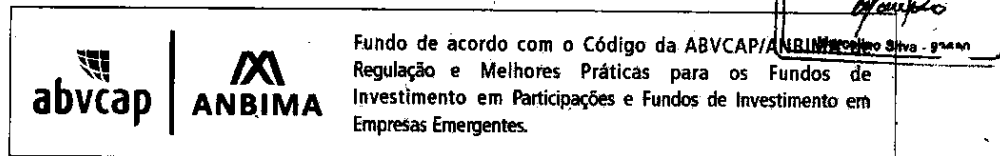
não estará obrigada a observar as mesmas regras que as companhias abertas relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar uma dificuldade para o Fundo quanto (i) ao bom acompanhamento das atividades e resultados da Companhia Investida e (ii) a correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar o valor da Carteira de Investimentos e das Cotas;

(vi) Risco Imobiliário: É o risco de desvalorização de um imóvel, ocasionado por, não se limitando, fatores como: (i) fatores macroeconômicos que afetem toda a economia; (ii) mudança de zoneamento ou regulatórios que impactem diretamente o local do imóvel, seja possibilitando a maior oferta de imóveis e, consequentemente, deprimindo os preços dos aluguéis no futuro) ou que eventualmente restrinjam os possíveis usos do imóvel limitando sua valorização ou potencial de revenda; (iii) mudanças socioeconômicas que impactem exclusivamente a microrregião como, por exemplo, o aparecimento de favelas ou locais potencialmente inconvenientes como boates, bares, entre outros, que resultem em mudanças na vizinhança piorando a área de influência para uso comercial; (iv) alterações desfavoráveis do trânsito que limitem, dificultem ou impeçam o acesso ao imóvel; e (v) restrições de infraestrutura / serviços públicos no futuro como capacidade elétrica, telecomunicações, transporte público entre outros; (vi) a expropriação (desapropriação) do imóvel em que o pagamento compensatório não reflita o ágio e/ou a apreciação histórica.

(vii) Risco Decorrente da Precificação dos Ativos da Carteira de Investimentos do Fundo: A precificação dos Ativos Alvo e dos Ativos Líquidos integrantes da Carteira de Investimentos do Fundo deverá ser realizada de acordo com o Anexo IV. Referidos critérios de avaliação dos Ativos Alvo e/ou dos Ativos Líquidos poderão ocasionar variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira de Investimentos do Fundo, podendo resultar em redução do valor das Cotas do Fundo;

(viii) Riscos de Alteração na Legislação Aplicável ao Fundo e/ou aos Cotistas: A legislação aplicável ao Fundo, aos Cotistas e aos investimentos efetuados pelo Fundo, incluindo, sem limitação, leis tributárias, leis cambiais e leis que regulamentem investimentos estrangeiros em cotas de fundos de investimentos no Brasil está sujeita a alterações. Ainda, poderá ocorrer interferências de autoridades governamentais e órgãos reguladores nos mercados, bem como





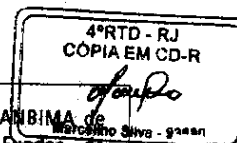
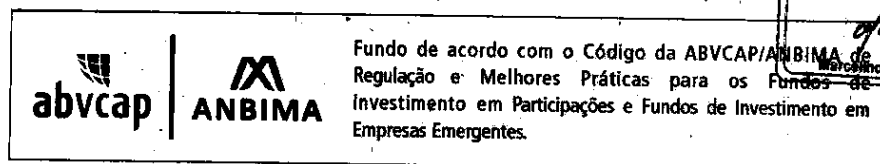
moratórias e alterações das políticas monetária e cambiais. Tais eventos poderão impactar de maneira adversa o valor das Cotas do Fundo, bem como as condições para distribuição de rendimentos, inclusive as regras de fechamento de câmbio e de remessa de recursos do e para o exterior. Ademais, a aplicação de leis existentes e a interpretação de novas leis poderão impactar os resultados do Fundo;

(ix) Risco de Desvalorização do Empreendimento: Como os recursos do Fundo serão aplicados na Companhia Investida, titular de imóvel, um fator que deve ser levado em consideração é o potencial econômico da região onde está localizado o imóvel relacionado ao Empreendimento. A análise do potencial econômico da região deve se circunscrever não somente ao potencial econômico corrente, como também deve levar em conta a evolução deste potencial econômico da região no futuro, tendo em vista a possibilidade de eventual decadência econômica da região, com impacto direto sobre o valor do imóvel investido pela Companhia Investida;

(x) Risco de Desapropriação e de Sinistro: Considerando que a política de investimentos do Fundo é investir em ações da Companhia Investida, titular do Empreendimento, eventuais desapropriações, parcial ou total, do imóvel ao qual estiver vinculado o Empreendimento poderá afetar negativamente a Companhia Investida. Em caso de desapropriação, o Poder Público deve pagar ao proprietário do imóvel desapropriado, uma indenização definida levando em conta os parâmetros do mercado. No entanto, não existe garantia que tal indenização seja equivalente ao valor que a Companhia Investida venha a investir no Empreendimento que venha a ser objeto de desapropriação. Além disso, no caso de sinistro envolvendo a integridade física do imóvel relacionado ao Empreendimento de titularidade da Companhia Investida, os recursos obtidos pela cobertura do seguro dependerão da capacidade de pagamento da companhia seguradora contratada, nos termos da apólice contratada, bem como as indenizações a serem pagas pelas seguradoras poderão ser insuficientes para a reparação do dano sofrido, observadas as condições gerais das apólices;

(xi) Risco de Contingências Ambientais: Eventuais contingências ambientais sobre o imóvel, de titularidade da Companhia Investida, podem implicar em responsabilidades pecuniárias





(indenizações e multas por prejuízos causados ao meio ambiente) que podem afetar a rentabilidade do Fundo;

(xii) Risco de Insucesso do Empreendimento: O Empreendimento de titularidade da Companhia Investida poderá ser utilizado para alienação e/ou locação para terceiros. No entanto, caso a Companhia Investida não consiga atingir a rentabilidade esperada no Empreendimento, incluindo em virtude da falta ou baixa procura de terceiros pela aquisição/locação do empreendimento, o rendimento da Companhia Investida e do Fundo poderá ser negativamente afetado; e

(xiii) Demais Riscos: O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos mudança nas regras aplicáveis aos Ativos Líquidos, mudanças impostas aos Ativos Líquidos integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

Morte ou Incapacidade do Cotista

Artigo 50º. Em caso de morte ou incapacidade de Cotista, o representante do espólio ou do incapaz exercerá os direitos e cumprirá as obrigações, perante a Administradora, que cabiam ao então de cujus ou ao incapaz, observadas as prescrições legais.

Forma de Correspondência

Artigo 51º. Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre a Administradora e os Cotistas. Para tal, os Cotistas comprometem-se a manter seu cadastro sempre atualizado junto à Administradora.

Resolução de Conflitos





Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA
Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de
Investimento em Participações e Fundos de Investimento em
Empresas Emergentes.

4ºRTD - RJ
CÓPIA EM CD-R

Marcelino Silva - green

Marcelino Silva - green

Artigo 52°. Os conflitos oriundos da interpretação e/ou implementação do disposto neste Regulamento, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, serão solucionados por arbitragem, de acordo com o regulamento do Centro de Arbitragem e Mediação da CCBC.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 2016.

GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A.

LEONARDO CRUZ
DIRETOR

Marcelo Fabiano da Silva
Procurador

AVERBADO

A margem do registro nº 983285
Art. 126 da Lei de Registro Público nº 6.267/76

4º RTD-RJ



RTD - Rio de Janeiro nº 983285

Registro de Títulos e Documentos

REGISTRO Nº 983285

RJ, 22/01/2016

Marcelino Silva

Marcelino Silva-93690

www.4rd-rj.com.br

Av. Rio Branco, 106/1702

Selo Eletrônico nº E50x22674 DTD
Consulte: <https://www3.trj.jus.br/dtd/publicar>





Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

Registro de Títulos e Documentos

4º Ofício-RJ

Anexo ao Documento Arquivado

ANEXO I - DEFINIÇÕES

Para fins do disposto neste Regulamento, os termos e expressões indicados em letra maiúscula, no singular ou no plural, terão os respectivos significados a eles atribuídos a seguir:

<u>"Administradora"</u>	É a GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A., instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº 20, Grupo 1201 B, Centro, CEP 20010-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.652.684/0001-62, instituição credenciada pela CVM para administrar recursos de terceiros de acordo com o ato declaratório nº 6.819, de 17 de maio de 2002;
<u>"Assembleia Geral"</u> ou <u>"Assembleia Geral de Cotistas"</u>	É a assembleia geral de Cotistas de que trata o Capítulo VIII deste Regulamento;
<u>"Ativos Alvo"</u>	São as ações, debêntures conversíveis, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia Investida;
<u>"Ativos Líquidos"</u>	São (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; (ii) certificados de depósito bancários; (iii) operações compromissadas; e (iv) cotas de fundos de Renda Fixa e Referenciado DI de livre escolha da Administradora;
<u>"BACEN"</u>	É o Banco Central do Brasil;
<u>"Boletim de Subscrição"</u>	É o documento que formaliza a subscrição das Cotas pelo Investidor
<u>"Capital Comprometido"</u>	É a soma de todos os Capitais Comprometidos dos Cotistas;
<u>"CETIP"</u>	É a CETIP S.A. - Mercados Organizados;
<u>"CNPJ/MF"</u>	É o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;





Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

Registro de Títulos e Documentos

4º Ofício-RJ

Anexo ao Documento Arquivado

"Código ABVCAP/ANBIMA"	É o Código ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE;
"Companhia Investida"	É a ABL CINEMA LEBLON EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, sala 906, Botafogo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.436.424/0001-21;
"Compromisso de Investimento"	Significa cada instrumento particular de compromisso de investimento, devidamente assinado pela Administradora, agindo em nome do Fundo, bem como por 2 (duas) testemunhas, e por cada Cotista do Fundo comprometendo-se a integralizar Cotas sempre que houver chamadas para tanto por parte da Administradora;
"Cotas"	Correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo;
"Cotistas"	São os investidores que venham a subscrever ou adquirir Cotas de emissão do Fundo;
"Custodiante"	Significa o ITAU UNIBANCO S.A., com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, CEP 04310-030, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04;
"CVM"	É a Comissão de Valores Mobiliários;
"Data de Início"	É a data da primeira integralização de Cotas, realizada após o recebimento da chamada de capital a ser enviada pela Administradora;
"Dia(s) Útil(eis)"	Entende-se por dia útil segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro;
"Escriturador"	Significa a ITAU CORRETORA DE VALORES S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, CEP 04310-





Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

Registro de Títulos e Documentos

4º Ofício-RJ

Anexo ao Documento Arquivado

	030, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.194.333/0001-84,
"Fundo"	É o TRIAR CINE LEBLON FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 21.085.424/0001-76;
"Instrução CVM nº 391/03"	É a Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada;
"Instrução CVM nº 400/03"	É a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;
"Instrução CVM nº 476/09"	É a Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada;
"Investidores Qualificados"	São os investidores qualificados, devidamente enquadrados nos termos das normas expedidas pela CVM em vigor;
"Oferta 400"	É a oferta pública da Segunda Emissão de Cotas Fundo, que será de 15.000.000 (quinze milhões) Cotas e no montante total de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), distribuída nos termos da Instrução CVM nº 400/03;
"Oferta Restrita"	É a oferta de Cotas Fundo da Primeira Emissão de Cotas do Fundo, que será de 15.000.000 (quinze milhões) Cotas e no montante total da Oferta será de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões), distribuída com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM nº 476/09;
"Período de Desinvestimento"	É o período que se iniciará no primeiro Dia Útil seguinte ao término do Período de Investimento e se estenderá até a data de liquidação do Fundo;
"Período de Investimento"	É o período de duração de até 18 (dezoito) meses contados da Data de Início, podendo o Período de Investimento ser encerrado antes, a critério da Administradora;
"Primeira Emissão"	É a primeira emissão de Cotas do Fundo com base nas características descritas no Suplemento constante do Anexo I





Fundo, de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

Registro de Títulos e Documentos

4º Ofício-RJ

Anexo ao Documento Arquivado

	deste Regulamento;
"Público Alvo"	São os Investidores Qualificados;
"Regulamento"	É o regulamento do Fundo;
"Segunda Emissão"	É a segunda emissão de Cotas do Fundo com base nas características descritas no Suplemento constante do Anexo I deste Regulamento;
"SF"	É o SF - Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP;
"Suplementos"	É o Suplemento da Primeira Emissão e o Suplemento da Segunda Emissão quando denominados em conjunto
"Taxa de Administração"	A taxa de administração devida à Administradora;
"Termo de Adesão ao Regulamento"	É o Termo de Adesão ao Regulamento do Fundo, por meio do qual o investidor declara-se ciente e de acordo com relação à política de investimento e riscos do Fundo;
Suplemento Primeira Emissão	O suplemento constante do Anexo II ao Regulamento contendo as características da Primeira Emissão;
Suplemento Segunda Emissão	O suplemento constante do Anexo III ao Regulamento contendo as características da Segunda Emissão;





Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

Registro de Títulos e Documentos

4º Ofício-RJ

Anexo ao Documento Arquivado

ANEXO II - SUPLEMENTO DA PRIMEIRA EMISSÃO

Os termos e expressões utilizados neste Suplemento em letra maiúscula terão os mesmos significados definidos no Regulamento, do qual este Suplemento é parte integrante e inseparável, exceto se de outra forma estiverem aqui definidos.

CARACTERÍSTICAS DA PRIMEIRA EMISSÃO

<u>Montante Total da Emissão</u>	R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais)												
<u>Quantidade de Classes</u>	Única Classe												
<u>Quantidade Total de Cotas</u>	15.000.000 (quinze mil)												
<u>Preço de Emissão</u>	R\$ 1,00 (um real)												
<u>Prazo da Oferta Restrita</u>	Até 180 (cento e oitenta) dias contados da data em que a CVM autorizar a constituição e o funcionamento do Fundo, podendo ser encerrada de forma antecipada à critério do Coordenador Líder.												
<u>Integralização de Cotas</u>	As Cotas da primeira emissão deverão ser integralizadas mediante chamadas de capital a serem realizadas pela Administradora, conforme o seguinte cronograma: <table><tr><td>1º trimestre</td><td>20% do Capital Subscrito</td></tr><tr><td>2º trimestre</td><td>20% do Capital Subscrito</td></tr><tr><td>3º trimestre</td><td>20% do Capital Subscrito</td></tr><tr><td>4º trimestre</td><td>25% do Capital Subscrito</td></tr><tr><td>5º trimestre</td><td>10% do Capital Subscrito</td></tr><tr><td>6º trimestre</td><td>5% do Capital Subscrito</td></tr></table>	1º trimestre	20% do Capital Subscrito	2º trimestre	20% do Capital Subscrito	3º trimestre	20% do Capital Subscrito	4º trimestre	25% do Capital Subscrito	5º trimestre	10% do Capital Subscrito	6º trimestre	5% do Capital Subscrito
1º trimestre	20% do Capital Subscrito												
2º trimestre	20% do Capital Subscrito												
3º trimestre	20% do Capital Subscrito												
4º trimestre	25% do Capital Subscrito												
5º trimestre	10% do Capital Subscrito												
6º trimestre	5% do Capital Subscrito												
<u>Distribuição</u>	A distribuição de Cotas do Fundo será realizada pelo Coordenador Líder, em esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476/09, ou por outras												





Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

Registro de Títulos e Documentos

4º Ofício-RJ

Anexo ao Documento Arquivado

	entidades integrantes do sistema de distribuição, contratadas pelo Coordenador Líder;
--	--





Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

ANEXO III - SUPLEMENTO DA SEGUNDA EMISSÃO

Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício-RJ
Anexo ao Documento Arquivado

Os termos e expressões utilizados neste Suplemento em letra maiúscula terão os mesmos significados definidos no Regulamento, do qual este Suplemento é parte integrante e inseparável, exceto se de outra forma estiverem aqui definidos.

CARACTERÍSTICAS DA SEGUNDA EMISSÃO

<u>Montante Total da Emissão</u>	R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais)						
<u>Quantidade de Classes</u>	Única Classe						
<u>Quantidade Total de Cotas</u>	15.000.000 (quinze mil)						
<u>Preço de Emissão</u>	Inicialmente, R\$ 1,00 (um real), a ser corrigido a 14,15% ao ano.						
<u>Prazo para a Oferta 400</u>	Até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da divulgação do Anúncio de Início, que será realizado quando: (a) a CVM conceder o registro da Oferta 400; (b) quando o Coordenador Líder disponibilizar o prospecto definitivo; (c) quando do encerramento da Oferta Restrita. O prazo da Oferta 400 poderá ser reduzido a critério do Coordenador Líder.						
<u>Integralização de Cotas</u>	As Cotas da Segunda Emissão deverão ser integralizadas da seguinte forma: (a) em até 5 (cinco) dias úteis contados da subscrição, cada investidor da Oferta 400 deverá integralizar o mesmo montante que tenha sido integralizado pelos investidores da Oferta Restrita; e (b) o saldo remanescente conforme o seguinte cronograma: <table><tr><td>1º trimestre</td><td>20% do Capital Subscrito</td></tr><tr><td>2º trimestre</td><td>20% do Capital Subscrito</td></tr><tr><td>3º trimestre</td><td>20% do Capital Subscrito</td></tr></table>	1º trimestre	20% do Capital Subscrito	2º trimestre	20% do Capital Subscrito	3º trimestre	20% do Capital Subscrito
1º trimestre	20% do Capital Subscrito						
2º trimestre	20% do Capital Subscrito						
3º trimestre	20% do Capital Subscrito						





Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

Registro de Títulos e Documentos

4º Ofício-RJ

Anexo ao Documento Arquivado

	4º trimestre	25% do Capital Subscrito
	5º trimestre	10% do Capital Subscrito
	6º trimestre	5% do Capital Subscrito
<u>Distribuição</u>	A distribuição de Cotas do Fundo será realizada pelo Coordenador Líder, nos termos da Instrução CVM 400/03, ou por outras entidades integrantes do sistema de distribuição, contratadas pelo Coordenador Líder;	
<u>Pessoas Vinculadas</u>	Será admitido, na Oferta Pública, o investimento de investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM nº 400/03, (a) controladores ou administradores do Coordenador Líder ou da Administradora; (b) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (c) os cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (a) e/ou (b) acima.	
<u>Procedimento do Pedido de Reserva</u>	Será admissível o recebimento de reservas, a partir da concessão do registro de constituição e funcionamento do Fundo.	





Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício-RJ
Anexo ao Documento Arquivado

ANEXO IV - METODOLOGIA DE PRECIFICAÇÃO

Ativo	Fontes
Títulos Públicos	Os títulos serão apreçados de acordo com o Manual de Marcação a Mercado do Custodiante.
Títulos Privados	A metodologia de apreçamento de ativos privados obedece necessariamente o Manual de Marcação a Mercado do Custodiante.
Ações	São utilizadas as cotações referentes ao preço de fechamento do dia negociadas na BM&FBOVESPA. As ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão avaliadas pelo custo de aquisição. Serão admitidas como alternativas de avaliação, a critério da Administradora: (a) quando possuírem como único ativo ações em investimento direto cotada em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, o último balanço auditado da Companhia Investida, que será usado para atualizar os ativos circulantes e passivos da companhia avaliada e o investimento direto será atualizado pela última cotação de fechamento disponível na bolsa de valores, proporcionalmente à participação indireta nessa companhia; ou (b) contratação de empresa independente especializada e aprovada pela Administradora, nos termos da Instrução CVM nº 438, de 12 de julho de 2006, conforme alterada, para determinação do valor econômico, devendo tais ativos passar a ser contabilizados pelo seu valor econômico.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO III

Declaração do Coordenador Líder

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A., instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº 20, Grupo 1201 B, Centro, CEP 20010-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.652.684/0001-62, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social, na qualidade de instituição intermediária líder ("Coordenador Líder") da oferta pública de distribuição de quotas da 2ª emissão ("Quotas" e "Oferta", respectivamente) do **TRIAR CINE LEBLON FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, de acordo com a Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM nº 391/03"), e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 21.085.424/0001-76 ("Fundo"), administrado pela **GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A.**, acima qualificada, instituição credenciada pela CVM para administrar recursos de terceiros de acordo com o ato declaratório nº 6.819, de 17 de maio de 2002 ("Administradora"), conforme exigido pelo artigo 56 da Instrução CVM de nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM nº 400/03") declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (i) as informações prestadas pelo Fundo sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, que integram o prospecto da Oferta, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

O Coordenador Líder declara, ainda, que (i) o prospecto preliminar contém e o prospecto definitivo conterá, nas suas respectivas datas de divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, sobre a Oferta, as Quotas, o Fundo, de suas atividades, situação econômico financeira, os riscos inerentes ao investimento no Fundo e quaisquer outras informações relevantes, bem como que (ii) o prospecto preliminar foi e o prospecto definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM nº 400/03.

São Paulo, [●] de [●] de 2016.

GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A.

Coordenador Líder

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO IV

Declaração da Administradora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR PARA FINS DO ARTIGO 56
DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03**

GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A., instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº 20, Grupo 1201 B, Centro, CEP 20010-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.652.684/0001-62, instituição credenciada pela CVM para administrar recursos de terceiros de acordo com o ato declaratório nº 6.819, de 17 de maio de 2002, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social, na qualidade de administrador do **TRIAR CINE LEBLON FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, de acordo com a Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM nº 391/03”), e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 21.085.424/0001-76 (“Fundo”), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição das quotas da 2ª (segunda) emissão do Fundo (“Oferta” e “Quotas”, respectivamente), conforme exigido pelo artigo 56, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM nº 400/03”), declarar que (i) o prospecto preliminar contém e o prospecto definitivo conterá, nas suas respectivas datas de publicação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, sobre a Oferta, as Quotas, o Fundo, suas atividades, situação econômico financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; (ii) o prospecto preliminar foi e o prospecto definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes; (iii) as informações prestadas, por ocasião do arquivamento do prospecto preliminar e do prospecto definitivo, e fornecidas ao mercado durante a Oferta, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iv) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição.

São Paulo, [●] de [●] de 2016.

GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A.

Administradora

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)